REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

GUINÉ-BISSAU 2025

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL 2015-2020 "Terra Ranka"

DOCUMENTO II: RELATÓRIO FINAL

Março de 2015

SUMÁRIO

Lista de figuras **4**
Lista de tabelas **5**
Lista de caixas **5**
Lista de abreviaturas **6**
RESUMO EXECUTIVO **12**
VISÃO : UMA GUINÉ-BISSAU POSITIVE, POLITICAMENTE ESTABILIZADA PELO DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO, BOA GOVERNAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE 13
O DESAFIO DA EXECUÇÃO. 22
I. A VISÃO: A Guiné-Bissau em 2025 ..... **24**
II. IMPLEMENTAR UMA GOVERNAÇÃO A SERVIÇO DO CIDADÃO **40**
A. REFORMAR E MODERNIZAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 42
B. ASSEGURAR UMA BOA GESTÃO DA SEGURANÇA E DA DEFESA 53
C. REFORMA DO SISTEMA JUDICIÁRIO E CRIAÇÃO DO REGIME DE DIREITO. 58
D. MELHORAR A GESTÃO MACROECONÓMICA E REFORMAR A GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS 61
E. PROMOVER O DESENVOLVIMENTO LOCAL, A DESCENTRALIZAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS 65
III. ASSEGURAR UMA GESTÃO SUSTENTÁVEL DO CAPITAL NATURAL E PRESERVAR A BIODIVERSIDADE **68**
A. ESTABELECER UM ÂMBITO NORMATIVO E INSTITUCIONAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA PROTECÇÃO DA BIODIVERSIDADE. 71
B. ADMINISTRAR DUPLAMENTE OS ECOSSISTEMAS 76
IV. CONSTRUIR UMA REDE NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURAS MODERNA E COMPETITIVA **81**
A. CONSTRUIR UMA REDE NACIONAL MODERNA DE TRANSPORTE MULTIMODAL. 81
B. GARANTIR UM SERVIÇO ACESSÍVEL E DE QUALIDADE EM ENERGIA E ÁGUA 88
C. ASSEGURAR A RENOVAÇÃO URBANA E UMA DISTRIBUIÇÃO EQUILIBRADA E SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO 98
V. REFORÇAR O CAPITAL HUMANO E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DE CADA CIDADÃO **102**

A. CONSTRUIR UM SISTEMA EDUCACIONAL DE QUALIDADE ORIENTADO PARA O EMPREGO 102
B. MELHORAR A SAÚDE 109
C. REFORÇAR A PROTEÇÃO SOCIAL E REDUZIR CONSIDERAVELMENTE A POBREZA 113
D. PROMOVER O RENASCIMENTO CULTURAL, REDINAMIZAR O DESPORTO E REINICIAR UMA POLÍTICA EM PROL DA JUVENTUDE 118

VI. CRIAR UM SECTOR PRIVADO SÓLIDO E UMA ECONOMIA DIVERSIFICADA 121

A. CRIAR UM AMBIENTE DE NEGÓCIOS FAVORÁVEL AO DESENVOLVIMENTO DO SECTOR PRIVADO. 121
B. VALORIZAR PLENAMENTE O POTENCIAL AGRÍCOLA DO PAÍS 125

i. Maximizar a criação de valor no sector do caju 130
ii. Obter auto-suficiência em arroz em 2020 138
iii. Outros sectores agrícolas 143

C. DESENVOLVER UM SECTOR DE PESCA SUSTENTÁVEL E DE FORTE VALOR AGREGADO 147
D. FAZER DE BIJAGÓS, E COM O TEMPO DA GUINÉ-BISSAU, UM DESTINO DE ECOTURISMO DE PRIMEIRA CLASSE 153
E. VALORIZAR O SEU POTENCIAL DE MINERAÇÃO DENTRO DAS RÍGIDAS NORMAS AMBIENTAIS. 165

VII. COMANDAR A MUDANÇA: AGENDA GUINÉ-BISSAU 2015-2020 169

ANEXO 1: Carteira de projectos do Plano Operacional Guiné-Bissau 2015-2020 (etapa 1) 177

Lista de figuras

Figura 1 : Mapa dos pólos económicos previstos para 2025 18
Figura 2 : A Casa Guiné-Bissau 2025 18
Figura 3 : Ciclo vicioso: má governação-pobreza 26
Figura **4** : Círculo virtuoso boa governação-progresso económico e social 27
Figura 5 : Mapa dos pólos económicos previstos para 2025 35
Figura 6 : Estratégia de construção da Casa Guiné-Bissau prevista para 2025 39
Figura 7 : Custos das operações portuárias na África Ocidental (em) 82
Figura 8: Principais corredores da Guiné-Bissau (projectos) 84
Figura 9 : Esquema direcror do desenvolvimento de capacidades da produção até 2020 na Guiné-Bissau 92
Figura 10 : Arquitetura multicanal: caso do órgão nacional de promoção do empego e competências (ANAPEC) em Marrocos. 107
Figura 11 : Parte dos investimentos estrangeiros directos na economia de vários países da África Subsariana (como percentagem do PÍB). 122
Figura 12 : Modelo de estruturação duma cadeia de valor do arroz com o apoio duma assistência técnica. 129
Figura 13: A produção de caju em todo o território. 131
Figura 14: Unidades de transformação paradas na Guiné-Bissau 132
Figura 15: Amostra potencial de médias empresas garantem uma transformação local de caju 137
Figura 16: números-chave na produção e na demanda de arroz 139
Figura 17: Projecções de preços de cereais secos no período de 2014-2023 (USD/toneladas) 140
Figura 18: Grupo de pesca actual da Guiné-Bissau 149
Figura 19: Evolução da distribuição de turistas internacionais por região entre 1990 e 2012. 154
Figura 20: Chegadas turísticas (em milhares) e peso do turismo na economia de países insulares. 155
Figura 21: Principais países emissores de turistas com destino à Guiné-Bissau em 2008 155
Figura 22: Principais elementos de implementação duma oferta turística 157
Figura 23: Objectivos globais previstos para 2025 160
Figura 24: Bijagós; objectivos previstos para 2025 163
Figura 25: Principais sítios de mineração identificados na Guiné-Bissau neste estágio 166

Lista de tabelas

Tabela 1: Hipótese de evolução de superfícies dedicadas a arroz.....141
Tabela 2: Capacidades de hospedagem actuais em Guiné-Bissau.....159
Tabela 3 : Carteira de projectos do Plano Operacional Guiné-Bissau 2015-2020 (etapa 1) 178

Lista de caixas

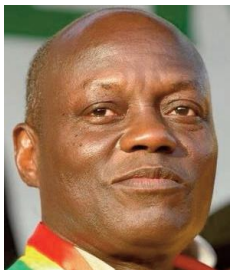
Caixa 1 : Principais projectos para o desenvolvimento do transporte rodoviário na Guiné-Bissau.....88
Caixa 2 : Principais projectos de infra-estruturas sanitárias na Guiné-Bissau.....112
Caixa 3: Acompanhamento técnico para a melhoria de todos os níveis da cadeia de valor de arroz: o exemplo de Mozacaju em Moçambique.....134
Caixa 4: A pesca desportiva constitui um nicho muito lucrativo: exemplo da Costa-Rica. 158
Caixa 5: As prioridades dos seis (06) primeiros meses 172

Lista de abreviaturas

AGETIP	Agência de Execução de Trabalhos Públicos
ANAPEC	Agência Nacional de Promoção do Emprego e de Competências
BOAD	Banco Oeste-Africano de Desenvolvimento
BOP	Base da Pirâmide
BOT	*Build, Operate and Transfer* (Construir, Operar e Transferir)
BTS	Base Transceiver Station (Estação de Transmissão de Base)
CDMT	Quadro de Despesas no Médio Prazo
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CIPA	Centro de Investigações Aplicadas da Pesca
CNSL	*Cashew Nut-Shell Liquid* (Óleo casca da castanha de caju)
CO2	Dióxido de carbono
CSRP	Comité Sub-Regional da Pesca
DGCI	Direcção-Geral das Contribuições e Impostos
EAGB	Empresa de Electricidade e Águas da Guiné-Bissau
EEWRP	*Emergency Electricity and Water Rehabilitation Project* (Projecto de Reabilitação dos Sectores da Água e da Electricidade)
FBG	Fundação para a Biodiversidade na Guiné-Bissau
FDS	Forças da Defesa e Segurança
FISCAP	Serviço Nacional de Fiscalização de Actividades de Pesca
HFO	*Heavy Fuel Oil* (Combustível pesado)

HIMO	Alta Intensidade da Mão-de-Obra
IBAP	Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas
IDE	Investimento Estrangeiro Directo
INEC	Instituto Nacional de Estatísticas e Censos
INN	Pesca ilegal, não declarada e não regulamentada
ISP	*Internet Services Provider* (Provedor de Serviços de Internet)
ITIE	Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extractivas
JICA	*Japan International Cooperation Agency* (Agência de Cooperação Internacional do Japão)
KOR	*Kernel Output Ratio* (Rendimento das amêndoas)
MAB	*Man and the Biosphere* (O Homem e a Biosfera)
MW	Megawatts
O&M	Exploração e Manutenção
OHADA	Organização para a Harmonização em África do Direito dos Negócios
OMVG	Organização para o Desenvolvimento do Rio Gâmbia
PANA	Programa da Acção Nacional de Adaptação
PAP	Projecto de Acções Prioritárias
PCB	Bifenilos policlorados
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PMH	Bombas Hidráulicas Mecanizadas
PNDS	Programa Nacional de Desenvolvimento Sanitário
PNIA	Programa Nacional de Desenvolvimento Agrícola

PPP	Parceria Público-Privada
PRAO	Projecto Regional de Pescas na África Ocidental
R&D	Investigação e Desenvolvimento
RCCM	Registo do Comércio e do Crédito Mobiliário
RCDD	*Rural Community-Driven Development* (Projecto de Desenvolvimento Rural Comunitário)
RFID	*Radio Frequency Identification* (Identificação por Rádio Frequência)
RSE	Responsabilidade Social das Empresas
SI	Sistema de informação
SIGFIP	Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas
SIMOFLOR	Sistema de Acompanhamento da Vegetação Florestal da Guiné-Bissau
TED	*Tortoises Exclusion Device* (Dispositivo de Exclusão de Tartarugas)
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TNT	Televisão Digital Terrestre
UEMOA	União Económica e Monetária da África Ocidental
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
USD	Dólar dos Estados Unidos da América
VMS	*Vessel Monitoring System* (Sistema de Monitorização de Embarcações por Satélite)
WIMAX	*Worldwide Interoperability for Microwave Access* (Interoperabilidade Mundial para Acesso por Microondas)
WTTC	Conselho Mundial de Viagens e Turismo
ZEe	Zonas Económicas Especiais
ZTE	Zonas Turísticas Especiais



Mensagem do Dr. José Mario Vaz, Presidente da República da Guiné-Bissau

Todo povo necessita duma visão colectiva que lhe mostre o caminho a percorrer rumo a um futuro melhor. O Plano Estratégico Guiné-Bissau 2025 "Terra Ranka" cumpre esta função. Ele indica a rota para que em breve cada *tabanca*[1] de Guiné-Bissau possa ter um novo ponto de partida.

Terra Ranka permite-nos aproveitar a oportunidade que a história nos oferece, uma segunda chance de realizar as aspirações de bem-estar que trouxe a independência do nosso país. Estas estratégias apoiam-se primeiro numa visão que representa o modelo de sociedade que nós desejamos ver estabelecido em menos de 10 anos.

Em 2025 nosso país terá começado a sua transição para uma sociedade próspera e solidária, na qual o desenvolvimento terá como base a valorização sustentável da excepcional biodiversidade terrestre e marítima do nosso país. Nosso povo será unido e nossos jovens terão oportunidades de emprego e um ambiente de paz no qual poderão evoluir.

Este objectivo é fruto de reflexões profundas e dum longo debate com todas as partes nacionais e internacionais envolvidas. Este processo nos tem ajudado a retomar a consciência dos nossos potenciais humanos e naturais e avaliar como fortalecê-los de modo que, com esta base, saibamos desenvolver os sectores económicos robustos que possibilitarão a criação de valor e de empregos essencial à realização de nossa ambição comum. É neste sentido que consideramos esta visão como *realista*. É possível, pois dispomos de directrizes precisas e coerentes.

O processo de preparação do Plano Guiné-Bissau "Terra Ranka" permite-nos identificar claramente onde concentrar estrategicamente os nossos recursos e esforços. Com esta disciplina fortaleceremos a Governação e a Paz, as nossas infra-estruturas, o nosso capital humano, que desenvolveremos as nossas cidades e sectores económicos, quer se trate da agro-indústria, da pesca, do turismo ou do sector de mineração. "Terra Ranka" também nos permitirá saber o quanto a adopção de princípios do desenvolvimento sustentável dos nossos recursos naturais renováveis fortalece a coerência do conjunto do nosso projecto. É neste sentido que o Estado se empenhou em ser o principal responsável pelo respeito desses princípios no dia-a-dia. Estamos convencidos de que esta exigência de coerência também é a melhor garantia duma mobilização sustentável de recursos indispensáveis à implementação do plano.

Minha fé no sucesso desta estratégia e na realização dos nossos objectivos emana da minha confiança inabalável no espírito do nosso povo, especialmente dos nossos jovens, que demonstram ousadia e empreendedorismo. Este plano é para os jovens e para as gerações futuras, pois como disse Antoine de Saint Exupéry, herdamos tão pouco da nossa Guiné que todos os dias tomamos emprestado das gerações futuras. Convido todos a cumprir o seu papel e a assumir todas as suas responsabilidades. Em nome do país, agradeço-lhes antecipadamente. Viva à República, viva à Guiné-Bissau!

[1] bairro, vila em Guinée-Bissau

Mensagem do Engº Domingos Simões Pereira, Primeiro-Ministro da República da Guiné-Bissau

2015 – 2025: dez anos de reformas e investimentos para concretizar a renovação da Guiné-Bissau. Dez anos, é ao mesmo tempo um período longo e curto.

Longo, pois será necessário que todos os cidadãos do país e todas as partes interessadas apoiem ao longo dos anos um esforço inédito que com frequência nos exigirá a mudança dos nossos hábitos, talvez renunciar a certas práticas ou ainda tentar seguir caminhos desconhecidos. Para os Poderes Públicos que nós representamos, o desafio será tornar o investimento um sucesso de longo prazo e garantir a constante adesão de todos à mudança. O Governo está convicto de que este compromisso será renovado e a dinâmica mantida toda vez que os resultados previstos forem um sucesso. É neste sentido que estamos conscientes da nossa importante responsabilidade neste processo histórico: garantir o controlo da implementação dum plano que seja rigoroso e vise a resultados para sermos em 2025 uma Guiné positiva, politicamente estabilizada pelo desenvolvimento inclusivo, boa governação e preservação da biodiversidade. É a excelência da implementação que será a criadora da dinâmica de mudança que todos gostariam de ver aplicada. Amanhã será o primeiro dia do resto desta década histórica e vou assegurar que este estado de espírito, dia após dia, guie a acção de cada membro do governo, de cada funcionário público. Dez por cento de inspiração, 90% de transpiração é o que costumam dizer os anglo-saxões. Chegou o momento de todos arregaçarem as mangas. Eu comprometo-me a que todos do meu Governo o façam.

O nosso outro desafio será inscrever constantemente o quotidiano de responsabilidades do Executivo na perspectiva da visão ambiciosa e realista que adoptamos; não esquecer jamais e enfrentar o desafio de proceder a arbitragens da acção governamental segundo uma exigência que aceitamos hoje como nossa referência fundamental comum; em particular, estamos empenhados em conduzir o desenvolvimento económico e social do país com base na valorização sustentável dos recursos naturais renováveis enraizados cada vez mais profundamente numa biodiversidade que nos cabe tornar cada dia mais fecunda.

Dez anos também é um período muito curto na escala da história duma nação. O impulso nacional ao qual nós aspiramos traz a esperança dum futuro melhor que se inscreve no longo prazo. Nesta perspectiva, 10 anos de investimento, dez anos de esforços não são muito tempo. O Governo aceitou a nobre missão de conduzir as primeiras etapas do plano estratégico Guiné-Bissau 2025 "Terra Ranka". Assumimos esta responsabilidade com toda determinação e compromisso que a questão requer; também a cumprimos com confiança, uma vez que sabemos qual é a estratégia precisa para as acções prioritárias.
Com o conjunto de forças vivas da nação, o Governo trabalhará para utilizar a dinâmica de nossa renovação e deixar para os jovens um país no qual eles possam realizar os seus sonhos. Agradeço todas as contribuições e a boa vontade do país e da comunidade internacional, sem a qual este plano não teria sua qualidade essencial, a saber, ser doravante um bem nacional voltado para o mundo e perante o qual os servidores do Estado se podem comprometer plenamente. Agradeço antecipadamente todas as contribuições, por menores que sejam, as quais no futuro tornarão evidente para todos do país, do continente e do mundo, que o sol brilha na Guiné-Bissau.

RESUMO EXECUTIVO

A luta pela independência da Guiné-Bissau trouxe consigo uma grande meta de progresso social e de apropriação do futuro. O projecto dos pais da pátria era oferecer um futuro melhor aos guineenses para que todos pudessem reconhecer no seu país a própria casa. Nas palavras de Amilcar Cabral, "nossa independência nos permitirá desenvolver a nossa própria cultura, desenvolver-nos por nós mesmos e desenvolver o nosso país, tirando o povo do sofrimento, da miséria e da ignorância." Quarenta anos após a independência, a Guiné-Bissau ainda não concretizou estas aspirações. As dificuldades económicas intensificaram as tensões sociais, favoreceram o isolamento étnico e levaram a erupções de violência. O ciclo negativo foi assim reforçado e impediu a realização das aspirações progressistas legítimas da nação guineense. O ciclo negativo ainda não é insuperável, porque a história da humanidade oferece exemplos de sobra dum esforço nacional conducente a períodos de prosperidade durável.

A estratégia Guiné-Bissau 2025 tem como meta cumprir esta promessa de progresso social. Oferece um projecto comum aos guineenses, actores da transformação e responsáveis pela realização colectiva. Visa a catalisar todas as energias positivas tanto no interior como no exterior do país numa linha de acção ambiciosa e coerente que permita à Guiné-Bissau responder enfim às suas aspirações de prosperidade e paz. Permitirá superar o círculo vicioso da instabilidade e da pobreza para adoptar finalmente uma perspectiva de desenvolvimento durável.

> ***"Como todos os povos do mundo, nós queremos viver em paz, nós queremos trabalhar em paz, nós queremos construir o progresso do nosso povo." »***
>
> **Amilcar Cabral, discurso em Dar-es-Salam, 1965.**

A juventude é o ponto de impulso nacional da Estratégia Guiné-Bissau 2025.

Na Guiné-Bissau o impulso nacional está nas mãos da juventude. Mais de 60% da população tem menos de 25 anos e o início duma transição demográfica no próximo decénio oferece novas oportunidades. Estes jovens não conheceram a colonização portuguesa nem a luta pela independência. Vivem numa época em que a informação e os valores do mundo inteiro circulam e se mesclam. Esta juventude não é responsável pelo círculo vicioso que tem predominado nos últimos decénios, embora tenha sofrido as consequências. Está decidida a não reproduzir os erros do passado e a enfrentar o desafio dum destino melhor para o povo da Guiné-Bissau. A Estratégia Guiné-Bissau 2025 é a ferramenta que permitirá à juventude canalizar essa aspiração à mudança e ao impulso nacional. Para sair do círculo vicioso acima descrito a Guiné-Bissau deverá utilizar dinâmicas positivas que se reforçam mutuamente e convergem para uma prosperidade partilhada. Será preciso: i. implementar sectores de criação de riquezas apoiadas na valorização perdurável do seu capital natural; ii. reformar a governação destas instituições com base num modelo inclusivo, participativo, aberto ao diálogo democrático e respeitoso das diferenças de opinião e de interesse dos componentes demográficos, o qual garantirá a paz social; e iii. basear a actividade colectiva do povo guineense em sinergia com o seu meio ambiente natural duma riqueza inestimável, do tipo que constrói com a extraordinária biodiversidade do país e não na dependência dela. Em 10 anos uma estratégia concertada, a impulsionar simultaneamente estas três dinâmicas, permitirá integrar definitivamente a Guiné-Bissau num círculo virtuoso de progresso.

VISÃO : Uma Guiné-Bissau positiva, politicamente estabilizada pelo desenvolvimento inclusivo, boa governação e preservação da biodiversidade.

A Guiné-Bissau está em condições de influenciar de forma sustentável a sua trajectória de desenvolvimento. Dispõe dum capital natural considerável. Tem importantes recursos hídricos (130 km³/ano de água de superfície e 445 km³/ano de água subterrânea), um vasto e rico território marítimo (105.000 km² em 270 km de litoral), biodiversidade excepcional que presta serviços de ecossistema ao conjunto da África Ocidental. Quase 10% do seu território é coberto de mangues, talvez a proporção mais importante do mundo; 13% (na realidade 26%) do seu território terrestre e marítimo é um santuário de preservação da biodiversidade; e o Arquipélago Bolama-Bijagós, sítio natural excepcional de 80 ilhas e ilhotas, é

reconhecido em UNESCO MAB (Man & Biosphere) e várias ilhas (e sítios terrestres) são classificados como RAMSAR (zonas húmidas de importância internacional). A economia actual da Guiné-Bissau fundamenta-se inteiramente no seu capital natural que representa 47% da riqueza por habitante, talvez a parte mais importante da África Ocidental[2]. A Guiné-Bissau tornou-se assim o quarto produtor mundial de caju bruto, a explorar as características naturais do seu solo. A análise mostra, no entanto, que ao melhorar a qualidade da sua produção de caju e ao transformar localmente uma parte, poderá até 2025 quadruplicar as receitas provenientes deste sector. Mas mostra sobretudo que a Guiné-Bissau dispõe doutros verdadeiros motores de crescimento e que a pesca, o arroz e o turismo – e talvez as minas – serão os "cajus" de amanhã. O futuro económico da Guiné-Bissau dependerá da sua capacidade de assegurar a gestão sustentável dos seus recursos naturais renováveis.

Em 2025 a Guiné-Bissau será um país atraente, unido e bem governado. Será um lugar em que é bom viver, com um nível de vida de país com rendimento intermediário, que oferece oportunidades à juventude e aos investidores tanto nacionais como estrangeiros. Em 2025 a Guiné-Bissau será um país solidário, no qual a pobreza terá sido fortemente reduzida e onde as desigualdades sociais serão contidas. Oferecerá um quadro em florescimento no qual a cultura será dinâmica e valorizada. Em 2025 a Guiné-Bissau será um refúgio natural onde a biodiversidade será protegida, com ecossistemas saudáveis que permitirão a gestão sustentável desses recursos preciosos e renováveis, oferecerão serviços ao conjunto de toda a sub-região e contribuirão significativamente para os grandes equilíbrios ambientais do planeta. Em 2025 a Guiné-Bissau será um edifício estabilizado sobre fundamentos sólidos que permitirão à população escrever uma nova página da história colectiva da nação.

Em 2025 a Guiné-Bissau será um modelo de desenvolvimento sustentável, cuja biodiversidade será preservada e regenerada para manter de forma durável o potencial de criação do valor dos seus recursos renováveis e instalar o país neste círculo virtuoso da prosperidade. Para conseguir isso, o rendimento e a qualidade do caju serão reforçados (espaçamento dos cajueiros e horticultura correlata); a exploração de recursos haliêuticos será regulada de modo a permitir uma gestão sustentável (conservação dos mangues e espécies marinhas, cotas de pesca, controle rigoroso do território marítimo; e a qualidade excepcional dos sítios de ecoturismo será preservada (transformação em santuários e gestão das áreas protegidas tanto terrestres como marítimas e diversidade das es-

[2] Banco Mundial, Banco de Dados de Contabilização da Riqueza.

pécies para a pesca desportiva). Da mesma forma, qualquer que seja o potencial de criação das riquezas, os recursos do subsolo (minas, hidrocarbonetos) somente serão valorizados se demonstrarem capacidade de exploração responsável e com um impacto ambiental plenamente controlado. A Guiné-Bissau tomou consciência do seu potencial em matéria de desenvolvimento sustentável, tem consciência de poder ser um modelo pioneiro e salutar para o continente, uma proposição de desenvolvimento harmonioso para as populações, culturas e biodiversidade local. A sua opção primordial para o desenvolvimento baseada nos recursos naturais renováveis conduz o país a salvaguardar com prioridade o seu capital natural e a sua biodiversidade. Isso inspirará a nova governação do país, presidirá às escolhas principais de infra-estrutura, de desenvolvimento urbano e de desenvolvimento humano, notadamente no tocante às populações destituídas que serão acompanhadas nos seus processos de empoderamento. Assim a Guiné-Bissau distinguir-se-á pela sua participação no desenvolvimento sustentável, pedra angular do seu desenvolvimento.

Em 2025 a Guiné-Bissau será uma economia diversificada que se apoiará nos quatro motores do crescimento: agricultura e agro-indústria, pesca, turismo e mineração. A agricultura e a agro-indústria repousarão no desenvolvimento dos sectores de caju e arroz. Ao exportar somente a castanha-de-caju a Guiné-Bissau capta hoje menos de 10% do valor agregado deste sector. A meta doravante é quadruplicar até 2025 a riqueza gerada por este sector do caju. Este objectivo será alcançado por meio do seguinte: i. valorizar mais a produção agrícola mediante melhor qualidade da castanha, maior safra da produção e negociação mais eficaz dos preços; ii. transformar localmente pelo menos 30% da produção nacional; e iii. integrar-se nos circuitos comerciais dos mercados mais lucrativos. Essa integração será possível mediante o desenvolvimento de parcerias técnicas e financeiras com os referidos actores internacionais e implementação do rótulo "Caju da Guiné-Bissau". Para além disto, a Guiné-Bissau planeia obter a autosuficiência em arroz a partir de 2020 com uma produção de 450.000 toneladas em comparação com as 200.000 de hoje e tornar-se exportador líquido em 2025 com uma produção superior a 500.000 toneladas. Estes resultados serão obtidos, por um lado, gestão de 54.000 hectares de planícies pluviais e mangues e, por outro, melhoria das práticas orizícolas e a reconstituição do capital semente do país. Por outro lado, os sistemas de armazenagem e de distribuição serão reorganizados. Enfim, uma política de apoio ao sector de orizicultura será promovida, sobretudo em prol dos jovens produtores e pela implementação de mecanismos de finan-

ciamento de campanhas de comercialização e transformação do arroz.

A pesca e aquacultura serão o segundo motor do crescimento da Guiné-Bissau. A sua vasta plataforma continental e os seus recursos fluviais constituem para a Guiné-Bissau um importante recurso natural do qual até hoje a Guiné-Bissau pouco tem beneficiado. Para o país optimizar a valorização deste recurso implica doravante assegurar uma supervisão estrita do seu território marítimo, recolher integralmente as *royalties*, definir as regras de gestão sustentável do recurso haliêutico e incentivar os investimentos privados. O apoio ao financiamento dos operadores será inicialmente orientado para a transformação artesanal e aquacultura, os elementos mais intensivos em matéria de mão-de-obra e posteriormente numa segunda etapa, após 2020, na transformação industrial no âmbito duma Zona Económica Especial para Bissau. A meta prevista para 2025 é produzir 250.000 toneladas de frutos do mar, triplicar o facturamento do sector e criar 100.000 empregos directos e indirectos.

O turismo desempenhará o papel de terceiro motor do crescimento. Ao apoiar-se na sua biodiversidade excepcional, a Guiné-Bissau visa a tornar-se em 2025 um destino mundialmente reconhecido de ecoturismo e balneário turístico. A partir de agora e até 2020 o Arquipélago dos Bijagós servirá de "cabeça-de-ponte" do turismo da Guiné-Bissau no âmbito duma Zona Turística Especial criada por um órgão dedicado. Este órgão assegurará a promoção das Ilhas Bijagós, destinada a tornar-se a marca duma oferta mundialmente reconhecida de ecoturismo de primeira classe e de pesca desportiva. Para isso, o arquipélago será objecto dum programa de urgência de desenvolvimento das suas estruturas e se desenvolverá como modelo de excelência na gestão responsável dos ecossistemas, desenvolvimento participativo e inclusivo, bem como florescimento de comunidades locais.

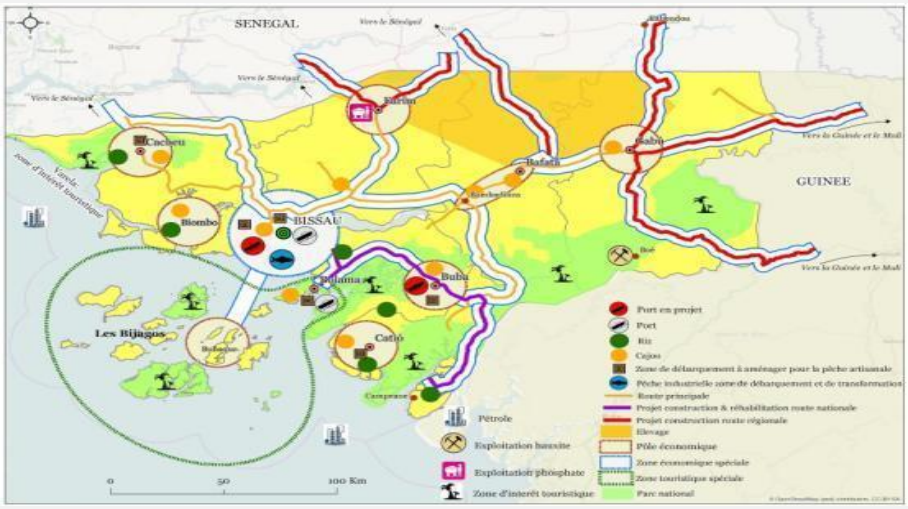
Em 2025 o sector de minas será o quarto motor do crescimento da Guiné-Bissau. O potencial de mineração da Guiné-Bissau parece considerável. Contudo, será valorizado sobre a base dum quadro normativo no tocante às exigências do país em matéria de desenvolvimento sustentável. Por conseguinte, a partir desta data até 2020 será promovida a exploração das minas artesanais e de materiais de construção e a exploração das grandes minas dará preferência aos fosfatos (Farim) depois da bauxita no médio prazo. Neste ínterim serão realizados estudos de viabilidade, impacto e oportunidades no tocante aos hidrocarbonetos.

Em 2025 haverá um novo mapa económico da Guiné-Bissau baseado

em nove pólos económicos.

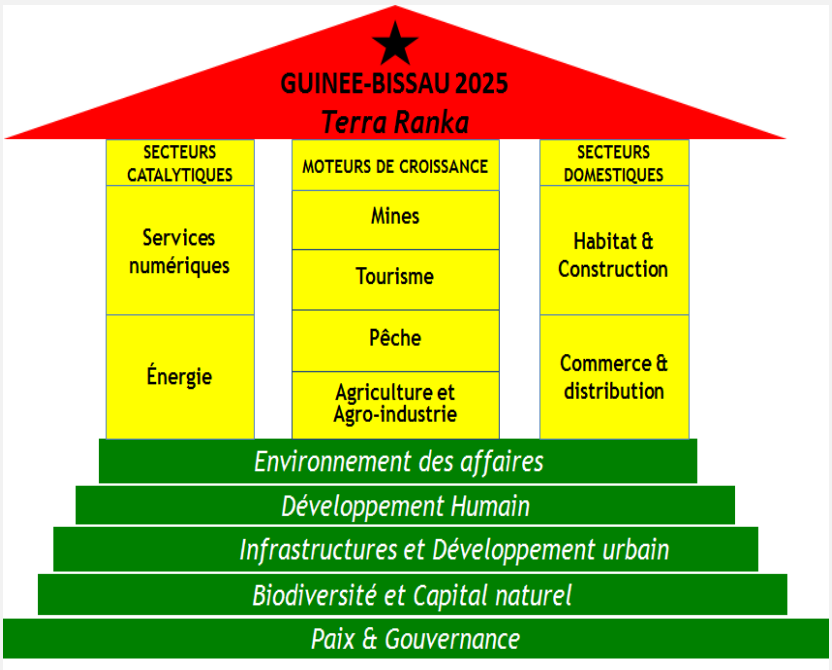
A estratégia da Guiné-Bissau 2025 transformará o mapa económico da Guiné-Bissau. Hoje em dia, para além da produção de caju e arroz, as actividades económicas e as infraestruturas produtivas da Guiné-Bissau são fortemente concentradas ao redor de Bissau, a sua capital. A Figura 1 mostra que a implementação da Estratégia Guiné-Bissau 2025 favorecerá o surgimento dum novo mapa económico com nove pólos económicos espalhados em todo o território e que serão as bacias dinâmicas de actividades económicas, de emprego e da vida urbana. Os nove pólos identificados são: Bissau, Arquipélago Bolama-Bijagós, Biombo, Cacheu, Farim, Bafatá, Gabú, Catio e Buba.

Figura 1 : Mapa dos pólos económicos previstos para 2025



Fonte: Análises do Grupo de Desempenho

Figura 2 : A Casa Guiné-Bissau 2025



A Visão Guiné-Bissau 2025 indica o destino futuro e o plano operacional 2015-2020 dos grandes eixos que o constituem (as orientações estratégicas). A Figura 2 sintetiza a estratégia

Estratégia 2015-2025 : Como construir a Casa Guiné-Bissau 2025

Os pilares mostram o surgimento em 2025 duma economia diversificada ao lado de sectores domésticos tradicionais (moradia e construção, comércio) e sectores de apoio crítico para a competitividade (energia, digital), os quatro grandes motores do crescimento. Para atender às expectativas legítimas das populações foram definidos para 2020 objectivos intermediários sólidos e concretos em cada um dos motores do crescimento: auto-suficiência em arroz, dobro das receitas do caju, desenvolvimento do turismo em Bijagós (20.000 turistas em 2020), dobro das receitas e do valor agregado da pesca e desenvolvimento do sector de materiais de construção e de um sítio de fosfato em Farim.

Para desenvolver plenamente os motores do crescimento é necessário que os fundamentos da competitividade estejam implementados. Por exemplo, a pesca não pode desenvolver-se sem uma gestão sustentável dos recursos haliêuticos a garantir a renovação da espécie. Cinco fundamentos foram definidos, os quais da Guiné-Bissau: mostra seis eixos (fundamentos e pilares) que serão necessários para construir a *casa Guiné-Bissau 2025* e que convergem para um desenvolvimento sustentável e solidário.

constituem os cinco outros eixos estratégicos: paz e governação; biodiversidade e capital natural; infraestruturas e desenvolvimento urbano; desenvolvimento humano; e ambiente de negócios.

A Paz e a Governação representam uma prioridade do mais alto nível. Sem a paz e sem uma boa governação a confiança interna e externa não pode ser restabelecida e nada sustentável poderá ser iniciado. Paz e governação são o ponto de partida do estabelecimento do círculo virtuoso de que necessita a Guiné-Bissau. Trata-se não somente de estabelecer de forma permanente instituições autenticamente republicanas, especialmente as Força Armadas, mas também de dotar a Administração de capacidades para conduzir a transformação profunda do país. Este fundamento gira em torno de cinco campos de acção: i. reforma e modernização da Administração; ii, Paz, Defesa e Segurança com uma série de projectos que visem especialmente à reforma das Forças Armadas e à reinserção de militares; iii. Justiça; iv. gestão macroeconómica e reforma da gestão das finanças públicas; e v. promoção do desenvolvimento local, da descentralização e da participa-

ção dos cidadãos. O reforço da governação, para além da segurança e da estabilidade social a que se visa, deve permitir a criação duma administração moderna, a assumir a direcção das suas missões de controlo e de regulamentação e inteiramente orientada para o atendimento dos seus utilizadores. Deve-se também traduzir num alinhamento da gestão macroeconómica com as melhores práticas, a fim de promover um crescimento sólido, sustentável e resiliente. Neste quadro, a Guiné-Bissau melhorará as suas capacidades de mobilização de recursos financeiros, a controlar ao mesmo tempo a dívida pública. As medidas visarão especialmente ao seguinte: i. reforçar as ferramentas de planeamento, programação e condução de políticas públicas; ii. reforçar as competências e os meios do Estado na arrecadação dos recursos fiscais; iii. assegurar uma execução transparente e eficaz da despesas públicas.

O eixo Biodiversidade e Capital Natural tem por objectivo preservar e valorizar de forma sustentável os recursos naturais do país. Este eixo definiu as normas que regulam as actividades humanas para limitar as pressões antrópicas sobre o meio ambiente e aumentar a resiliência do território frente aos perigos climáticos. Gira em torno de dois campos principais de acção: i. o desenvolvimento institucional que visa sobretudo a instaurar um quadro normativo e institucional de referência e a dotar a Guiné-Bissau dum corpo jurídico, dum modelo de governação e financiamento inovador que lhe confiram o status de país africano na vanguarda mundial em matéria de desenvolvimento sustentável; e ii. a gestão sustentável de ecossistemas que implique o seguinte: conhecer estes ecossistemas e a biodiversidade para melhor salvaguardar os recursos vulneráveis; implementar a Estratégia Nacional de Áreas Protegidas para valorizar estas zonas que passarão de 13% a 26% do território nos próximos anos; favorecer a preservação dos ecossistemas em todo o território, a garantir o respeito dos equilíbrios biológicos; e finalmente implementar um Plano Climático para aumentar a resiliência do território nacional frente à mudança climática. Depois de Bangladesh a Guiné-Bissau é o segundo país do mundo mais exposto aos efeitos dos distúrbios climáticos. Um plano de protecção do litoral e um plano de adaptação e mitigação serão implementados para responder aos riscos enfrentados pelo homem e pelo território.

O eixo Infra-estruturas e Desenvolvimento Urbano visa a dotar o país de infra-estruturas logísticas, energéticas, digitais e urbanas necessárias ao seu desenvolvimento. A Guiné-Bissau sofre hoje dum profundo défice de infra-estrutura. Para assegurar a actualização requerida, este fundamento gira em torno de quatro campos de acção: i. transportes, onde os pontos de estrangulamento

serão eliminados (reabilitação do porto e das vias urbanas de Bissau, vias terrestres prioritárias e vias fluvio-marítimas de navegação); ii. energia e recursos hídricos, onde se trata de fazer uma reviravolta importante mediante o desenvolvimento de 90 MW até 2020 e melhoria significativa do acesso à água potável e ao esgoto; iii. sistema digital, a fim de transformar o sistema digital numa verdadeira alavanca de crescimento para o conjunto da economia; e iv. gestão do território e do desenvolvimento urbano, cujo objectivo imediato é renovar e construir os centros urbanos a fim de os dotar de infra-estruturas e sistemas funcionais e os estabelecer como epicentros da actividade económica. Neste quadro o desenvolvimento do Arquipélago Bolama-Bijagós e dos cinco principais centros urbanos constituirão prioridade.

O eixo Desenvolvimento Humano visa a valorizar o potencial da população guineense, assegurar o atendimento das suas necessidades básicas, implementar uma rede social de segurança e desenvolver as suas competências, produtividade e empregabilidade. Divide-se em quatro campos de acção: i. educação e emprego, nos quais, paralelamente aos projectos em andamento, um Plano Director da Educação 2015-2025 permitirá reduzir um plano operacional de reformas e investimento alinhado à Estratégia 2025, ao passo que um Escritório Nacional de Emprego reforçará a acção pública neste sector crítico de emprego; ii. a saúde, onde um Plano Director será elaborado e implementado um sistema eficaz de controlo e monitorização, bem como projectos relacionados com a infra-estrutura, medicamentos e grandes endemias; iii. protecção social para redução em grande escala da pobreza por meio da criação tanto duma rede de segurança como de verdadeiras oportunidades de empoderamento para os mais destituídos; e iv. cultura, juventude e desportos que serão especialmente portadores duma grande renovação cultural. Será implementado um plano nacional de desenvolvimento social, por um lado com um componente de Protecção Social baseado no modelo Bolsa Família do Brasil e, por outro, um componente de Empoderamento que apoiará as populações guineenses mais destituídas ("a base da pirâmide") mediante a criação dum ecossistema de projecto inovadores e empresariais em campos como educação, acesso a esgoto, água potável, energia ou moradia.

O eixo Simplificação do Âmbito de Negócios e Desenvolvimento do Sector Privado" visa a implementar um ambiente propício para o sector privado. Trata-se de criar as condições favoráveis para o florescimento do sector privado, essencial para o desenvolvimento dos investimentos e posicionamento dos motores do crescimento. A simplificação do âmbito de negócios gira em torno de três programas: i. elaboração dum

âmbito jurídico nacional propício e coerente; ii. reforma do âmbito de negócios; e iii. implementação de plataformas económicas integradas com a criação duma Zona Económica Especial multissectorial em Bissau.

O desafio da execução.

O Plano Guiné-Bissau 2025 "Terra Ranka" representa um plano ambicioso de transformação da Guiné-Bissau num decénio. Divide-se no período 2015-2020 em seis eixos, vinte e três (23) campos de acção, cinquenta e três (53) programas e 115 projectos a um custo de 1.305 biliões FCFA. Este plano é claro, global e coerente. Mas a verdadeira batalha será a da execução. Para ter êxito, está prevista uma implementação por etapas com resultados comensuráveis a cada uma destas etapas. 2025 é o horizonte do plano de transformação. Mas 2020 foi definido como primeiro horizonte intermediário com os principais objectivos fortes e estruturais (a saber, desenvolvimento do turismo nas Ilhas Bijagós, auto-suficiência alimentar, dobro das receitas do sector do caju, dobro das receitas e do valor agregado da pesca e lançamento dum sítio de fosfatos em Farim. A agenda de transformação da Guiné-Bissau integra assim um dos princípios precípuos do êxito dum processo de mudança, a saber, a obtenção rápida dos principais resultados visíveis, os quais permitem reforçar a confiança das populações nas Autoridades e garantir a dinâmica da mudança.

Portanto, o segundo horizonte do Plano será anual. As prioridades serão definidas anualmente e os resultados anuais deverão ser claramente comensuráveis e visíveis para as populações. Neste âmbito foram definidas as prioridades de 2015: nove projectos permitirão enfrentar as urgências imediatas e nove programas iniciar a reviravolta estratégica da Guiné-Bissau.

Nestes seis primeiros meses do Plano nove projectos deverão permitir enfrentar as urgências imediatas. É crítico atender imediatamente à urgência social, em acompanhamento da desmobilização e reinserção de combatentes, como reforço ao acesso das populações urbanas à água e electricidade e como incentivo à redução dos custos e tarifas de telecomunicações que impactam hoje uma grande maioria das populações. É igualmente indispensável atender à urgência financeira e aumentar as receitas do Estado. Consegue-se isto por meio do controlo das receitas da pesca (vigilância e controlo do território marítimo e gestão das licenças de pesca) e da reorganização e fortalecimento das capacidades da administração fiscal. Por último, é igualmente inelutável atender à urgência económica e eliminar os gargalos de estrangulamento da economia (EAGB, porto de Bissau, Saltinho 86 MW).

Ao mesmo tempo, nos seis primeiros meses nove programas permitirão iniciar a reviravolta estratégica da Guiné-Bissau. Três deles dotarão o Estado guineense de alavancas críticas de controlo e implementação da Estratégia Guiné-Bissau 2025: i. implementação, duma célula de acompanhamento do Plano Estratégico, o qual será encarregado imediatamente da definição dos planos directores operacionais; ii. consolidação da gestão das finanças públicas com a criação do sistema de informação e gestão das finanças públicas; e iii. criação dos três grandes registos do Estado (pessoas físicas, registo de dados geo-referenciados do território e pessoas jurídicas), alavancas críticas para a eficácia de todas as políticas públicas. Dois programas permitirão iniciar a construção de fundamentos críticos e sustentáveis no nível da biodiversidade (Lei Quadro de Desenvolvimento Sustentável e Fortalecimento do IBAP e da Fundação BioGuiné) e do desenvolvimento social (plano de empoderamento das populações destituídas. Por último, quatro programas permitirão acelerar o crescimento mediante a liberação do potencial do sector digital, início das reformas arrojadas do âmbito de negócios, melhoria das cadeias de valor agrícolas (sectores do arroz e do caju) com o apoio de parcerias técnicas e implementação do Programa de Turismo de Bijagós, notadamente a Zona Turística Especial.

Para além disto, serão necessárias quatro alavancas para enfrentar o desafio da execução: i) vontade política e exemplaridade para sempre manter nas decisões do dia-a-dia o objectivo da visão e da estratégia, bem como dar o exemplo, principalmente no âmbito dos valores, das atitudes e dos comportamentos; **ii) alinhamento da acção pública à estratégia em todos os seus níveis**: os objectivos estratégicos devem ser definidos no nível central a envolver todas as estruturas intermediárias. A implementação da acção pública constitui uma longa cadeia na qual cada elo é importante para o resultado global. Neste sentido, a implicação e a mobilização de todos são fundamentais; e **iii. a responsabilização e a prestação de contas**. Os actores de cada nível devem ser plenamente responsabilizados e prestar contas em conformidade com as disposições dos contratos de desempenho. Entre eles os agentes responsáveis pelos 53 programas terão um papel especialmente crítico e deverão desempenhar a verdadeira função de agentes da mudança na administração; e **iv. controlo por resultados.** Neste âmbito um Serviço de Acompanhamento do Plano apoiará na implementação dum dispositivo rigoroso de participação, controlo e auto-avaliação do Plano.

I ISÃO: A Guiné-Bissau em 2025

Em que Guiné-Bissau desejamos viver amanhã tanto nós como nossos filhos? É a primeira pergunta a que a Estratégia Guiné-Bissau 2025 traz uma resposta por meio da definição da meta a ser alcançada, especialmente uma visão que se traduz numa forte aspiração para o país prevista para 2025, e do caminho para lá chegar, a saber, a transformação económica e social profunda, a preservação da biodiversidade única do país e o fortalecimento da identidade comum partilhada por todos os guineenses. Este capítulo descreve esta visão e indica os principais eixos da transformação que traz consigo.

Em 2025 a Guiné-Bissau será uma sociedade solidária que respeita a biodiversidade e está a caminho da prosperidade.

> **"Como todos os povos do mundo, nós queremos viver em paz, nós queremos trabalhar em paz, nós queremos construir o progresso do nosso povo."**
>
> *Amilcar Cabral, discurso em Dar-es-Salam, 1965.*

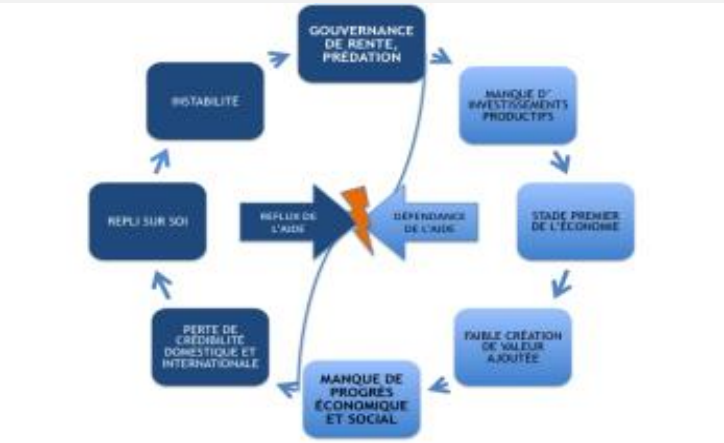
A luta pela independência da Guiné-Bissau trouxe consigo uma grande meta de progresso social. O projecto dos pais da nação guineense era oferecer um futuro melhor para as populações do país e pôr fim ao ciclo histórico de cinco séculos de explorações. Nas palavras de Amilcar Cabral, "nossa independência nos permitirá desenvolver a nossa própria cultura, desenvolver-nos por nós mesmos e desenvolver o nosso país, tirando o povo do sofrimento, da miséria e da ignorância." Quarenta anos após a independência, a Guiné-Bissau ainda não concretizou estas aspirações.

A estratégia Guiné-Bissau 2025 tem como meta cumprir esta promessa de progresso social. Oferece um projecto comum aos guineenses, actores da própria transformação e garantidores da sua realização colectiva. Visa a catalisar todas as energias positivas tanto no interior como no exterior do país numa linha de acção ambiciosa e coerente que permita à Guiné-Bissau responder enfim às suas aspirações de prosperidade e paz. Permitirá superar o círculo vicioso da má governação-pobreza para adoptar finalmente uma perspectiva de desenvolvimento durável.

O subdesenvolvimento caracteriza-se por dinâmicas negativas que se nutrem e se reforçam mutuamente e levam todo o país para baixo. Historicamente a falta de investimento no capital produtivo e humano criou uma economia pouco competitiva e com baixa produção de riquezas; a competitividade social neste contexto de penúria criou comportamentos de "curto prazo" e accionistas. Essa má governação suscitou desconfiança por parte dos investidores privados tanto nacionais como estrangeiros, bem como de parceiros no desenvolvimento, contribuindo para manter um nível baixo de investimento e de resultados

económicos fracos. As dificuldades económicas intensificaram as tensões sociais, favoreceram o isolamento étnico e levaram a erupções de violência. O ciclo negativo foi assim reforçado (ver Figura 3) e impediu a realização das aspirações progressistas legítimas da nação guineense. O ciclo negativo não é insuperável. De facto, a história da humanidade oferece exemplos de sobra dum esforço nacional conducente a períodos de prosperidade durável.

Figura 3 : Ciclo vicioso: má governação-pobreza



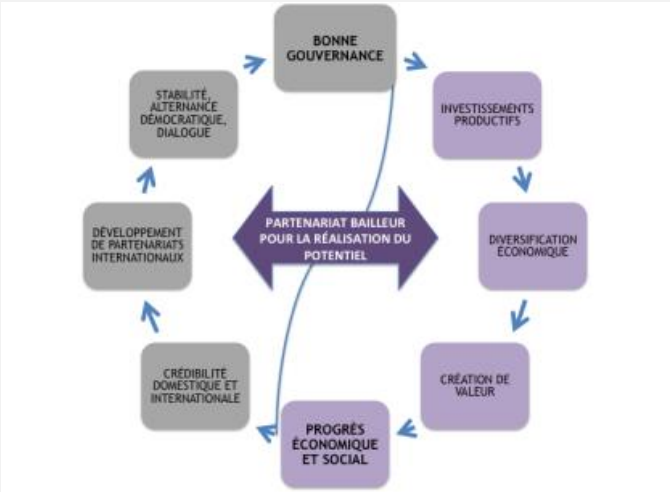
Fonte: Análises do Grupo de Desempenho

A juventude é o ponto de impulso nacional da Estratégia Guiné-Bissau 2025.

Na Guiné-Bissau o impulso nacional está nas mãos da juventude. Mais de 60% da população tem menos de 25 anos. Estes jovens não conheceram a colonização portuguesa nem a luta pela independência. Vivem numa época em que a informação e os valores do mundo inteiro circulam e se mesclam. Esta juventude não é responsável pelo círculo vicioso que tem predominado nos últimos decénios, embora tenha sofrido as consequências. Está decidida a não reproduzir os erros do passado e a enfrentar o desafio dum destino melhor para o povo da Guiné-Bissau. A Estratégia Guiné-Bissau 2025 é a ferramenta que lhes permitirá canalizar essa aspiração à mudança e ao impulso nacional.

Até 2025 a Guiné-Bissau estará definitivamente ancorada num ciclo virtuoso de progresso. Para sair do círculo vicioso a Guiné-Bissau deverá utilizar dinâmicas positivas que se reforçam mutuamente e convergem para uma prosperidade partilhada. Será preciso: i. implementar etapas de criação de riquezas apoiadas na valorização perdurável do seu capital natural; ii. reformar a governação destas instituições com base num modelo inclusivo, participativo, aberto ao diálogo democrático e respeitoso das diferenças de opinião e de interesse dos componentes demográficos, o qual garantirá a paz social; e iii. basear a actividade colectiva do povo guineense em sinergia com o seu meio ambiente natural duma riqueza inestimável, do tipo que constrói **com** a extraordinária biodiversidade do país e não na dependência dela. Em 10 anos uma estratégia concertada, a impulsionar simultaneamente estas três dinâmicas, permitirá integrar definitivamente a Guiné-Bissau num círculo virtuoso de progresso.

Figura 4 : Círculo virtuoso boa governação-progresso económico e social



Fonte: Análises do Grupo de Desempenho

Dinâmica positiva 1 : Valorizar de forma sustentável os recursos naturais renováveis e estruturar sectores criadores de novas riquezas e de emprego.

Estruturar sectores criadores de riquezas e de emprego é indispensável para sair do ciclo vicioso do subdesenvolvimento. Quatro sectores de actividades têm dotações iniciais de capital, um nível de maturidade dos operadores e oportunidades comerciais suficientemente importantes para o país desenvolver vantagens comparativas. Trata-se, em primeiro lugar, dos sectores agrícolas de castanha-de-caju e arroz, os quais apresentam igualmente oportunidades na agro-indústria, principalmente a castanha de caju. Até 2025 a Guiné-Bissau quadruplicará a riqueza gerada por este sector mediante o seguinte: valorizar mais a produção agrícola mediante a promoção de melhor qualidade da castanha, de maior safra da produção e duma negociação mais eficaz dos preços; ii. transformar localmente 30% da produção nacional; e iii. integração nos circuitos comerciais dos mercados mais lucrativos. Essa integração será possível mediante o desenvolvimento de parcerias técnicas e financeiras com os referidos actores internacionais e implementação do rótulo "Caju da Guiné-Bissau". Para além disto, a Guiné-

Bissau planeia obter a auto-suficiência em arroz a partir de 2020 com 450.000 toneladas em comparação com as 200.000 de hoje e, em seguida, desenvolver a exportação com uma produção superior a 500.000 toneladas. Estes resultados serão obtidos, por um lado, gestão de 54.000 hectares de planícies pluviais e mangues e, por outro, melhoria das práticas orizícolas e a reconstituição do capital semente do país. Por outro lado, os sistemas de armazenagem e de distribuição serão reorganizados. Enfim, uma política de apoio ao sector de orizicultura será promovida pelo Governo, sobretudo em prol dos jovens produtores e pela implementação de mecanismos de financiamento de campanhas de comercialização e transformação.

O segundo motor do crescimento – os sectores da pesca e da aquacultura – apresentam um importante campo de criação de riquezas e empregos remunerados de longa duração, se estes sectores forem regulados de modo que a exploração dos mesmos não prejudique a renovação dos recursos. A sua vasta plataforma continental e a sua bacia hidrográfica fluvial constituem para a os seus recursos fluviais são para a Guiné-Bissau um importante recurso natural do qual até hoje pouco tem beneficiado. Para o país optimizar a valorização deste recurso implica doravante assegurar uma supervisão estrita do seu território marítimo, recolher integralmente as r*oyalties*, definir as regras de gestão sustentável do recurso haliêutico e incentivar os investimentos privados. O apoio para o financiamento de operadores será inicialmente orientado para a transformação artesanal e de aquacultura de mão-de-obra mais intensiva. Numa segunda fase, pós-2020, os investimentos públicos manterão a transformação industrial dos produtos da pesca no no âmbito duma Zona Económica Especial para Bissau. A meta prevista para 2025 é produzir 250.000 toneladas de frutos do mar, triplicar o facturamento do sector e criar 100.000 empregos directos e indirectos.

O turismo desempenhará o papel de terceiro motor do crescimento. Ao apoiar-se na sua biodiversidade excepcional, a Guiné-Bissau visa a tornar-se em 2025 um destino mundialmente reconhecido de ecoturismo e balneário turístico. A partir de agora e até 2020 o Arquipélago dos Bijagós servirá de "cabeça-de-ponte" do turismo da Guiné-Bissau no âmbito duma Zona Turística Especial criada por um órgão dedicado. Este órgão assegurará a promoção duma oferta mundialmente reconhecida de ecoturismo de primeira classe e de

pesca desportiva. Para isso, o arquipélago beneficiará dum programa de urgência de modernização das suas estruturas e se desenvolverá como modelo de excelência na gestão responsável dos ecossistemas, desenvolvimento participativo e inclusivo, bem como florescimento de comunidades locais.

O sector da mineração é o quarto motor do crescimento. O potencial de mineração da Guiné-Bissau parece considerável. Contudo, a exploração racional do subsolo guineense passará à situação anterior por um trabalho de inventário preciso e de estudo das condições técnicas, ambientais e económicas da extracção. A bauxita, os fosfatos e a areia pesada são as principais oportunidades de exploração. No entanto, uma exploração racional deverá implementar um quadro jurídico favorável à negociação de contratos que tragam lucros ao povo guineense e protejam o meio ambiente, a construção da infra-estrutura de extracção e o transporte e a formação da mão-de-obra nacional. A exploração de recursos minerais será progressiva, por um lado devido às razões técnicas descritas acima e, por outro, em decorrência da escolha estratégica que atribui prioridade à valorização dos recursos naturais renováveis. Portanto, a partir de agora até 2020 será atribuída prioridade, por um lado, à exploração de minas artesanais e de materiais de construção, bem como à mina de fosfatos de Farim, cujo potencial e características técnicas e ambientais são conhecidos. No médio prazo a exploração da bauxita será considerada. Para além disto, os estudos de viabilidade, de impacto e de oportunidades requerem a exploração de hidrocarburetos.

Dinâmica positiva 2 : Uma governação reformulada e um pacto social consolidado para assegurar uma paz durável.

A Guiné-Bissau deve integrar de forma sustentável os requisitos da segurança, estabilidade política e diálogo democrático pacífico e produtivo com o seguinte: 1. Forças Armadas Republicanas permanentemente dedicadas à evolução pacífica e democrática do país; ii. liderança política (executivo e legislativo, governo e oposição), económica e da sociedade civil, sempre mais competente, responsável e participante da concretização duma visão

nacional partilhada; iii. debate democrático pacífico para assegurar a realização fluida dos programas governamentais e, se for o caso, uma mudança democrática serena. Estes requisitos permitirão à Guiné-Bissau dispor duma governação acreditável capaz de comandar a profunda transformação económica e social prevista até 2025.

A colaboração e a pedagogia da visão Guiné-Bissau 2025 constituirão a base dum pacto de confiança nacional entre os diferentes componentes da população nacional. Este pacto de confiança nacional permitirá superar as divisões sociais, ideológicas e de identidade para fazer o país convergir no sentido dum interesse superior comum partilhado. Este novo pacto social será consolidado por um dispositivo rigoroso de controlo e de governação da visão, especificada numa estratégia e num plano operacional preciso, vinculados a um plano de investimento económico e humano calculado e priorizado. A implementação eficaz da visão, se transformada em impactos positivos na realidade quotidiana das populações, reafirmará a sua adesão ao projecto colectivo. Isso garantirá a adesão do povo às mudanças individuais e colectivas indispensáveis ao impulso nacional.

Dinâmica positiva 3 : Integrar as actividades humanas num procedimento sistemático de desenvolvimento durável e de respeito à biodiversidade.

As1.700.00 pessoas que em 2015 vivem na Guiné-Bissau povoam um território de 36.125 km² rico em biodiversidade excepcional. A cobertura florestal ocupa 57% do território terrestre e constitui uma barreira verde ao avanço da zona saheliana. Estas florestas abrigam uma fauna emblemática formada por elefantes, búfalos, antílopes, chimpazés e várias outras espécies de símios. O último inventário da biodiversidade terrestre (1989) constatou a existência na Guiné-Bissau de 64 espécies de mamíferos, 374 espécies de pássaros e 39 espécies de répteis. Os mangues cobrem 10% do território e prestam serviços ecossistémicos importantes ao conjunto do Golfo da Guiné. Estes serviços de ecossistema recuperam o sequestro de carbono, a regulamentação da poluição aquática graças à capacidade dos mangues de absorver poluentes orgânicos ou ainda a renovação de lagos e mangues ricos em nutrientes, a constituir assim uma zona de reprodução privilegiada de peixes. O país conta

com 270 km de litoral e um território marítimo de 105.000 km². O litoral abriga espécies animais raras, tais como certas espécies de tartarugas marítimas, hipopótamos de água salgada, lontras de bochecha branca, golfinhos-corcundas, crocodilos do NIlo, para além de diferentes espécies de pássaros.

A Visão Guiné-Bissau faz do respeito à biodiversidade e aos equilíbrios ecológicos o elemento estrutural do seu procedimento. De facto, esta visão aplica-se de maneira holística ao conjunto da ecosfera do território da Guiné-Bissau, no qual o homem é um elemento importante, embora não exclusivo, do restante da biodiversidade. As culturas tradicionais guineenses sempre valorizaram o respeito da natureza e a responsabilidade do homem na preservação dos equilíbrios do seu lugar na vida. Cabe às gerações contemporâneas actualizar estes traços culturais singulares e estas responsabilidades ao integrar a sua acção numa abordagem de preservação e valorização de diferentes formas e vida que coabitam na Guiné-Bissau. A Visão 2025 tem por objectivo construir o futuro do povo guineense em sinergia com a sua ecosfera e não em detrimento da biodiversidade do seu território. Consciente da sua interdependência com as outras espécies que vivem no seu território, o povo da Guiné-Bissau planeia trabalhar para manter os equilíbrios ecológicos.

Mais do que outros países a Guiné-Bissau sofre vulnerabilidades ambientais importantes e está exposta aos riscos vinculados aos distúrbios climáticos. O seu território tem um arquipélago com 88 ilhas expostas ao risco da elevação do nível do mar. A população do país está principalmente concentrada no seu litoral, vulnerável à erosão do solo. Mais de 90% da população vive de actividades dependentes directamente do clima, quer se trate da agricultura ou da pesca. A salinização do solo e da água doce, a poluição ou empobrecimento dos elementos nutritivos biológicos das águas e das terras e as estiagens fora do comum são outras ameaças directas às condições de sobrevivência da população. Neste sentido, a preservação dos equilíbrios ecológicos é uma questão de sobrevivência imediata para a Guiné-Bissau, o que justifica estar no centro da sua Visão 2025.

As diferentes actividades humanas basear-se-ão no procedimento integrado de desenvolvimento sustentável. A agricultura natural será privilegiada e o uso de pesticidas e fertilizantes químicos estará sujeito a um controlo rigoroso. A pesca

respeitará o repositório biológico das espécies para assegurar uma renovação sustentável. O ecoturismo respeitará a preservação dos sítios naturais protegidos. A escolha da exploração de recursos naturais não renováveis será deverá acompanhar a capacidade de dominar os impactos ambientais negativos vinculados ao seu desenvolvimento. Medidas ambiciosas de "assoreamento" dos ecossistemas, ou seja, correcções das degradações existentes, serão aplicadas para restabelecer os equilíbrios ambientais. Nas zonas de monocultura do caju e de culturas associadas, de uso comercial ou não, serão assim restabelecidos os equilíbrios ecológicos dos solos. Esta política ambiciosa e singular no tocante às experiências doutros países em vias de desenvolvimento servirá aos interesses das gerações tanto actuais como futuras. O capital natural do país que constitui 43% do total do seu estoque de capital, um recorde para África, será mantido, valorizado e até mesmo enriquecido.

VISÃO : Uma Guiné-Bissau positive, politicamente estabilizada pelo desenvolvimento inclusivo, boa governação e preservação da biodiversidade.

Em 2025 a Guiné-Bissau será uma sociedade solidária que respeita a biodiversidade e está a caminho da prosperidade. Em 2025, graças a estas três dinâmicas integradas no decorrer dos próximos 10 anos, a Guiné-Bissau será um país atraente, unido e bem governado. Será um lugar em que é bom viver, com um nível de vida de país com rendimento intermediário, que oferece oportunidades à juventude e aos investidores tanto nacionais como estrangeiros. Em 2025 a Guiné-Bissau será um país solidário, no qual a pobreza terá sido fortemente reduzida e onde as desigualdades sociais serão contidas. Oferecerá um quadro em florescimento no qual a cultura será dinâmica e valorizada. Em 2025 a Guiné-Bissau será um refúgio natural onde a biodiversidade será protegida com ecossistemas saudáveis que permitirão a gestão sustentável desses recursos preciosos e renováveis, oferecerão serviços ao conjunto de toda a sub-região e contribuirão significativamente para os grandes equilíbrios ambientais do planeta. Em 2025 a Guiné-Bissau será um edifício estabilizado sobre fundamentos sólidos que permitirão à população es-

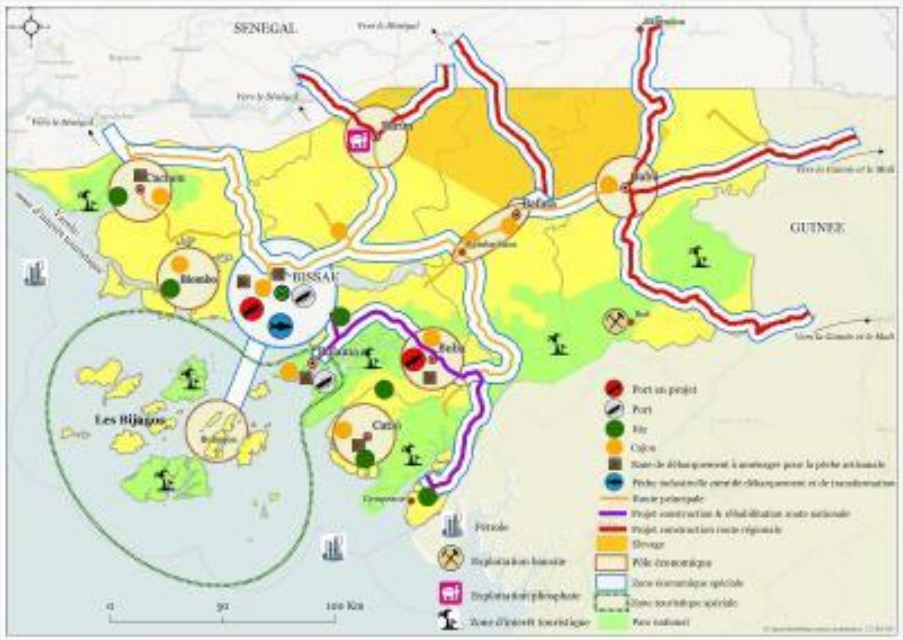
crever uma nova página da história colectiva da nação.

Em 2025 a Guiné-Bissau será um modelo de desenvolvimento sustentável, cuja biodiversidade será preservada e regenerada para manter de forma durável o potencial de criação do valor dos seus recursos renováveis e instalar o país neste círculo virtuoso da prosperidade. Para conseguir isso, o rendimento e a qualidade do caju serão reforçados (espaçamento dos cajueiros e horticultura correlata); a exploração de recursos haliêuticos será regulada de modo a permitir uma gestão sustentável (conservação dos mangues e espécies marinhas, cotas de pesca, controle rigoroso do território marítimo; e a qualidade excepcional dos sítios de interesse ecoturístico será preservada (transformação em santuários e gestão das áreas protegidas tanto terrestres como marítimas e diversidade das espécies para a pesca desportiva). Da mesma forma, qualquer que seja o potencial de criação das riquezas, os recursos do subsolo (minas, hidrocarburetos) somente serão valorizados se demonstrarem capacidade de exploração responsável e com um impacto ambiental plenamente controlado. A Guiné-Bissau tomou consciência do seu potencial em matéria de desenvolvimento sustentável, tem consciência de poder ser um modelo pioneiro e salutar para o continente, uma proposição de desenvolvimento harmonioso para as populações, culturas e biodiversidade local. A sua opção primordial para o desenvolvimento baseada nos recursos naturais renováveis conduz o país a salvaguardar com prioridade o seu capital natural e a sua biodiversidade. Isso inspirará a nova governação do país, presidirá às escolhas principais de infraestrutura, de desenvolvimento urbano e de desenvolvimento humano, notadamente no tocante às populações destituídas que serão acompanhadas nos seus processos de empoderamento. Assim a Guiné-Bissau distinguir-se-á pela sua participação no desenvolvimento sustentável, pedra angular do seu desenvolvimento.

Em 2025 haverá um novo mapa económico da Guiné-Bissau baseada em nove pólos económicos.

A estratégia da Guinée-Bissau 2025 transformará o mapa económico da Guinée-Bissau. Hoje em dia, para além da produção de caju e arroz, as actividades económicas e as infra-estruturas produtivas da Guiné-Bissau são fortemente concentradas ao redor da capital Bissau. A Figura 5 mostra que a implementação da Estratégia Guiné-Bissau 2025 favorecerá o surgimento dum novo mapa económico com nove pólos económicos, bacias dinâmicas de actividades económicas, de emprego e da vida urbana espalhados no conjunto do seu território. Os nove pólos identificados são: Bissau, Arquipélago Bolama-Bijagós, Biombo, Cacheu, Farim, Bafatá, Gabú, Catio e Buba.

Figura 5 : Mapa dos pólos económicos previstos para 2025



Fonte: Análises do Grupo de Desempenho

Em 2025 Bissau será um pólo económico dinâmico e diversificado, dotado duma Zona Económica Especial (ZES) multissectorial. Em 2025 Bissau será o primeiro eixo da Guiné-Bissau com o porto de Pikil e o Aeroporto Internacional de Bissau (no longo prazo, esta situação de eixo poderá evoluir se o porto de Buba e um novo aeroporto internacional virem a luz do dia). A sua Zona Económica Especial sediará, em primeiro lugar, actividades agro-industriais (transformação da castanha-de-caju, transformação de produtos da pesca), mas também todas as actividades industriais susceptíveis de beneficiarem dos seus serviços e das actividades que apoia. De facto, para além dos incentivos administrativos e das vantagens fiscais clássicas, a ZES fornecerá uma série de infra-estruturas e serviços eficazes, entre os quais figuram construção, energia, água, transporte, sistema digital de alta velocidade e serviços de promoção e formação. O desenvolvimento deste pólo económico apoiar-se-á na renovação e no desenvolvimento dum pólo urbano e cultural dinâmico em Bissau.

Em 2025 o Arquipélago Bolama-Bijagós será um pólo turístico de grande importância, dedicado ao ecoturismo sustentável e à pesca desportiva de primeira classe. Neste sentido, a gestão sustentável dos ecossistemas do arquipélago, em particular suas áreas protegidas – garantia principal duma oferta ecoturística excepcional e de categoria internacional – será prioridade absoluta. Assim, um número preciso (25.000 turistas em 2020 3 40.000 em 2025) minimizará a pressão sobre os ecossistemas terrestres e marinhos e favorecerá a manutenção dum posicionamento de gama alta e outros sítios na parte continental atenderão à clientela de gama média (a saber, um grupo hoteleiro do tipo Club MEd em Varela). Para favorecer a sua visibilidade internacional e o desenvolvimento da sua oferta, o Arquipélago Bolama-Bijagós será colocado na Zona Turística Especial com uma agência dedicada à sua gestão, aumento do seu valor turístico e promoção. Para além disto, o arquipélago será objecto dum programa integrado de desenvolvimento das suas infra-estruturas, programa de urgência que lhe deverá permitir até 2017 oferecer aos investidores hoteleiros e aos turistas os serviços de saúde, segurança, transporte, energia e telecomunicações de que necessitar. Neste sentido, o aeroporto de Bubaque será melhorado e poderá receber voos regionais. Ademais, Bolama,

antiga capital da Guiné Portuguesa e candidato à inscrição no Património da Humanidade da UNESCO, será objecto duma redinamização económica (turismo, pesca artesanal, caju) e duma verdadeira renovação urbana, arquitectural e cultural.

Em 2025 o pólo económico de Biombo será um pólo agrícola importante, dedicado aos sectores de arroz e caju. Sidja será um grande pólo de caju. Não será apenas uma produção mais bem enquadrada e de maior remuneração, mas também trará o desenvolvimento da safra e da principal transformação da castanha-de-caju. Para além disto, o desenvolvimento da produção de arroz permitirá contribuir para o objectivo nacional de auto-suficiência alimentar em 2020.

Em 2025 o pólo económico de Cacheu será um grande pólo agrícola, turístico e comercial. Uma produção agrícola dinâmica, mais bem enquadrada e a beneficiar duma primeira transformação nas unidades industriais locais, permitirá transformar este pólo numa região agrícola próspera. Por outro lado, o seu potencial turístico será valorizado, especialmente ao redor do Parque de Varela com a implantação de cadeias de turismo de categoria internacional. Um corredor rodoviário para este pólo tornará a ligar Bisssau a Casamance, a transformar este pólo em pólo logístico e comercial de trânsito e o vasto pólo Cacheu-Farim-Casamance numa nova zona de co-prosperidade entre Guiné-Bissau e o Senegal.

Em 2025 o pólo económico de Farim será um pólo mineiro e comercial. Situado na região de Oio, este pólo contribuirá também para os intercâmbios transfronteiriços com o Senegal e para o desenvolvimento da nova zona de co-prosperidade entre os dois países. Um sítio de mineração (fosfato), a ser desenvolvido e explorado em Farim, contribuirá para o desenvolvimento de infra-estruturas e actividade económica da região. Corredores rodoviários ligarão este pólo ao futuro porto de exportação de produtos de mineração.

Em 2025 o pólo económico de Bafatá será um grande pólo agrícola e logístico. A região de Bafatá será o traço de união entre Bissau e o leste do país, bem como com a metade norte e metade sul do país. Esta posição geográfica no centro dos futuros corredores logísticos da Guiné-Bissau será um importante eixo de transporte e comércio (caju, arroz e gado). O pólo de Bafatá acolherá igualmente grandes campos agrícolas no quadro do projecto sub-regional de gestão

integrada de recursos hídricos da bacia da vertente fluvial Kayanga-Geba. Concentrará também uma importante produção de castanha-de-caju de qualidade.

Em 2025 o pólo económico de Gabú será um pólo logístico e agrícola. No cruzamento dos corredores que ligam a Guiné-Bissau à Guinée-Conakry planeia-se um nó do comércio regional (gado, arroz). O seu papel será reforçado também no sector do caju, o qual, juntamente com uma produção de qualidade e uma safra melhorada, produzirá o início duma actividade industrial local duma transformação importante.

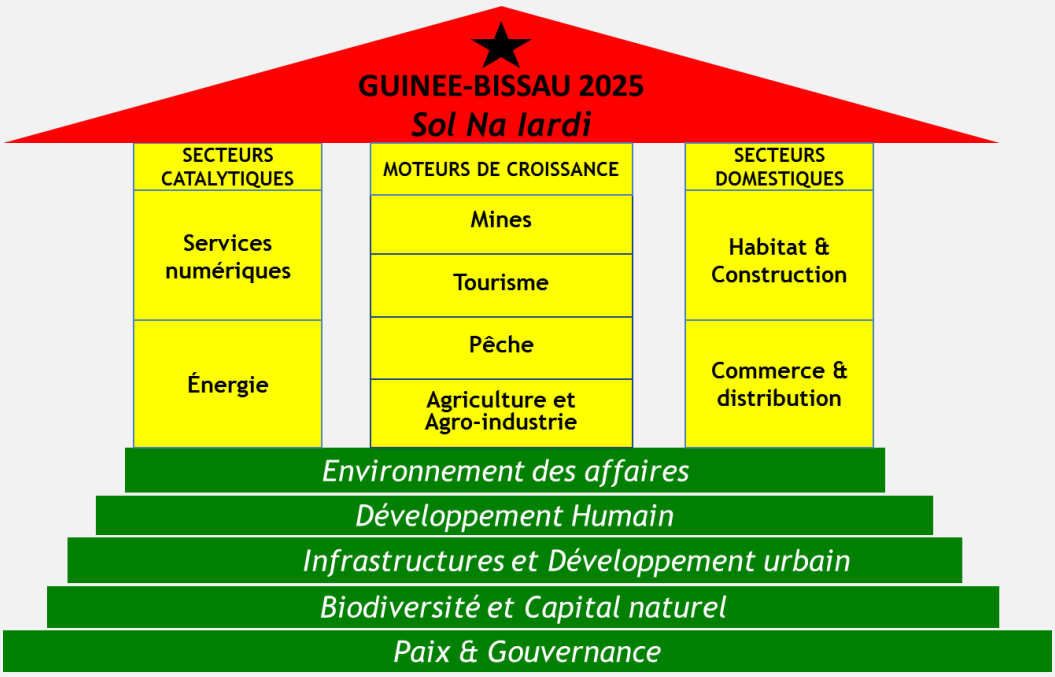
Em 2025 o pólo económico de Catio será um pólo agrícola, haliêutico e turístico. Para o desenvolvimento da gestão do arroz nas planícies pluviais e mangues e o aumento dos rendimentos, este pólo da região sul de Tombali contribuirá fortemente para alcançar o objectivo nacional de auto-suficiência alimentar. Será também desenvolvida neste pólo uma actividade dinâmica de produção e transformação do caju. Para além disto, uma zona de desembarque da pesca artesanal permitirá valorizar os importantes recursos haliêuticos. Enfim, a gestão e a valorização do turismo nos parques nacionais permitirão desenvolver a oferta do ecoturismo e dinamizar a bacia de emprego.

Em 2025 o pólo económico de Buba será uma plataforma logística de envergadura regional e um pólo agrícola e haliêutico dinâmico. Um estudo sobre impacto e viabilidade deverá dividir os sítios de Buba e Pikil para substituir Bissau como principal porto de exportação da Guiné-Bissau. Para além disto, o porto de Buba dispõe de vantagens físicas para tornar-se amanhã um grande pólo logístico regional e, em particular, o pólo logístico da vasta bacia mineral que abrange a Guiné, Mali e Senegal e Guiné-Bissau (bauxita de Boé). Este posicionamento, juntamente com os portos de Conakry, Dakar e Abidjan, deverá porém ser objecto de negociação tanto com os vizinhos regionais como com os grandes actores privados, especialmente nos sectores da mineração e transporte ferroviário. Portanto, Buba deverá tornar-se amanhã um importante pólo económico de produção e exportação de arroz, de caju e de produtos da pesca e, talvez, com o tempo uma importante plataforma logística regional de produtos da mineração.

A Visão Guiné-Bissau 2025 indica o destino colectivo do país. O plano operacional detalha por sua vez o caminho exacto e as acções con-

cretas para a sua realização. A Figura 6 acima sintetiza a estratégia da Guiné-Bissau: mostra os fundamentos e os pilares que serão necessários para construir a *Casa Guiné-Bissau 2025*. Os fundamentos mostram o surgimento em 2025 duma economia diversificada ao lado de sectores domésticos tradicionais (habitação e construção, comércio), sectores de apoio crítico para a competitividade (energia, digital) e os quatro grandes motores do crescimento (agricultura e agro-indústria, pesca, turismo e mineração). O conjunto do edifício converge para um desenvolvimento sustentável e solidário.

Figura 6 : Estratégia de construção da Casa Guiné-Bissau prevista para 2025



Fonte: Análises do Grupo de Desempenho

II. IMPLEMENTAR UMA GOVERNAÇÃO A SERVIÇO DO CIDADÃO

O futuro imediato da Guiné-Bissau dependerá da sua governação.

Como virar definitivamente a página das crises e conflitos e mobilizar todos os filhos do país sob um projecto comum e mobilizador? Como reconciliar os cidadãos com os seus dirigentes, com o seu exército, com a sua administração? Como criar a confiança entre o país e os seus parceiros internacionais? Como criar uma administração eficaz, uma administração verdadeiramente a serviço do cidadão? Este capítulo responde a estas perguntas e define os fundamentos da nova governação que deve cumprir a meta da Estratégia Guiné-Bisssau 2025.

A Guiné-Bissau deve normalizar e estabilizar a sua governança para consolidar a paz, favorecer o crescimento económico e reduzir a dependência da ajuda externa.

O restabelecimento recente da ordem constitucional representa uma oportunidade importante para instaurar um âmbito de boa governação e tirar o país permanentemente da sua situação de fragilidade. As crises políticas e militares recorrentes que afectaram a Guiné-Bissau após a sua independência resultam principalmente duma governação fraca e do não respeito aos princípios dl Regime de Direito. O Estado guineense deve recuperar a confiança da sua população, especialmente dos grupos mais vulneráveis, bem como da sua diáspora, parceiros no desenvolvimento e investidores nacionais e internacionais. A melhoria da governança permitirá à Guiné-Bissau valorizar de forma sustentável as suas potencialidades naturais e económicas e de reduzir progressivamente a sua dependência da ajuda pública para o desenvolvimento. Em 2014 cerca de 90% do programa de investi-

mento ainda era financiado pela ajuda externa.

As capacidades de gestão das finanças públicas são reduzidas e isto limita a eficácia da Administração.

A Administração da Guiné-Bissau caracteriza-se por capacidades financeiras, humanitárias e institucionais limitadas. Os recursos internos são insuficientes para financiar o investimento público, a saber, uma taxa de pressão fiscal de 8%, inferior ao limiar do critério de convergência da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) (17%). A administração pública sofre dum défice de recursos humanos qualificados. A ausência dum sistema de gestão de empregos e carreiras representa um freio à evolução no sentido duma verdadeira administração do desenvolvimento. O volume salarial da função pública pesa sobre as finanças do Estado: em 2013 representou mais de dois terços das receitas públicas, um nível muito superior à norma da UEMOA (35%). Por conseguinte, os serviços aos utilizadores da administração são ao mesmo tempo insuficientes e de baixa qualidade. As estruturas descentralizadas e desconcentradas no território são pouco operacionais. O acompanhamento da avaliação das políticas públicas é limitado por uma capacidade muito reduzida do sistema nacional de estatísticas.

Cinco campos de acção para implementar uma governação a serviço do cidadão e do desenvolvimento local.

O objectivo do Governo é construir, em colaboração com a sociedade civil e com os parceiros no desenvolvimento instituições sólidas e críveis, afiançadoras da paz social, da coesão nacional e da justiça, bem como duma governação democrática e responsável fundamentada nos princípios do desenvolvimento sustentável. Neste quadro o Governo buscará alcançar cinco objectivos importantes: i. reformar e modernizar a administração pública; ii. assegurar uma boa gestão da segurança e da defesa; iii. reformar o sistema judiciário e construir um Regime de Direito; iv. melhorar a gestão macroeconómica e reformar a gestão das finanças públicas; e v.

promover o desenvolvimento local, a descentralização e a participação cidadã.

a. Reformar e modernizar a administração pública

Uma Administração debilitada que presta serviços de má qualidade.

Os numerosos anos de conflito e instabilidade reduziram fortemente a capacidade da Administração de prestar serviços de qualidade aos seus utilizadores. O aparato administrativo foi fortemente afectado nos períodos de instabilidade, a acarretar perda dos seus valores morais e éticos, bem como um êxodo dos seus melhores quadros para o estrangeiro em busca de melhores condições de vida. A dispor de capacidades institucionais e humanas insuficientes que limitavam o desempenho e a produtividade, a Administração é hoje vista como ineficaz pelos cidadãos e operadores económicos. A colocação muito baixa a Guiné-Bissau na classificação Mo Ibrahim da Governança em África em 2014 (48ª entre 52 países) atesta sem dúvida a ineficácia da sua Administração. Em particular, no tocante ao critério de "responsabilização", os seus serviços públicos classificam-se entre os últimos de África (50ª entre 52 países).

Uma reforma da Administração pública é indispensável.

A reforma e modernização da Administração visarão, por um lado, a tornar eficaz a administração pública mediante controlo estratégico e acompanhamento eficazes de diferentes políticas públicas e, por outro, prestar aos cidadãos e às empresas serviços com as melhores condições de custo, de prazo e de qualidade. A estratégia de reforma será elaborada com base em três programas: i. controlo estratégico e acompanhamento das políticas públicas; ii. reforma e fortalecimento das capacidades de administração; e iii. implementação de três grandes registos do Estados.

Programa 1: Planos de operacionalização – controlo estratégico e acompanhamento de políticas públicas

❖ 11 planos directores para a operacionalização imediata do Plano Guiné-Bissau 2025.

A implementação eficaz do Plano Guiné-Bissau 2025 supõe uma divisão do plano estratégico em planos directores precisos, priorizados e quantificados. Como constituem uma etapa prévia essencial para a implementação, estes planos directores serão elaborados ou actualizados a partir de 2015. Para isso um procedimento coordenado será implementado com uma plataforma comum de dados, avaliações e metodologias para assegurar o máximo de sinergias entre os esquemas directores com tempo e custo optimizados. Um sistema de informação geográfica será utilizado para elaborar uma visão cartográfica do conjunto de projectos de investimento e facilitar o acompanhamento.

❖ Esquema director das infra-estruturas de transporte e gestão do território

A elaboração dum esquema director para o planeamento do conjunto de investimentos na infra-estrutura para os próximos 10 anos será um requisito. A rede de infra-estruturas a construir abrangerá o conjunto de redes de transporte (rodoviária, aérea, fluviomarítima e ferroviária) no quadro duma lógica multimodal. Neste quadro as oportunidades que oferece esta vasta rede fluvial interna serão plenamente integradas. Para além disto, os projectos serão planeados de modo a preceder e acompanhar o surgimento progressivo dos pólos económicos. Portanto, o calendário de implementação será primordial para assegurar a sinergia de cada projecto de transporte com os projectos de desenvolvimento económico para os quais foi criado, para além da sua complementaridade com os outros projectos de transporte e logística. Um **esquema director de infra-estruturas de transporte** será realizado com toda prioridade em 2015 e servirá de quadro de programação para o conjunto de infra-estruturas de transporte a ser realizado até 2025 a fim de construir uma rede nacional de infra-estruturas de transporte moderno. A selecção e a priorização de projectos serão realizadas com base em critérios que integram o seu impacto económico (desenvolvimento de pólos económicos, acesso aos mercados nacionais e regionais), o seu impacto social (melhor acesso aos serviços de saúde, fortalecimento da segurança e redução de desigualdades territoriais) e o seu impacto ambiental/ecológico. A elaboração dum esquema directo de transportes permitirá formular uma estratégia de financiamento des-

tes projectos e assim controlar melhor a implementação deste vasto programa de infra-estruturas. Um **esquema director de gestão do território**, a integrar as infra-estruturas de transporte, será também elaborado para dar coerência às acções de desenvolvimento e aos procedimentos que estruturarão o território até 2025.

❖ Esquema Director de Electricidade

A realização da meta da Guiné-Bissau no sector da electricidade depende dum Plano Director que organize a coerência do conjunto de projectos previstos até 2025. O Plano Director permitirá assim harmonizar o desenvolvimento dos projectos em andamento e os novos projectos. Os projectos actualmente em consideração integram a reabilitação do parque de produção, a construção de novas unidades térmicas de HFO (BOAD e EEWRP), a construção da central solar de Bissau, a interconexão com Kaleta e Sambangalou e a construção da represa de Saltinho. Acrescentam-se a isto as novas propostas, tais como a localização de grupos de HFO, a ampliação de novas capacidades térmicas de HFO ((até 30 MW previstas), a elaboração duma verdadeira política de controlo da energia e o desenvolvimento de novos projectos que exploram a energia solar e a biomassa.

❖ Esquema Director de Água Potável

Garantir às populações o acesso generalizado à água potável e aos serviços de saneamento constitui um dos eixos principais da estratégia de desenvolvimento social da Guiné-Bissau. O Plano Director de água potável permitirá dar coerência à implementação dos projectos de produção e distribuição em andamento, bem como identificar novamente projectos para melhorar o acesso à água potável e ao saneamento. Os projectos actualmente previstos constituem um programa de água potável, saneamento e higiene, a fase 2 dum programa rural hidráulico e a gestão integrada das bacias hidrográficas de Curubal. Outros projectos-chave poderá ser identificados no âmbito da elaboração do Esquema Director.

❖ Plano Económico Digital

A elaboração dum **Plano Económico Digital**, em conjunto com operadores privados, permitirá determinar as metas do Estado previstas para 2025. Este plano definirá os objectivos do Estado em matéria de desenvolvimento das TIC, sobretudo em termos de cobertura do territórios pelas redes de tele-

comunicações, bem como as opções restantes relacionadas ao acesso à conectividade internacional. O ambiente jurídico e normativo será actualizado a fim de integrar a evolução do sector e a presença de diferentes tipos de operadores [operadores de infra-estruturas alternativas (ISP)]. Este novo âmbito atrairá investidores, a favorecer o desenvolvimento de alta velocidade e a implementação dum ambiente digital de confiança, propício para a promoção de soluções que atendam às necessidades dos cidadãos e dos actores económicos. Para além disto, o operador histórico das telecomunicações será privatizado e reforçado o órgão de regulamentação das telecomunicações.

❖ Plano Director da Educação

Um Plano Director da Educação é necessário para melhorar o controlo do sistema educacional. Este plano definirá uma visão exacta da educação prevista para 2025 e avaliará de maneira precisa as necessidades em número de alunos a formar e em infra-estruturas educacionais a serem construídas em todo o território. O plano definirá as reformas necessárias para um controlo eficaz da educação e da formação profissional: quadro institucional, manuais jurídicos e normativos relativos à organização, funcionamento e gestão da educação. O plano permitirá a elaboração de um novo mapa escolar para definir da melhor forma a distribuição das infra-estruturas de educação e as suas capacidades de acolhimento em função principalmente do número previsto de alunos. O mapa integrará um componente importante de recolha e acompanhamento de estatísticas educacionais, a saber, o sistema de informação e gestão da educação, ferramenta essencial do controlo do sistema educacional.

❖ Plano Director da Saúde

O Plano de Desenvolvimento da Saúde enfocará o fortalecimento do sistema de saúde, o seu controlo e os seus meios materiais e humanos. A Guiné-Bissau está no seu segundo plano de desenvolvimento da saúde, o PNDS II (2013-2017), cujo objectivo principal é melhorar a situação da população para o fortalecimento do sistema nacional de saúde (serviços de assistência, estruturas de gestão e as suas conexões funcionais). A estratégia 2015-2020 pretende ser uma continuação do plano em andamento e apoiar-se-á na implementação dum dispositivo de controlo eficaz do sistema sanitário por meio duma avaliação e dum plano de melhoria de resultados. Para além da governação do sistema de saúde, as acções de curto prazo

visarão ao desenvolvimento de infra-estruturas sanitárias de qualidade, à colocação ao alcance das populações de medicamentos de qualidade e à realização de programas especiais de saúde. O objectivo no longo prazo é reforçar os meios, a organização e o funcionamento do sistema nacional de saúde, especialmente o primeiro escalão da pirâmide sanitária; aumentar o número, as competências, a motivação e a fidelidade do pessoal da saúde; melhorar a governação em todos os níveis, graças à utilização judiciosa das TIC; implementar um sistema de assistência técnica e manutenção das infra-estruturas e equipamentos; e implementar uma política nacional de cobertura sanitária nacional.

❖ Plano Director da Protecção Social e Plano de Empoderamento das Populações Destituídas.

O Plano Estratégico Guiné-Bissau 2025 reforçará o seu enfoque de redução da pobreza mediante a implementação de medidas de empoderamento das populações mais destituídas. Medidas desta natureza já têm sido tomadas na Guiné-Bissau como parte do R*ural Community-Driven Development* (Projecto de Desenvolvimento Rural Comunitário – RCDD) que presta assistência às comunidades locais em matérias essenciais e na solução dos seus problemas mais urgentes. Uma força-tarefa BpP (base da pirâmide socioeconómica) elaborará um **Plano Director Nacional de Apoio às Populações Destituídas** para reforçar as sinergias e o impacto dos projectos BoP. Este plano será definido numa carteira de projectos BoP destinados a elevar dezenas de milhares de guineenses ao nível da classe média. Cada projecto será apresentado com um modelo de financiamento que visa à autonomia económica no médio prazo. Serão assim priorizados os modelos economicamente viáveis ou geradores de rendimentos que cobrem uma parte significativa dos custos.

❖ Plano Sectorial da Agricultura e Agro-Indústria

O **Plano Sectorial da Agricultura e Agro-Indústria** visa a implementar uma estratégia que promove o aumento do valor agregado agrícola e agro-alimentar, especialmente no sector do caju, e a restabelecer a auto-suficiência em matéria de produtos alimentícios (arroz, raízes e tubérculos, produtos hortícolas), bem como produtos da criação. Este Plano Sectorial terá como objectivo tornar a Guiné-Bissau exportadora líquida de produtos agrícolas transformados, a manter o respeito dos princípios

de preservação da biodiversidade mediante a implementação duma agricultura equilibrada e de desenvolvimento sustentável. Neste âmbito a Guiné-Bissau iniciou a elaboração do Plano Nacional de Investimento Agrícola (PNIA). Este plano permitirá definir os objectivos a serem alcançados em todos os sectores agrícolas e determinar os investimentos e financiamentos requeridos. O plano integrará também a participação do sector privado no desenvolvimento e na diversificação dos produtos agrícolas. Será elaborado um **Plano Sectorial Específico para a Industrialização do Sector do Caju** com o objectivo de melhorar o controlo da qualidade da produção de caju e de transformar localmente 30% da produção em 2025. Será elaborado também um **Plano Nacional de Auto-Suficiência em Arroz** com o objectivo de conseguir auto-suficiência neste produto e integrar a participação do sector privado na produção, organização do sector, mecanização e acesso às melhores tecnologias de produção (sementes melhoradas, observância dos itinerários técnicos e gestão das terras).

❖ Plano Sectorial da Pesca e Aquacultura

O objectivo da Guiné-Bissau é tornar a pesca um sector dinâmico, sustentável e de forte valor agregado para atingir em 2025 o dobro da produção (250.000 toneladas de capturas), o triplo do volume de negócios (300 milhões de FCFA) e o quíntuplo do número de empregos (100.000 empregos directos e indirectos). Quatro acções serão implementadas para alcançar estes objectivos: i. melhorar a governação do sector; ii. desenvolver a investigação e a certificação Qualidade; iii. desenvolver a pesca artesanal e valorizar a pesca industrial; e iv. desenvolver a aquacultura. **O Plano Sectorial da Pesca e Aquacultura** detalhará estes quatro programas de grande envergadura no intuito de destacar os imperativos da preservação da biodiversidade, principalmente por meio da vigilância marítima a fim de eliminar a pesca ilegal. Este plano será o único documento de referência do Sector da Pesca e Aquacultura.

❖ Plano Sectorial do Turismo

A Guiné-Bissau dispõe dum enorme potencial turístico, a saber, uma biodiversidade excepcional. Este trunfo posiciona o país como um destino importante do ecoturismo, mas também turismo balneário de primeira classe graças ao carácter insular do território. No entanto, vários obstáculos impedem hoje a valorização deste potencial. O destino sofre em particular dum défice de imagem e inse-

gurança, O acesso aéreo ao destino não é fácil, uma vez que o país está fracamente conectado aos mercados emissores internacionais. As vias aéreas, rodoviárias e fluviomarítimas para os sítios de interesse turístico não são desenvolvidas. A oferta de hospedagem – aí incluídos outros segmentos em desenvolvimento, especialmente o turismo de negócios, é fraca e com uma relação qualidade/preço pouco competitiva. Para além disto, a oferta de acordos é insuficiente e pouco diversificada. A elaboração do **Plano Sectorial de Turismo** visa assim a construir: i. uma imagem internacional de qualidade em torno desta natureza e biodiversidade excepcionais; ii. recursos humanos e competências sólidos em engenharia turística e na gestão do destino; iii. investimento significativo em hospedagem de qualidade para reforçar e diversificar a oferta, ecoturismo de primeira classe nas Ilhas Bijagós numa primeira fase depois de sítios com Varela, Parque Nacional de Cantanhez ou de Pecixe numa segunda fase; iv. visibilidade para os grandes mercados emissores (promoção) e desenvolvimento da comercialização associada a uma oferta competitiva de transporte aéreo para o destino da Guiné-Bissau; v. implementação dum conjunto de serviços de acordo com os padrões de qualidade e segurança requeridos (serviços de recepção no aeroporto, agências de viagens, veículos de ligação, embarcações e táxis, serviço de bufete, guias, etc.). O objectivo será desenvolver conjuntos de serviços de qualidade que criarão um número elevado de empregos tanto directos como indirectos nas profissões do turismo (serviços de bufete, lazer, serviços logísticos, etc.). O Plano Sectorial do Turismo definirá igualmente a estratégia detalhada do desenvolvimento duma oferta turística nas Ilhas Bijagós que serão transformadas em Zona Turística Especial.

❖ Plano Sectorial das Minas

O Plano Sectorial das Minas tem como objectivo promover e valorizar o potencial mineiro e industrial da Guiné-Bissau num quadro global de desenvolvimento sustentável e de preservação da biodiversidade. A Guiné-Bissau dispõe de reservas importantes em minerais não explorados (fosfatos e bauxita). A actividade mineira é embrionária e hoje inclui somente pequenas minas e pedreiras. O Plano Guiné-Bissau 2025 atenderá a uma necessidade importante em materiais de construção de base para a edificação de novas infraestruturas (rodovias, portos, aeroportos, etc.). Trata-se também de desenvolver as competências na-

cionais nos campos das minas e da indústria e de favorecer o surgimento dum empresariado local. Enfim, por meio deste plano o Governo prevê a identificação e implementação de todas as acções de base e de todas as condições prévias necessárias para uma exploração sustentável dos recursos minerais até 2020.

Programa 2: Reorganização e reforço das capacidades de administração fiscal

A reforma e o fortalecimento das capacidades e a condução da mudança contribuirão para o desenvolvimento do capital humano e da boa governação. Trata-se sobretudo de fortalecer a Administração segundo o plano institucional por meio da revisão dos seus diferentes quadros orgânicos e de uma divisão mais equilibrada das competências entre as estruturas centrais e as estruturas descentralizadas. O fortalecimento institucional incluirá especialmente a actualização das competências dos funcionários por meio da implementação dum dispositivo de formação contínua. Este dispositivo poderá ficar sob o controlo do Ministério encarregado da função pública em coordenação com os outros órgãos da Administração. Em conexão com o componente importante do dispositivo de formação contínua, as Escolas Nacionais de Formação Administrativa deverão ser reforçadas segundo os planos académicos e logísticos, a fim de assegurar aos estudantes um nível de prestação satisfatória. Com excepção da actualização das referias Escolas, o fortalecimento das capacidades deverá incluir a reabilitação do conjunto de infra-estruturas do Governo e das suas estruturas descentralizadas.

O fortalecimento das capacidades incluirá também a implementação dum sistema de informação moderno que integre os diferentes trabalhos da Administração. Este sistema de informação (SI) deverá ser a única ferramenta para a gestão dos recursos humanos, para a gestão financeira e para a gestão das bases de dadores sectoriais. A implementação deste SI será precedida antecipadamente pela elaboração dum esquema director que será o quadro único de referência de tudo o que diz respeito à informatização da Administração.

A modernização da Gestão de Recursos Humanos visa a criar um quadro propício à aquisição e ao desenvolvimento de competên-

cias dos funcionários do Estado. Numa primeira etapa trata-se de atribuir um lugar central à Gestão de Recursos Humanos que deverá ser modernizada e reconhecida na Administração como função-chave. Será preciso desenvolver um verdadeiro profissionalismo neste campo com vistas a renova profundamente o conjunto de processos da Gestão de Recursos Humanos. A fim de atender melhor às necessidades de competências (recrutamento, formação e carreira profissional), será necessário redefinir o quadro de emprego de trabalhos da Administração pública que constitui uma ferramenta importante para produzir melhores recursos humanos. Este quadro de emprego permitirá especialmente identificar com precisão os empregos indispensáveis para a realização das missões do Estado. Numa segunda etapa as Autoridades farão um recenseamento dos funcionários do Estado e implementarão um ficheiro único de referência. O recenseamento permitirá elaborar uma cartografia dos funcionários da Administração em termos tanto de números como de competências. Servirá de base para definir uma estratégia de formação contínua de funcionários do Estado, principalmente para a utilização de novas tecnologias que permitam a formação à distância (*e-learning*).

Será igualmente importante modernizar os processos de gestão dos recursos humanos na perspectiva de os adaptar à cultura do desempenho e de promover o desenvolvimento de competências. Os dois processos-chave a serem modernizados incluem principalmente o seguinte: i. recrutamento de funcionários, o que deverá ser feito com base nas aptidões reais dos candidatos e não com base nos seus diplomas; e ii. gestão das carreiras, o que deverá ser feito com base nas competências e no desempenho dos funcionários e não na simples base da antiguidade.

Para garantir a adesão às acções a serem empreendidas, o fortalecimento das capacidades deverá ser acompanhado dum vasto programa de condução da mudança. As mudanças vinculadas à implementação da Reforma serão de três tipos: mudanças organizacionais, mudanças ligadas aos trabalhos e competências e mudanças associadas à cultura e ao comportamento. Produzirão impactos no nível da Administração, dos utilizadores e do conjunto de actores parceiros. Por conseguinte, a condução da mudança deverá ser objecto duma estratégia coerente que deverá levar à evolução e adaptação das mentalidades, da cultura e das atitudes das pessoas ao seu novo ambiente de traba-

lho, a permitir assim que as medidas de reforma produzam os resultados esperados para superar os receios e as resistências.

Programa 3: Produzir os três grandes registos do Estado.

O Governo implementará três grandes registos: i. **registo de pessoas físicas,** constituído de várias partes distintas que conviria implementar em várias fases; ii. **registo de pessoas jurídicas,** constituído dum registo do comércio e do crédito mobiliário (RCCM), bem como duma identidade fiscal; e iii. **registo de dados geo-referenciados do território (cartografia nacional de base digital)** constituído de dados geográficos em todas as escalas e precisões necessárias para o conhecimento aperfeiçoado dos espaços ecológicos, gestão do território, planeamento urbana e com base na preservação da biodiversidade.

A primeira fase prioritária do registo das pessoas físicas é a implementação do cartão de identidade nacional biométrico. Justifica-se a decisão de modernizar com prioridade o cartão de identidade nacional por incluir toda a população activa. Por conseguinte, será necessário completar o registo de pessoas físicas antes e depois da cartão de identidade. Inicialmente a identidade nacional baseia-se no estado civil com o registo de nascimento, matrimónio, divórcio e óbito. A reformulação completa do estado civil é altamente estratégica por se tratar do fundamento da nação; mas é um processo complexo e pesado que requer uma actualização do quadro jurídico. Por isso parece indispensável iniciar este empreendimento sem demora a começar por estudos preliminares e investigação do financiamento. Em última análise um estado civil moderno, acompanhado duma cartão de identidade biométrica, oferece o benefício dum recenseamento em tempo real da população cujo número flutua em função do registo automático de nascimentos e óbitos. Antes da cartão de identidade nacional biométrico havia todos os outros ficheiros de pessoas físicas, tais como passaporte, carta de condução, ficheiros dos funcionários públicos, ficheiros do pessoal das empresas, carteiras escolares e de estudantes, etc. Ao se estabelecer um vínculo obrigatório entre o cartão de identidade e estes outros ficheiros obtém-se um conjunto fiável e coerente e, por conseguinte, uma melhoria na segurança de todas as actividades socioeconómicas.

O registo das pessoas jurídicas é constituído por um registo do comércio e do crédito mobiliário

(RCCM) e duma identidade fiscal. A implementação do registo é mais fácil porque o RCCM já está totalmente codificado pela Organização para a Harmonização em África do Direito dos Negócios (OHADA) e está sob a responsabilidade da autoridade judiciária. O RCCM pode ser considerado como equivalente ao livro de família da pessoa moral. Registam-se aí o nascimento da empresa, a composição dos seus órgãos deliberativos, a geografia do seu capital, os diversos balanços anuais, a evolução do seu estatuto e o fim das suas actividades. Quanto à identidade fiscal das pessoas jurídicas, ela substitui o departamento ministerial encarregado das finanças públicas e permite determinar os proventos e vantagens fiscais das empresas. No entanto, cumpre assinalar que nos países em desenvolvimento a fiabilidade e a exaustividade do registo das pessoas jurídicas dependem da capacidade do Estado de integrar as empresas do sector informal.

O registo de dados georeferenciais (cartografia nacional de base digital) é constituída de dados geográficos em todas as escalas e de precisões necessárias para o conhecimento detalhado dos espaços ecológicos, gestão do território, planeamento urbano e acompanhamento da preservação da biodiversidade. Uma vez implementada, a cartografia nacional permitirá recolher de forma coordenada e coerente os níveis sectoriais de informação com uma dimensão espacial que terá como efeito mudar radicalmente as capacidades de compreensão dos fenómenos e, como consequência, a pertinência das decisões de orientação das políticas públicas.

Os dados dos grandes registos serão gerados por meio de sistemas de informação e de gestão fiáveis, seguros e regularmente actualizados. Mas a coerência deste conjunto requer a fiabilidade de cada uma das partes envolvidas. À guisa de ilustração, consideremos um título imobiliário. Baseia-se numa substituição cadastral que deve ter precisão centimétrica, caso contrário pode tornar-se objecto de conflitos de sobreposições de terrenos; o título imobiliário implica a identidade do proprietário que pode ser uma pessoa física ou jurídica. Se o verdadeiro proprietário não for aquele cuja identidade consta do título imobiliário, pode-se imaginar facilmente as dificuldades para os serviços fiscais de arrecadar o imposto, bem como os problemas jurídicos que isso pode acarretar no momento das transacções de venda ou de herança.

b. Assegurar uma boa gestão da segurança e da defesa

A estabilidade política e social guineense foi por muito tempo dependente do peso importante representado pelo Exército no Estado. A forte implicação política das forças de defesa e de segurança (FDS) é uma das principais causas dum ciclo de instabilidade que provocou 17 golpes de Estado ou tentativas de golpe de Estado após a independência do país. O Exército, cuja existência precedeu e até mesmo permitiu a do Estado guineense, herdou seu papel político da luta pela independência. No entanto, a sua reconversão em forças de segurança interna e de defesa pós-independência não o conseguiu transformar num poder estabilizador a serviço do Estado republicano. A revisão constitucional de 1991, a qual aboliu o regime de partido único e abriu o caminho para o pluralismo democrático, apenas definiu os novos contornos dum processo político repleto de rivalidades e de influência do Exército. Concebido como o ramo armado duma luta política e militar de liberação nacional, o Exército conservou uma dimensão política profundamente ancorada.

As tentativas de reforma dos últimos três decénios não conseguiram assegurar a separação efectiva do Exército do processo político. Os débeis progressos sociais e económicos dos últimos 40 anos não favoreceram esta separação. Alimentaram o descontentamento popular, exacerbaram a incerteza e a instabilidade e também favoreceram o status quo de implicação militar no processo político (realimentação da instabilidade e ausência de desenvolvimento económico). As falhas estruturais das forças de defesa e de segurança (FDS) têm impedido a Guiné-Bissau de sair deste círculo vicioso. As lacunas no enquadramento e na gestão das FDS alimentam a perturbação do processo político: i. a pirâmide dos efectivos militares está invertida, a conduzir a uma super-representação das patentes superiores (oficiais) e a uma hierarquia difícil de controlar, com as influências rivais a serem fontes de instabilidade. A reforma das FDS apresenta-se complicada: o facto de todos os oficiais beneficiarem dum certo grau de autoridade e/ou de vantagens importantes poderia causar um turbilhão em caso de eliminação destas últimas; ii. a localização e a importância numérica dos efectivos fazem parte duma estratégia antiga de protecção hipotética das fronteiras terrestres, ao passo que o território marítimo e insular do país

concentra a grande maioria das riquezas nacionais a serem protegidas, as quais estão à mercê de operadores económicos ilegais de toda espécie, tais como pescadores de arrastão e traficantes de drogas. A proporção exorbitante do efectivo do Exército reduz os recursos disponíveis por cabeça, conduz à deterioração das condições de vida e de trabalho dos funcionários e alimenta um descontentamento que somente o exercício de prerrogativas militares sobre a política nacional (Golpe de Estado) ou a vida social (chantagem, corrupção) pode acalmar. Por outro lado, o fraco nível de formação e a deficiência das instâncias de formação limitam as vias profissionais alternativas a que os militares têm acesso e os entrincheiram numa posição de dependência vital do Exército, a acentuar assim o seu apego ao poder. A debilidade do quadro institucional e regulamentar é igualmente responsável por uma má gestão dos recursos disponíveis. O conjunto do quadro jurídico e normativo deverá ser optimizado para conduzir as reformas necessárias.

A reforma das forças de defesa e de segurança (FDS) parece inevitável para assegurar o desenvolvimento sustentável e próspero. A instabilidade política diminuiu consideravelmente a confiança dos cidadãos no Exército. Desacelerou também de forma considerável o desenvolvimento socioeconómico do país ao desencorajar os investimentos e desviar a riqueza produzida pelos recursos naturais do país para despesas improdutivas. A instabilidade causada pelas lacunas estruturais das forças de defesa e de segurança abalou profundamente a confiança dos cidadãos guineenses no seu futuro. Para construir o bem-estar das populações no longo prazo e renovar o pacto de confiança entre os cidadãos, as instituições republicanas e o Exército, será essencial a reforma das forças de defesa e de segurança. A reforma do sistema de segurança é indispensável para garantir a participação de todas as partes interessadas no processo republicano – e sobretudo os cidadãos – num projecto de sociedade partilhado e viável.

As forças de defessa e de segurança serão reformadas e modernizadas para assegurar a participação estável do Regime de Direito guineense no caminho da reconciliação nacional, da paz durável e do desenvolvimento próspero.

Para realizar a sua visão, as Autoridades guineenses, apoiadas especialmente nas Nações Unidas, na CEDEAO, na União Europeia e noutros parceiros, estão empe-

nhadas num processo de reforma das suas forças armadas. Já acompanharam certos progressos, entre os quais figuram a racionalização da gestão de recursos, a melhoria das condições de vida dos militares e a melhoria das relações entre civis e militares. No intuito de aprofundar estas mudanças positivas, as Autoridades projectam a reorganização, a modernização e o redimensionamento das capacidades humanas e materiais do sector da defesa e da segurança, bem como a organização da reconversão das mais antigas. O objectivo é criar forças de defesa e de segurança republicanas que respeitem de forma sustentável e incondicional o Regime de Direito, a cidadania e as instituições da República.

Programa 4: Reformar as forças de defesa e de segurança

A reforma das forças de defesa e de segurança para construir uma paz duradoura será implementada por meio de três grandes eixos: i. restruturação, redimensionamento e modernização das forças de defesa e de segurança; ii. implementação dum fundo de pensões e gratificação, previsto principalmente para a desmobilização e inserção dos antigos combatentes da liberdade; iii. constituição duma força especial da Marinha, apoiada por meios aéreos e novas tecnologias de comunicação com base quer em recrutamento de novos candidatos quer na formação e reconversão de alguns militares actuais. Esta força especial será destinada especificamente à vigilância das zonas marítimas e insulares do país. Estas forças, apoiadas por meios aéreos e navais, terão por vocação a realização das operações regulares de reforço e controlo das actividades económicas legais nestes espaços e a repressão das consideradas ilegais, tais como o tráfico de drogas e a pesca ilícita.

A restruturação. o redimensionamento e a modernização das FDS visam a organizar o sector da defesa e da segurança em conformidade com uma estrutura racional. Serão orientadas pelo seguinte: A primazia do direito, juntamente com a implementação dum novo âmbito jurídico, faz parte dum conjunto de leis adoptado pela Assembleia Nacional, tais como a lei do serviço militar obrigatório, a lei do dispositivo de base que criou a organização das Forças Armadas, a lei da defesa nacional ou ainda a lei da defesa nacional e do status das Forças Armadas; ii. elevação do nível geral da educação nas FDS por meio da for-

mação contínua ou volta ao nível das formações clássicas; iii. melhoria das condições de vida dos funcionários e modernização das infra-estruturas e dos equipamentos. A seguir esta lógica de restruturação com base no direito, as FDS poderão criar uma hierarquia na qual se justifique cada posto pelas operações precisas, bem definidas, avaliáveis e programáveis por um oficial responsável a consolidar assim o princípio da institucionalização hierárquica. Quanto à restruturação das FDS, será elaborado um novo mapa de implantação das guarnições militares e policiais. A nova orientação levará à desmilitarização de Bissau, a capital, para incluir as zonas marítimas e insulares nas perspectivas de defesa dos recursos económicos do país que aí se concentram principalmente para combater a pesca ilícita não declarada e não regulamentada, bem como o tráfico de drogas. Assim certas estruturas militares, tais como o Estado-Maior da Marinha, o batalhão de comboios, o batalhão de engenharia, o centro de formação de oficiais, bem como o depósito de munições serão transferidos para o interior do país. O processo de reorganização dotará as FDS de meios humanos e materiais para pôr fim à proliferação de armas leves e finalizar os trabalhos de remoção de minas recém-recomendados por uma missão de peritos das Nações Unidas. Isto torna-se indispensável à luz dos últimos acidentes letais de explosão de minas ocorridos em Incheia e Gabu. Impõe-se uma ruptura em termos de melhoria das condições de vida nas FDS, notadamente para as mulheres, que deverão beneficiar duma política fortemente firmada na igualdade de género. A situação de degradação social exige uma solução endógena perante as dificuldades financeiras actuais do Estado. Para além disto, a implementação dum programa de produção agro-industrial moderna deverá contribuir para tornar as forças armadas mais autónomas no plano alimentar. Este programa já prevê uma produção de 2.500 toneladas de arroz por ano, o que representa um excedente anual de 400 toneladas estimadas em 90 milhões de FCFA. Este projecto de produção agrícola está é igualmente previsto noutros campos, tais como a produção animal, de tubérculos (mandioca, batata-doce) e produtos hortícolas (tomate, cebola e cenoura).

O projecto do Fundo de Pensões e de gratificações visa a assegurar melhores condições de vida aos veteranos da luta de liberação nacional mediante o depósito duma pensão. Prevê igualmente uma subvenção a ser feita, aos antigos

combatentes em função dos anos passados nas fileiras do Exército de Liberação Nacional, assistência médica, alocações familiares e alocações de habitação. Este projecto facilitará a sua democratização e reinserção social. A desmobilização terá grande amplidão. Deverá incluir 2.282 elementos das Forças de Defesa e de Segurança, cujos 1.575 militares – entre os quais 583 antigos combatentes e 901 não-combatentes – e 707 policiais – entre eles 213 combatentes e 213 não-combatentes.

O terceiro elemento da modernização das Forças Armadas tem origem na criação de forças especiais apoiadas por aeronavais capazes de patrulhar mais de 12 milhas (19 km) de costas sem recurso à localização de meios técnicos dos parceiros regionais da Guiné-Bissau.

Programa 5: Promoção da reconciliação e do diálogo nacional.

O Governo deseja promover a reconciliação, o diálogo nacional, a paz e a estabilidade mediante a institucionalização do pluralismo político e promoção do intercâmbio de ideias que servirão de impulso para a construção da Casa Guiné-Bissau. Neste sentido criará fóruns de diálogo cidadão e reforçará o Comité para a Paz e a Estabilidade. Isto incluirá igualmente um grande acesso à informação e a promoção da sociedade civil por meio de fóruns de participação cidadã ou outros grupos de discussão com as comunidades. Estas acções visarão a incentivar a participação cidadã, promover boas práticas de diálogo e concertação, bem como reforçar as capacidades de todos os componentes da sociedade em matéria de diálogo social e de prevenção e gestão de conflitos, especialmente no nível local.

c. Reforma do sistema judiciário e criação do Regime de Direito.

Um sistema judiciário desacreditado, ineficaz e pouco inclusivo.

A ineficácia e a falta de credibilidade do sistema judiciário reforçam o sentimento de impunidade e enfraquece o Regime de Direito e ambiente de negócios. Apesar de a Constituição guineense estipular no seu artigo 59 que os quatro órgãos da governação soberana são a Presidência da República, a Assembleia Nacional Popular, o Governo e os tribunais, a interdependência do sistema judiciário tem sido repetidamente transgredida pelo Executivo ou pelo Exército. O desfuncionamento do sistema judiciário e a sua ausência de representatividade nas diversas partes do território originaram um sentimento de impunidade, até mesmo uma proliferação de crimes graves, corrupção e tráfico de drogas. Segundo o relatório Transparência Internacional de 2014, a Guiné-Bissau faz parte dos 15 países menos transparentes do mundo, classificação esta que evidencia a impotência e a falta de credibilidade do sistema judiciário, bem como o seu défice de integridade.

O sistema judiciário é afectado por múltiplos males que devem ser abordados de maneira sistémica. A falta de formação de recursos humanos, a debilidade das estruturas, a falta de estruturação e a lentidão dos processos tornam o sistema judiciário ineficaz e constituem freios estruturais à sua transformação. A própria estrutura jurídica precisa de revisão. É de facto obsoleta com procedimentos burocráticos penalizantes e um corpo legislativo às vezes desadaptado. Certas categorias de crimes, tais como a criminalidade organizada, não são suficientemente cobertas no plano penal. Para além disto, os direitos do homem e as liberdades públicas não estão ancorados de forma suficiente como fonte de direito no sistema legislativo e judiciário. Assim, apesar da ratificação de convenções internacionais, certas violações continuam muitas vezes impunes, entre as quais cumpre mencionar: violações de direitos humanos, abuso da autoridade dos poderes públicos ou certas violências contra a mulher (mutilação genital,

levirato, casamentos precoces ou forçados e violências domésticas). As leis são pouco divulgadas e somente uma minoria educada da população as compreende, a deixar a maior parte, moradores das zonas rurais em particular, na ignorância dos seus direitos.

A fim de instalar de forma permanente um sistema judiciário equitativo e eficaz e de proteger os direitos de todos os cidadãos, prevê-se a implementação de dois programas prioritários: i. reforma da justiça; e ii. protecção dos direitos humanos e das liberdades públicas.

Programa 6: Reforma da justiça 2015-2019.

As autoridades guineenses desejam reestruturar o sistema judiciário a fim de reforçar a sua independência, transparência, eficácia, acessibilidade e alcance. Um quadro institucional sólido permitirá reforçar a independência, eficácia e carácter inclusivo do sistema judiciário. A independência da justiça será reforçada mediante a revisão das disposições legislativas existentes para fixar a duração dos mandatos dos procuradores e assegurar a autonomia financeira dos tribunais. Para reforçar a eficácia da justiça, o Governo implementará novos processos a incluir: i. um sistema de coordenação entre as instituições judiciárias; ii. um serviço de recenseamento de criminosos; iii. um Mediador Público para a defesa das populações vulneráveis; e iv. um mecanismo de solução dos atrasos procedimentais hoje crónicos. Procederá igualmente ao reforço institucional da polícia judiciária. Uma reforma carcerária, a prever especialmente programas de formação dos detidos e o respeito dos seus direitos fundamentais, contribuirá para aumentar a eficácia do sistema judiciário e penal. O desmembramento e o reforço do conjunto destas medidas no nível regional, bem como uma campanha de conscientização a respeito dos direitos dos cidadãos e a promoção do acesso à justiça reforçarão a acessibilidade do sistema judiciário a um grande número de pessoas. Um quadro jurídico ampliado permitirá proteger melhor os direitos das populações mais vulneráveis.

A renovação das infra-estruturas e a disponibilidade de meios materiais eficientes permitirão aumentar as capacidades materiais e reforçar a eficácia da justiça. Estes projectos incluem especialmente a construção dum palácio da justiça e de tribunais regionais. Para garantir o bom funcionamento das infra-estruturas judiciárias, o Governo prevê assegurar o forneci-

mento de energia estável e de dotar os locais de meios modernos de gestão, a incluir um sistema de informática e de colecta de estatísticas. O Programa de Reforma visa igualmente a assegurar o bom funcionamento do sistema judiciário para reforçar as capacidades humanas do sector, o qual consistirá em vincular recursos existentes, um plano global de fortalecimento das competências e a instauração progressiva da paridade entre homens e mulheres no sistema judiciário.

Programa 7: Protecção dos direitos humanos e das liberdades públicas.

O Governo desenvolverá um quadro institucional, judiciário e estratégico de direitos humanos e realizará campanhas de promoção destes direitos e dos grupos vulneráveis (mulheres, crianças, deficientes e terceira idade). O objectivo é erradicar a violência e a discriminação contra estes grupos, especialmente contra as mulheres e crianças, bem como os ajudar a serem autónomos e os tornar componentes essenciais da emergência do país. A problemática vinculada ao género será integrada em todas as etapas da reforma, especialmente na promoção do acesso à formação e do fortalecimento das capacidades das mulheres no campo político. Serão multiplicadas as campanhas de conscientização a respeito da discriminação e da violência contra as mulheres e às raparigas. Serão adoptadas medidas para lutar contra a impunidade e promover uma cultura de diálogo e tolerância. O Governo deseja aderir às normas internacionais de protecção das populações vulneráveis e de implementar um dispositivo legislativo para combater a discriminação positiva contra as mulheres.

Para além disto, o Governo está empenhado em assegurar o respeito dos direitos humanos e a liberdade de expressão. Neste sentido, as capacidades e os meios da média e das associações de defesa dos direitos humanos serão reforçadas para garantir que as graves violações dos direitos humanos sejam denunciadas e punidas pelos tribunais. Será iniciada uma reforma do quadro jurídico da imprensa, a fim de pôr fim à impunidade dos crimes contra a liberdade de expressão.

d. Melhorar a gestão macroeconómica e reformar a gestão das finanças públicas

Desempenhos económicos afectados pela pouca diversidade sectorial, instabilidade política e ineficiência da gestão das finanças públicas.

A economia da Guiné-Bissau é muito pouco diversificada. Caracteriza-se pela predominância do sector primário que contribui com cerca de 50% ao PIB, seguido pelo sector terciário (38%) e pelo secundário (12%). A castanha-de-caju, que constitui o sector de receitas de gestão média e tem representado, em média, dois terços das exportações de 2011-2013, tem um impacto determinante sobre o crescimento económico e equilíbrios externos. A baixa simultânea do volume de produção e de preços pesou assim fortemente sobre a contracção do PIB em 2012 (-1,5%) e sobre o crescimento do défice da balança comercial e da balança corrente. O preço da castanha-de-caju para exportação baixou de 20% ao ano de 2011 a 2013, a contribuir para défices elevados, apesar da baixa das importações. Duma situação de quase equilíbrio em 2011, o défice da balança comercial elevou-se a 8,1% do PIB em 2012 e permaneceu elevado em 2013 (5,8% do PIB).

A fragilidade da economia foi acentuada pela instabilidade política. A suspensão do apoio financeiro das parcerias tradicionais após o golpe de Estado de 2012 causou um défice da balança de pagamentos de 7,4% do PIB em 2012, apesar do apoio de parceiros regionais (Nigéria e CEDEAO). Foi preciso compensar a queda das receitas fiscais e das doações em 2012 e 2013 por uma contracção das despesas públicas de capital e um aumento dos atrasos de pagamentos da dívida anterior. No entanto, estes reajustes não foram suficientes para evitar um aumento do défice orçamental.

Apesar do progresso registado na gestão das finanças públicas, o desempenho orçamental ainda é fraco em comparação com as normas de convergência definidas pela UEMOA. Em particular, a ineficiência da arrecadação da receita pública e a debilidade da poupança interna que ela induz contribuem para os défices internos e externos. A taxa de pressão fiscal continua a ser a mais fraca

da UEMOA e tende a degradar-se (as receitas fiscais passaram de 8,7% do PIB em 2011 para 7,4% em 2013). O coeficiente de salários e ordenados, que deve ser limitado a 35% das receitas fiscais, representa dois terços das receitas públicas. Por outro lado, a gestão da função pública é limitada por um défice de recursos humanos qualificados, uma fraca capacidade de absorção e um défice de coordenação da ajuda num contexto em que 90% do Programa de Investimento são financiados pela ajuda externa. Em contrapartida, graças ao facto de ter atingido o ponto de culminação em 2010 e a redução da dívida consentida pelos dadores, o coeficiente dívida-PIB passou de 138,4% em 2009 para 28,7 em 2011, mas começa já em 2012 um aumento (53,7%). O objectivo global do Governo é promover um crescimento sólido, sustentável e resiliente, bem como de melhorar as capacidades de mobilização dos recursos financeiros e o impacto das despesas públicas. As medidas visarão especialmente ao seguinte: i. reforçar as ferramentas de planeamento, programação e condução de políticas públicas; ii. reforçar as competências e os meios do Estado na arrecadação dos recursos fiscais; iii. assegurar uma execução transparente e eficaz da despesas públicas.

Programa 8: Fortalecimento da gestão macroeconómica

Um objectivo principal do Plano Estratégico Guiné-Bissau 2025 visa a conseguir um crescimento económico sólido, sustentável e inclusivo, a favorecer a criação de emprego e a redução da pobreza num contexto de estabilidade macroeconómica. Neste quadro a diversificação económica, com o desenvolvimento de novos motores de crescimento e fortalecimento das condições de competitividade serão as alavancas dum quadro macroeconómico estabilizado. No médio prazo, no período 2015-2020 a meta do Governo é conseguir uma taxa de crescimento de 7,5% como média anual. A segunda fase de implementação do plano visa a um crescimento de 10% de 2020 a 2025. Neste quadro a parte dos sectores motores do crescimento passará de 22% do PIB em 2014 a 27% e 35% em 2020 e 2025, respectivamente. As exportações serão menos dependentes de forma exclusiva da castanha-de-caju bruta, mas incluirá doravante as amêndoas da castanha de caju. A transformação deste produto deverá atingir 30% em 2020. O aumento do valor das exportações do sector do caju, tal como a interrupção das importações de arroz (legais e ilegais) a partir de 2020 e as exportações de

produtos da pesca permitirão reduzir o desequilíbrio da balança comercial.

Da mesma forma, a melhoria da gestão das finanças públicas permitirá reforçar a eficácia das despesas públicas e favorecer uma gestão prudente da dívida. Enfim, o crescimento da produção local e o surgimento de novos motores do crescimento que favorecem o emprego desenvolverão o consumo doméstico. O Governo beneficiará dum quadro fiscal renovado em matéria de gestão das finanças públicas, da redução da dependência dos meios internacionais de produtos de rendimento e do crescimento da produtividade nacional no controlo da inflação mediante o simples facto de adoptar os critérios de convergência da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA).

Para alcançar estes objectivos ambiciosos necessitará dotar-se de capacidades fortes de gestão e 'atteinte de ces objectifs ambitieux nécessitera de se doter de capacités fortes de gestion et de cadrage macroéconomique e enquadramento macroeconómico. O programa a ser implementado neste óptica inclui três eixos: i. recrutamento e formação de quadros na análise, previsão macroeconómica, formulação de políticas e planeamento estratégico; ii. desenvolvimento e melhoria dos principais instrumentos necessários para o controlo da economia (modelo de previsão e de enquadramento macroeconómico, supervisão da evolução da dívida pública e plano de acções prioritárias (PPA) e Programa de Investimentos Públicos (PIP); e iii. fortalecimento das capacidades o Instituto de Estatísticas. O controlo eficaz do programa de investimento supõe a implementação dum sistema de apresentação regular de relatórios e da avaliação de impactos na realização de projectos e receberá um reforço de capacidades proporcionado pelo Instituto de Estatísticas. Este acompanhamento da avaliação será efectuado com base em indicadores mais pertinentes segundo os campos do plano estratégico: fundamentos da competitividade, sectores de crescimento e outros sectores de actividade. Será definido o quadro institucional que permite uma participação real e regular das partes interessadas na implementação de projectos e programas do plano.

Programa 9: Reforma da gestão das finanças públicas

Uma melhor gestão das finanças públicas passará pelo seguinte: i.

melhoria da arrecadação fiscal; e ii. melhoria da execução das despesas públicas. O Governo guineense deve melhorar a arrecadação de receitas fiscais para atender às necessidades de funcionamento e investimento. Será necessário neste quatro ampliar as matérias colectáveis, incluindo-se aí impostos imobiliários e prediais; reforçar a aplicação rigorosa de disposições fiscais e alfandegárias e a cobertura de actividades actualmente informais; assegurar as receitas por meio da centralização de pagamentos à DGCI; e racionalizar e acompanhar as exonerações alfandegárias e financeiras. O controlo fiscal deverá também ser reforçado e melhorada a sua eficácia. O Estado favorecerá igualmente, por meio de medidas de informação e conscientização, um comportamento mais responsável por parte dos cidadãos na contribuição aos recursos públicos. As novas tecnologias da informação serão também utilizadas para melhorar a arrecadação e o controlo.

Para consolidar e reforçar a eficácia da gestão orçamental, as medidas serão orientadas à consecução de quatro (4) objectivos: i. alinhamento das prioridades orçamentais definidas no plano estratégico; ii. implementação do quadro de despesas no médio prazo (CDMT)a fim de melhorar o planeamento das despesas no âmbito das prioridades sectoriais; iii. melhoria da supervisão orçamental; e iv. controlo e publicação regular das contas de gestão e da execução do orçamento. Na melhoria da qualidade e transparência das despesas públicas, as Autoridades accionarão ou adoptarão as cinco medidas seguintes: i. Unificação da folha de pagamento do Ministério das Finanças e da Função Pública; ii. pagamento de salários com base na presença física em certos ministérios; iii. implementação do sistema de contabilidade pública em conformidade com o Sistema de Gestão Integrada das Finanças Públicas (SIGFIP); iv. transparência na gestão dos bens públicos e responsabilização sistemática, especialmente por meio da apresentação anual das contas públicas sob controlo do Parlamento e do Tribunal de Contas; e v. saneamento das contas públicas e elaboração dum plano crível para liquidação progressiva.

Programa A[3]: Reforço da gestão de mercados públicos

Uma governação transparente e eficaz requer uma adaptação do sistema de adjudicação de contratos públicos de acordo com os melhores padrões internacionais.

[3] Financiamento obtido

Esta adaptação será feita no âmbito do cumprimento das normas da UEMOA na matéria e dos princípios de eficácia da assistência pública. Uma primeira parte visa à gestão dos contratos públicos para conseguir maior transparência e coesão na adjudicação de contratos e um enquadramento rigoroso do recurso a procedimentos excepcionais da execução orçamental. Uma segunda parte inclui o fortalecimento das capacidades da unidade a cargo da gestão dos contratos públicos.

e. Promover o desenvolvimento local, a descentralização e a participação dos cidadãos

Participação fraca dos cidadãos e risco de o Estado perder a legitimidade e a credibilidade.

A centralização e a concentração administrativa excessiva limitam o desenvolvimento e o exercício da cidadania. De facto, embora a Assembleia Nacional Popular tenha adoptado leis sobre a descentralização depois de 1995, a Guiné-Bissau não conta hoje com colectividades locais dirigidas por pessoas eleitas. Actualmente o país está organizado em quatro províncias e oito regiões administrativas, elas próprias divididas em sectores. A região constitui o único núcleo administrativo operacional, o Estado, que é representado por um Governador pertencente ao Ministério da Administração Territorial. Resulta desta situação uma forte concentração e centralização da Administração que se traduzem por dificuldades de acesso aos seus serviços por parte dos administrados e uma fraca participação da população na gestão de assuntos e no processo político. Uma das consequências é também a taxa de percepção de impostos locais, resultante, entre outros, da falta de meios financeiros para as iniciativas de desenvolvimento local. No final, a situação que prevalece produz perda de legitimidade e credibilidade do Estado, enfraquecendo o sentimento de pertencer à nação e terminando numa fraca participação cidadã.

Restaurar a confiança dos cidadãos e oferecer um melhor serviço ao público de atendimento.

Dois programas foram elaborados para iniciar um desenvolvimento local participativo, oferecer melhor serviço de atendimento, promover a participação cidadã e restaurar a confiança dos cidadãos: i. reforma da Administração Territorial e reforço das capacidades financeiras institucionais, técnicas e humanas das colectividades loais; e ii. descentralização e promoção do desenvolvimento participativo.

Programa 10: A reforma da Administração Territorial e dotação das colectividades locais de capacidades financeiras, institucionais, técnicas e humanas.

Para reformar a administração territorial e reforçar as capacidades das comunidades locais, deverá ser feita uma análise da situação destes lugares: o Estado fará uma revisão do processo de descentralização e uma avaliação da sua implementação após a aplicação da lei em 1995. Trata-se principalmente de fazer uma auditoria da Administração Territorial e das recomendações para os processos; de actualizar as leis sobre descentralização e desconcentração sobre esta base; e de instituir um quadro político, estratégico e institucional para o modelo da nova Administração Territorial e Pública. O Estado definirá as estratégias de implementação das novas medidas e as aplicará a utilizar o poder legislativo e da sociedade civil com o objectivo de conduzir à realização de eleições locais. Com o tempo o resultado esperado é o fortalecimento da participação dos cidadãos no processo político e na gestão dos assuntos públicos.

As colectividades locais deverão ser dotadas de capacidades financeiras, técnicas e humanas que lhes permitam assegurar um serviço de proximidade eficiente, responsável e transparente. Neste sentido será necessário garantir uma melhor recebimento dos impostos locais e uma melhor alocação dos orçamentos do Estado, possibilidade de empréstimos de instituições financeiras ou financiamento proporcionado pelos parceiros para a realização de projectos locais. A implementação destes programas permitirá cumprir os objectivos da descentralização, a saber, uma melhor consideração das necessidades dos ad-

ministrados e um melhor serviço público. Esta implementação deverá também ser feita em total transparência a fim de evitar o clientelismo e sentar as bases duma gestão local ética e eficaz. Enfim, serão implementados sistemas de informação destinados a simplificar e racionalizar os procedimentos administrativos.

Programa 11: Descentralização e promoção do desenvolvimento participativo.

A instalação de conselhos municipais, representativos das comunidades locais, permitirá transmitir de maneira participativa as acções prioritárias a serem realizadas. Os projectos prioritários serão seleccionados, planeados, implementados e dirigidos pelos comités consultivos em total transparência. Os interesses dos grupos da população identificados como vulneráveis ou com necessidades específicas deverão ser levados em conta. Os benefícios directos serão percebidos pelas populações, o que reforçará o sentimento de pertinência à comunidade e ao país, bem como desenvolverá um sentimento de cidadania e de convergência no tocante aos valores do progresso e da democracia. As colectividades locais deverão se acompanhadas por um entidade ou uma Direcção Geral encarregada do desenvolvimento local que as apoiará na elaboração de programas de desenvolvimento, busca de financiamento, implementação de projectos e fortalecimento de capacidades.

As autoridades implementarão também um projecto de reforço da participação das mulheres nas eleições. Este projecto visa a tornar efectiva a paridade e a equidade de género nos partidos políticos e nas instâncias locais de tomada de decisão; a participação equitativa das mulheres na política e no governo permanecem essenciais para edificar e manter a democracia. Um dos resultados desejados é a emergência das mulheres e raparigas suficientemente formadas e informadas capazes de participar dos processos locais de tomada de decisão numa perspectiva de fortalecimento da sua participação no processo de desenvolvimento e de controlo da acção pública.

III. ASSEGURAR UMA GESTÃO SUSTENTÁVEL DO CAPITAL NATURAL E PRESERVAR A BIODIVERSIDADE

Para oferecer a todos os seus cidadãos condições propícias e oportunidades de acesso à criação de riquezas, a Guiné-Bissau deverá empenhar-se em preservar de forma sustentável o seu rico capital natural e o valorizar. Este capítulo descreve neste quadro os desafios, mas também os procedimentos a serem implementados.

A Guiné-Bissau é um refúgio natural que deve ser preservado.

A Guiné-Bissau representa uma excepção ecológica na África Ocidental. A sua cobertura florestal serve de fronteira entre o Sahel e a floresta tropical húmida da África Ocidental. O seu território é ao mesmo tempo continental e insular. A sua vasta zona de mangues que cobre todo o seu litoral é um lugar de reprodução privilegiado para o recurso pelágico do conjunto do Golfo da Guiné. Embora os inventários da biodiversidade permaneçam lacustres, os trabalhos indicam que os ecossistemas abrigam uma fauna diversificada de 64 espécies de mamíferos, das quais 11 são espécies de primatas, bem como 374 espécies de pássaros, 85 espécies de répteis e 31 espécies de anfíbios, das quais pelo menos são espécies endémicas. A fauna aquática é igualmente muito diversificada Muitos rios e cursos d'água banham a Guiné-Bissau, do norte ao sul do país, principalmente Cacheu, Mansoa, Geba, Corubal, Grande de Buba, Cumbijã, Tombali e Cacine. A flora compreende 1.186 espécies recenseadas, pertencentes a 160 famílias. Doze destas espécies são endémicas. O Arquipélago dos Bijagós oferece uma mescla especialmente original de ecossistemas e paisagens: grandes feixes tirados dos mangues; savanas salpicadas de ar-

bustos, flores húmidas, penhascos escarpados e zonas de plantação agrícola de palmeiras. Este ambiente único revela-se um refúgio natural para os hipopótamos, tartarugas marinhas, peixes-boi, lontras, macacos, golfinhos e centenas de pássaros que vivem em harmonia com os bijagós e outros habitantes do arquipélago. O povo da Guiné-Bissau tem consciência do privilégio de habitar um território tão excepcional, rico em biodiversidade vibrante. Está igualmente consciente das responsabilidades implícitas neste privilégio.

Foram implementadas medidas ambiciosas de protecção.

Desde 1992 a Guiné-Bissau está empenhada na identificação de ecossistemas cuja protecção da biodiversidade justifica o status de áreas protegidas. Portanto, os mangues do Rio Cacheu (540 km²); as Ilhas de Orango no Arquipélago de Bijagós (680 km²); as Lagoas de Cufada (990 km²); a densa floresta de Cantanhés (650 km²); as florestas claras de Dulombi (1.770 km²) onde se encontra a maior diversidade de vertebrados, são santuários constituídos por lei no quadro do Sistena Nacional de Áreas Protegidas (SNAP). Os parques nacionais representam 12% do território nacional. Em 1996 o Arquipélago de Bijagós foi declarado reserva da biosfera, status concedido sob o patrocínio da UNESCO. Esta medidas foram reforçadas em 2004 com a criação do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP), órgão encarregado da gestão operacional da custódia das áreas protegidas. No entanto, este dispositivo ambicioso de protecção da biodiversidade enfrenta insegurança em matéria de financiamento que depende quase exclusivamente da ajuda de dadores internacionais. Os meios utilizados para a custódia das áreas protegidas podem igualmente ser reforçados para assegurar uma maior eficácia da protecção destes ecossistemas. Enfim, o meio ambiente da Guiné-Bissau sofre de importantes vulnerabilidades, vinculadas à pressão antrópica e aos riscos climáticos que superam muito o perímetro das áreas protegidas.

A actividade do homem gera perturbações importantes no meio ambiente.

Oitenta por centro da população guineense vivem no litoral, a causar uma pressão antrópica importante sobre o meio ambiente. Grande parte desta população vive da actividade agrícola ou da pesca e utiliza técnicas cuja consequência é o desmatamento, a pesca excessiva, a poluição de camadas freáticas e do solo, bem como a erosão dos solos. Assim fortes pressões são exercidas sobre os mangues em consequência do procedimento de defumação da pesca. A poluição orgânica causadas por acampamentos da pesca contribui igualmente para a modificação dos parâmetros físico-químicos (oxigénio, turvação, eutrofização) dos mangues. No tocante à floresta húmida, de 30.000 a 60.000 hectares desaparecem anualmente com os efeitos negativos sobre a capacidade corrente de sequestro estimados em 15.738,43 Gg CO2 atmosférico (PANA, 2006). Para além disto, a monocultura da castanha contribui fortemente para a perda da diversidade vegetal e empobrece o solo. Estas diferentes vulnerabilidades contribuem para diminuir o estoque de recursos naturais renováveis e põem em perigo as condições de vida, ou mesmo de sobrevivência da população.

O meio ambiente continua sob ameaça de distúrbios climáticos.

Na Guiné-Bissau o biótipo está sujeito a perturbações importantes vinculadas aos distúrbios climáticos. Todo ano a linha do litoral recua cerca de 5 a 10 metros, a provocar a inundação das terras baixas, perda de mangues, destruição da infra-estrutura construída no litoral e a ameaçar o modo de vidas dos seres humanos e da fauna. A profunda interpenetração entre a terra e o mar, a existência dum delta marinho activo e a geomorfologia do litoral o tornam particularmente sensível à erosão. As inundações das terras baixas aumentam as concentrações de sal no solo e contribuem para reduzir a fertilidade e a estabilidade do solo. As plantações de arroz tiveram de ser abandonadas devido à salinidade demasiada-

mente elevada do solo. Os distúrbios climáticos causam também a diminuição da pluviometria, acentuada pela tendência à elevação da temperatura média anual. Estas duas tendências afectam o funcionamento dos ecossistemas com a consequência da migração, adaptação e/ou desaparecimento de certas espécies.

Quatro (4) orientações principais para a preservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável.

Estas vulnerabilidades antrópicas e climáticas devem ser abordadas no âmbito dum procedimento global e integrado de protecção do meio ambiente e da biodiversidade. Tal procedimento, que contribuirá para o objectivo global do desenvolvimento sustentável da Guiné-Bissau, divide-se em quatro acções principais: i. instaurar um ambiente normativo e institucional do desenvolvimento sustentável e da protecção da biodiversidade; ii. conhecer, assegurar e organizar os ecossistemas; iii. regular a extracção de recursos naturais renováveis para assegurar a renovação biológica; e iv. implementar um Plano Climático para aumentar a resiliência do território nacional ou à mudança climática.

a. Estabelecer um âmbito normativo e institucional do desenvolvimento sustentável e da protecção da biodiversidade.

Programa 12: Reformas institucionais e quadro normativo da gestão ambiental e do desenvolvimento sustentável.

A Guiné-Bissau ratificou os principais tratados internacionais de protecção do meio ambiente e de combate à mudança climática.

Foram assim ratificadas a Convenção-Quadro sobre a Mudança Climática ou Protocolo de Kyoto, a Convenção sobre a Diversidade Biológica ou Convenção sobre a Desertificação. A Guiné-Bissau é igualmente signatária do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e Biotecnologia; da Convenção de Viena sobre a Protecção da Camada de Ozónio; e da

Convenção de RAMSAR sobre a Protecção de Zonas Húmidas. Contudo, estas diferentes convenções não se traduziram ainda em textos legislativos e disposições regulamentares que transformam os estes princípios no direito aplicável no nível nacional. Para remediar esta situação, duas leis de orientação – uma sobre o desenvolvimento sustentável e a outra sobre a protecção do meio ambiente e da biodiversidade – definiram o âmbito legislativo nacional de aplicação dos tratados ratificados e serão definidas nos diferentes códigos sectoriais pelas disposições normativas que precisarão os pormenores.

A lei de orientação sobre o desenvolvimento sustentável será a pedra angular do modelo de desenvolvimento da Guiné-Bissau. Ela definirá os princípios de preservação, valorização e reabilitação dos ambientes naturais e estabelecerá as responsabilidades dos diferentes actores, tanto públicos como privados, participantes da implementação do desenvolvimento sustentável na República da Guiné-Bissau. Neste sentido, determinará os meios de acção dos poderes públicos, dos operadores económicos e da sociedade civil para garantir o respeito do bem-estar das gerações actuais e futuras nas diferentes actividades humanas em andamento. A obrigação de consultar as comunidades locais e a participação das mesmas em actividades geradoras de receitas no local onde vivem ou ainda a obrigação de supervisão das externalidades ambientais negativas das actividades humanas serão alguns dos meios previstos para este efeito. Portanto, a lei determinará os requisitos em matéria de eliminação de dejectos e produtos perigosos, bem como os limites de poluição abaixo dos quais deverão ser implementadas acções de reparação. Enfim, a lei de orientação sobre o desenvolvimento sustentável indicará as ferramentas e as instâncias de prestação de contas ambientais junto às instituições internacionais a respeito das actividades da Guiné-Bissau em matéria de desenvolvimento sustentável.

A lei relativa à protecção do meio ambiente e da biodiversidade incluirá as medidas de preservação ambiental e de salvaguarda da biodiversidade. Esta lei determinará as medidas do combate à poluição e danos, de proteção da salubridade do meio ambiente e da salvaguarda da biodiversidade. Ela definirá nomeadamente no direito natural as acções previstas pela Convenção de Estocolmo sobre a Poluição Ambiental no que diz respeito à utilização de produtos químicos. A lei sobre a protecção do meio ambiente

proibirá o uso de substâncias químicas muito poluentes que fazem parte dos vários vilões identificados na Convenção de Estocolmo: aldrina, clordano, dieldrina, endrina, heptacloro, hexaclorobenzeno, mirex, toxafeno e os bifenilos policlorados (PCB). Incluirá sobremaneira a utilização do DDI. Para além disto, determinará o uso sistemático de estudos sobre impacto ambiental e preservação da biodiversidade em todas as actividades económicas cujo investimento atingir um limite considerado significativo. Anunciará medidas de promoção da conservação de recursos genéticos. Incluirá igualmente as medidas de salvaguarda das diferentes áreas protegidas, quer se trate de parques nacionais, de zonas húmidas da RAMSAR ou de zonas de reprodução e de crescimento de filhotes pelágicos.

As orientações destas duas leis serão definidas nos diferentes códigos sectoriais que incluirá a actividade humana com impacto sobre o meio ambiente. O código da pesca, o código da agricultura, o código florestal, o código da caça e o código da mineração serão criados ou actualizados para serem aplicados aos sectores indicados nas orientações da lei-quadro sobre o desenvolvimento sustentável, bem como protecção do meio ambiente e da biodiversidade. Assim, por exemplo, o código da pesca proibirá as técnicas nocivas aos ecossistemas, tais como pesca de arrasto, que recolhem de forma desproporcionada os recursos pesqueiros (redes de deriva, redes de monofilamentos, linhas longas...) Será obrigatório o recurso às técnicas e ferramentas que contribuem para uma extracção mais sustentável do recurso, tal como o dispositivo de exclusão das tartarugas (TED) das redes de barcos de pesca do camarão. Serão especificados os poderes públicos em matéria de protecção de zonas de reprodução e de crescimento de filhotes pelágicos; supervisão e repressão de acampamentos de pesca ilegal; concessão de licenças de pesca e acompanhamento das capturas; e controlo sanitário dos produtos da pesca. Serão aplicadas disposições semelhantes para assegurar uma gestão sustentável das florestas, uma agricultura biológica sadia, bem como uma exploração de minérios sem poluição no âmbito dos diversos códigos sectoriais em questão.

Para além do âmbito jurídico, um dispositivo institucional reforçado garantirá a protecção eficaz do meio ambiente. A Guiné-Bissau será dotada dum dispositivo institucional que permita a dissuasão, a tributação, o controlo e a repressão eficaz para enfrentar o

saque dos recursos e os diversos actos ilícitos no território tanto marítimo como terrestre. Este reforço do quadro institucional passa pelo seguinte: i. perenização do financiamento da protecção ambiental por meio da criação do Fundo Nacional do Meio Ambiente; ii. actualização do Plano Nacional para a conservação das biodiversidade para a transformar em instrumento de política geral coerente com as ambições do país; iii. reforço institucional da investigação e fiscalização dos ecossistemas; e iv. reforço da capacidade interna de gestão de dejectos.

Programa 13: Reforço das capacidades de gestão do capital natural.

O reforço das capacidades de gestão sustentável do capital natural é primordial a levar em conta a forte dependência dos recursos naturais. Isto passará especialmente pelo seguinte: i. capitalização da Fundação BioGuiné (FBG); ii. reforço do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas ('IBAP); iii. reforço institucional da administração encarregada das florestas.

O financiamento perene de acções de preservação da biodiversidade e do meio ambiente é indispensável para a sustentabilidade do procedimento da Guiné-Bissau. O Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) é há muito financiado por dadores internacionais com financiamentos de curto prazo, irregulares e que atendem às prioridades fixadas no exterior. Conscientes desta vulnerabilidade, a Guiné-Bissau e os seus parceiros criaram um mecanismo inovador de financiamento por meio da FBF. A FBG é uma fundação privada sem fins lucrativos de direito inglês, reconhecida como utilidade pública no Reino Unido e na Guiné-Bissau. Tem um Conselho de Administração no qual se reúnem várias instituições multilaterais e ONG de protecção da natureza. A finalidade da FBG é funcionar como fundo fiduciário para a conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau. Utiliza e aplica um capital a ela confiado para financiar um capital de giro como o IBAP por meio de rendimentos regulares dos seus investimentos financeiros. O processo de dotação do capital semente da FBG está em vias de finalização junto a parceiros no desenvolvimento sustentável da Guiné-Bissau num montante de cerca de 5 milhões de FCFA (7,5 milhões de euros). A FBG poderá igualmente ser complementada por reconversões de dívidas de parceiros financeiros bilaterais, mecanismos de que podem

beneficiar países africanos como o Gabão.

Para além da FBG outros tipos de financiamento inovadores deverão ser mobilizados para acompanhar o plano de acção do meio ambiente e da biodiversidade. A Guiné-Bissau acompanhará a mobilização de recursos externos para a recolha de recursos próprios destinados a manter o processo de desenvolvimento sustentável. As *royalties* sobre a pesca constituem a primeira fonte de rendimentos mobilizáveis, quer se trate de *royalties* provenientes de acordos de autorização da pesca – como o da União Europeia – ou vinculadas a um melhor controlo de pescadores artesanais que deverão pagar patentes para obter licenças de pesca e pagar as taxas vinculadas às suas capturas, arrecadadas no local de desembarque da pesca. As taxas ligadas às concessões de sítios de turismo impostas a operadores privados, bem como as taxas sobre os direitos de entrada nos parques nacionais constituirão uma segunda fonte de rendimentos endógenos. Enfim, a imposição de taxas sobre as actividades que causam danos ambientais, notadamente no sector da mineração, contribuirá para financiar as acções de supervisão ou reparação destas externalidades negativas. Estes diversos recursos próprios serão destinados, dum lado, ao orçamento nacional e, doutro, à FGB, segundo uma chave de repartição a ser definida caso por caso de cada taxa. No total, as necessidades de financiamento estimadas para a protecção da natureza elevam-se a 25 bilhões de FCFA por ano (37 milhões de euros). O reforço das dotações orçamentárias e das capacidades financeiras do FBG correspondem ao objectivo de manter de forma sustentável a concretização operacional das instituições de protecção do meio ambiente e da biodiversidade.

Perante a caça ilegal e o contrabando, convém reforçar os meios humanos e materiais confiados ao IBAP, a fim de que este possa assumir plenamente a sua missão de salvaguardar as áreas protegidas. A extracção do recurso da fauna e vegetal alimenta um tráfico nacional e internacional de meios financeiros, materiais – aí incluídos armados – significativos. A missão de protecção da biodiversidade deve levar o IBAP a coordenar estudos científicos para melhorar o conhecimento da fauna e da flora nacionais que precisam de financiamentos importantes. Ademais das áreas protegidas, as patrulhas do exército, da alfândega e das forças da polícia terão um papel importante a desempenhar para controlar o respeito à jurisdição nacional em todo o território naci-

onal nele compreendida a Zona Económica Exclusiva. Uma instância de coordenação destas diversas entidades administrativas tomará medidas para que o tratamento da informação seja centralizado, a fim de mobilizar da melhor forma possível os recursos públicos para as patrulhas de dissuasão, apreensão e repressão de criminosos. No tocante ao combate à poluição ambiental, a inspecção da Direcção Geral do Meio Ambiente desempenhará um papel determinante de controlo dos níveis de toxicidade da água, do solo e do ar, bem como na identificação das fontes de poluição e detecção de poluentes. Esta função estratégica no que diz respeito ao âmbito jurídico necessitará de competências de ponta e de meios materiais sofisticados a serem mobilizados. Enfim, as administrações regulares dos sectores da agricultura, pesca, florestas e minas farão inspecções regulares nos locais de actividade para assegurar o respeito das regras de desenvolvimento sustentável e de protecção do meio ambiente.

A considerar que está desprovida de meios humanos e financeiros, a administração florestal delegou a gestão das florestas tanto primárias como secundárias às populações rurais. Os recursos destas florestas não são suficientemente conhecidos, as poucas informações recolhidas baseiam-se em encontros com autoridades locais e no material publicado, ao passo que a demanda das populações locais está a crescer. Sem uma racionalização da exploração destas florestas há forte motivo para recear a sua perenidade. Nesta perspectiva a Direcção Geral das Florestas e Caça, administração encarregada das florestas, verá as suas capacidades de orientação e planeamento da exploração das florestas reforçadas para dirigir melhor a gestão destes ecossistemas.

b. Administrar duplamente os ecossistemas

Programa 14: Conhecimento e supervisão dos recursos naturais.

Salvaguardar a qualidade do seu meio ambiente requer conhecer melhor o seu biótipo e os componentes da sua biodiversidade. Para isto as autoridades públicas farão inventários dos ecossistemas e da sua biodiversidade a começar pelo inventário e pela caracterização dos recursos haliêuticos. O conhecimento dos ecossistemas aquáticos (cartografia dos recur-

sos hídricos e inventário dos recursos haliêuticos) permitirá compreender melhor as modalidades de preservação e/ou de valorização do meio ambiente guineense. Este inventário permitirá identificar os hábitats e as espécies ameaçadas. Para além disto, um sistema de acompanhamento da vegetação florestal da Guiné-Bissau (SIMOFLOR) será implementado para conhecer melhor os ecossistemas florestais.

Este conhecimento será completado por um conhecimento dos fluxos de extracção. No caso dos recursos haliêuticos, um observatório da pesca recenseará a informação sobre os níveis de captura. Este observatório produzirá uma análise actualizada do seguinte: i. rendimentos equilibrados máximos; ii. limites de mortalidade da pesca e nível de resiliência das espécies sensíveis; e iii. periodicidade e nível máximo de capturas a ser aplicado nas diferentes zonas de pesca.

Uma supervisão e controlo rigorosos do território marítimo permitirão à Guiné-Bissau assegurar uma exploração sustentável dos seus recursos haliêuticos. As autoridades guineenses implementaram um dispositivo completo de vigilância e controlo para enfrentar o saque dos recursos e a pesca ilícita, não declarada e não regulamentar. Este reforço adopta especialmente a implementação da vigilância de barcos por satélite que fornece a intervalos regulares dados sobre a sua posição, a rota e a velocidade dos barcos às autoridades da pesca (VMS) e o reforço dos meios logísticos e humanos da Fiscalização e Controlo das Actividades das Pescas (FISCAP), órgão de controlo e vigilância, para controlo no mar e ao longo das costas (meios de navegação, radares, rádios, estações de vigilância da pesca, cooperação regional, etc.).

Programa 15: Gestão de áreas protegidas (Implementação do SNAP).

O IBAP definiu um Plano Estratégico para 2014-2020 cujos pilares II e III tratam respectivamente da gestão das Áreas Protegidas e da monitorização, conhecimento e valorização das Áreas Protegidas (Biodiversidade e Serviços Ecossistémicos). Quanto aos parques existentes, o Sistema Nacional de Áreas Protegidas será ampliado com a criação de dois novos parques nacionais e de três corredores da fauna. Esta ampliação das áreas protegidas incluirá principalmente o Arquipélago dos Bijagós. Em 2012 a Guiné-Bissau submeteu à UNESCO uma proposta de inscrição do Arquipélago Bo-

lama-Bijagós na lista do património mundial da humanidade. A candidatura já foi aprovada na primeira fase. Em 15 de Abril de 1996 a UNESCO reconheceu o Arquipélago dos Bijagós como Reserva da Biosfera. A importância desta reserva na salvaguarda a vida na terra levou a WWF a inscrever o Arquipélago dos Bijagós na lista das suas 200 eco-regiões. Esta importância para a conservação da vida permitiu ao Estado criar nesta Reserva de Biosfera dois parques naicionais marinhos – João Viera-Poilão e Orango – e uma Área Marinha Protegida Comunitária nas Ilhas de Formosa, Nago e Tchediã (Urok). Estes esforços serão ampliados com a criação duma entidade para a conservação de filhotes de tartaruga marinha em Unhocomo e Unhocomozinho.

A missão do IBAP no Plano Guiné-Bissau 2025 será assegurar a gestão das áreas protegidas e a promoção da biodiversidade para as transformar em fundamentos do desenvolvimento sustentável a serviço das gerações futuras. O seu papel não é investir directamente no desenvolvimento das áreas protegidas, mas facilitar e coordenar a intervenção dos sectores, assegurar o acompanhamento e a avaliação contínuos de projectos nelas desenvolvidos e ajudar a fazer respeitar as leis pertinentes. A estas responsabilidades acrescentam-se os projectos de promoção do desenvolvimento sustentável. Por exemplo, o IBAP poderá pôr à prova práticas de desenvolvimento sustentável destinadas a serem replicadas fora das áreas protegidas.

No intuito de reforçar a participação no longo prazo do IBAP no desenvolvimento sustentável na Guiné-Bissau, uma parte importante a estratégia será a sua perenização institucional. Tratar-se-á de manter a autonomia administrativa e financeira, bem como preservar a liderança nas questões de biodiversidade. O fortalecimento da autonomia institucional incluirá uma adesão rigorosa dos melhores padrões de transparências e de responsabilidade. A diversificação das parcerias e das fontes de financiamento e a obtenção duma parte dos fundos da FBG permitirão aumentar a resiliência do IBAP.

Programa 16: Preservação dos ecossistemas (não ligada à gestão das áreas protegidas e ecossistemas agro-pecuários)

Para além das áreas protegidas, a extracção de recursos será estreitamente regulada. Com base no conhecimento adquirido dos recursos naturais serão determinadas

quotas limites da pesca, caça, exploração florestal, ocupação do solo pela agricultura e frequência dos sítios protegidos pelo sector do ecoturismo. Nesta perspectiva vários projectos serão implementados, a saber: i. um projecto de gestão de recursos naturais; ii. um projecto de conservação da biodiversidade financiado pelo Banco Mundial que desempenha um papel determinante na conservação de ecossistemas e espécies de importância mundial; iii. um projecto de gestão sustentável de recursos florestais e da fauna; e iv. projectos de co-gestão da pesca nos rios da Guiné-Bissau. Esta regulamentação traduzir-se-á em limitações dos períodos de extracção, dos volumes a serem extraídos por um determinado recurso e perímetro autorizado de exploração. Portanto, não será permitido pescar em qualquer lugar e certas zonas de reprodução deverão ser constantemente protegidas. A regulamentação especificará medidas para que as pressões antrópicas não impeçam a renovação dos recursos. No caso da pesca o Estado definirá, em função da resiliência das diferentes espécies haliêuticas, as quotas anuais de captura, os períodos de autorização da pesca, espécie por espécie, a repartir em função do estoque existente, da migração, dos períodos de reprodução e do número de explorações recenseadas. Estes projectos contribuirão para dotar a Guiné-Bissau de medidas e meios para combater a poluição e preservar os seus ecossistemas vulneráveis.

Os recursos naturais são objecto de usos diversificados, às vezes contraditórios, que podem levar a situações conflitantes. Num contexto de economia de penúria e de situação pós-conflito é indispensável empenhar-se em neutralizar estas situações conflitantes, dando preferência à conscientização e reforço das capacidades locais na gestão dos recursos naturais. Neste sentido os parceiros internacionais apoiarão o fortalecimento das capacidades da sociedade civil a fim de que ela assuma plenamente o seu papel neste processo.

Esta iniciativa será especialmente expressa no quadro de acção da educação ambiental que visa a colocar as estruturas nacionais e as organizações locais de educação e de participação comunitária em condições de transmitir às gerações jovens os elementos da compreensão dos desafios vinculados à conservação dos patrimónios da zona costeira da África Ocidental.

Por outro lado, serão implementados programas nacionais de parti-

cipação das comunidades rurais em actividades de agricultura biológica, pesca sustentável e ecoturismo a fim de que estas comunidades rurais sejam actores integrais da dinâmica de desenvolvimento sustentável por meio dos principais motores de crescimento identificados.

Programa 17: Elaboração e implementação dum Plano Climático.

"**A beleza dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento reside na engenhosidade dos seus povos, no seu espírito de empreendimento, na sua capacidade de enfrentar inúmeros desafios oriundos da mudança climática**, de se reinventar e recuperar a resiliência das suas instituições, dos vínculos sociais, dos recursos e das parcerias de reciprocidade." Carlos Lopes, Secretário Executivo da Comissão Económica das Nações Unidas para África.

A mudança climática impõe à humanidade restrições económicas e materiais. Para e adaptar a este contexto, a comunidade internacional empenhou-se, por meio da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática, num processo de adaptação do território à mudança climática e à atenuação das emissões de gás de efeito estufa. A elaboração e implementação do plano nacional de adaptação à mudança climática permitirão definir a estratégia nacional da Guiné-Bissau neste sentido. Implementa acções de prevenção da vulnerabilidade do território e de gestão dos perigos climáticos.

Neste âmbito a protecção do litoral desempenhará um papel determinante no fortalecimento da resiliência do território aos perigos climáticos. Esta protecção inclui: 1. uma questão económica porque contribuirá para manter e reforçar as instalações de diferentes actividades económicas concentradas em mais de 80% do litoral; ii. uma questão social, porque reafirma a mobilidade da população e contribui proativamente para a segurança alimentar; e iii. uma questão ecológica, porque favorece a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas costeiros e marinhos. Para responder a estes desafios, o plano de protecção do litoral definirá inicialmente o quadro jurídico de protecção e gestão da zona costeira, a interditar certas actividades prejudiciais, tais como pedreiras de areia nas zonas vulneráveis ou corte de madeira para defumação de peixe.

Por outro lado, um projecto específico permitirá reforçar as capa-

cidades de adaptação das comunidades e a resiliência dos ecossistemas costeiros guineenses face às mudanças climáticas. As acções de adaptação à mudança climática serão igualmente desenvolvidas nos diferentes sectores de actividade, notadamente na agricultura e na pesca. Os serviços de dessalinização do solo e do reservatório hidrográfico continental contribuirão, por exemplo, a combater os impactos mais negativos dos perigos climáticos sobre as populações rurais.

IV. CONSTRUIR UMA REDE NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURAS MODERNA E COMPETITIVA

A ausência de infra-estruturas críticas, a começar pela energia, impede a decolagem da economia guineense. Actualizar estas infra-estruturas é um imperativo. Mas será necessário ir mais longe. A ambição da Guiné-Bissau 2025 necessita implementar um vasto programa de desenvolvimento das infra-estruturas em todo o território tanto em termos de água, electricidade, rodovias, portos e aeroportos, hábitat e desenvolvimento urbano e conectividade digital. Quais são as necessidades? Quais serão mais críticas para os motores do crescimento e para o desenvolvimento social?

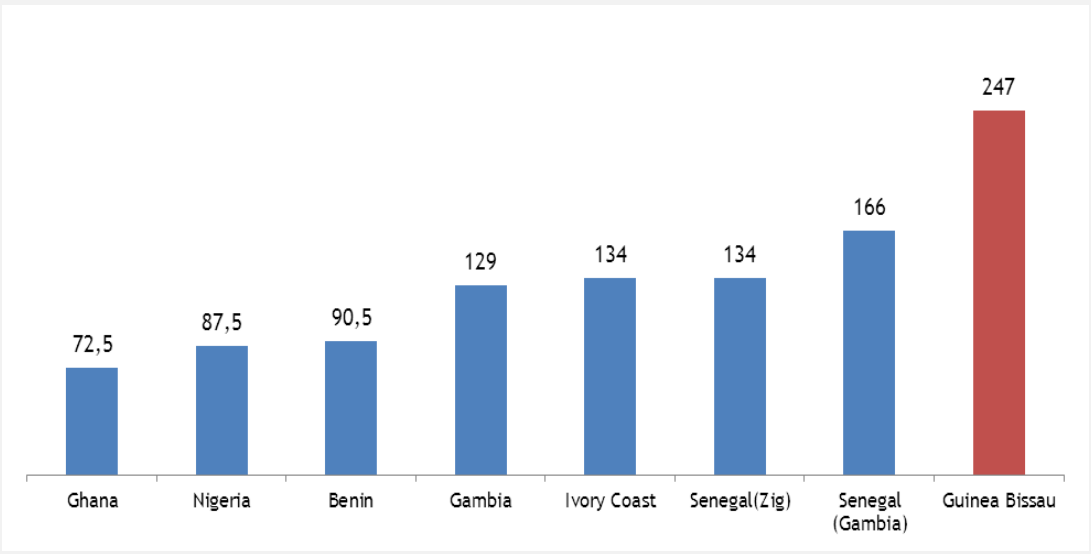
Este capítulo identifica as grandes necessidades das infra-estruturas previstas para 2025 e o processo para as priorizar e as implementar.

a. Construir uma rede nacional moderna de transporte multimodal.

Infra-estruturas e um sector de transportes pouco desenvolvidos.

As actuais infra-estruturas de transporte da Guiné-Bissau não permitem valorizar o vasto potencial económico do país. A rede rodoviária é pouco densa 12,3 km de rodovias para 100 km² no continente) e 28% de rodovias asfaltadas num total de 3 455 km. A rede de rodovias principais é globalmente adequada e melhor do que a média da UEMOA. No entanto, a rede actual, especialmente a rede secundária e rural, está consideravelmente deteriorada, como resultado de uma manutenção, assistência e reabilitação insuficientes e com frequente sobrecarga nos eixos. Esta deterioração é particularmente marcante no sul do país que tornam difícil o acesso durante a época de chuvas, a tornar difícil o transporte da produção agrícola das zonas de forte produção (Quinara, Tombali) para as zonas de consumo e de exportação (principalmente Bissau). O porto de Bissau, responsável por 85% das exportações e 90% das importações do país, tem baixo desempenho. Ultrapassa 300% as suas capacidades anuais com equipamentos superexplorados e decadentes. O acesso ao porto é dificultado pela ausência de manutenção, de dragagem de canais e de ferramentas adequadas. A despeito destas lacunas e da baixa qualidade do serviço, os custos das operações portuárias em Bissau estão entre as mais altas da sub-região, como mostra a Figura 8.

Figura 7 : Custos das operações portuárias na África Ocidental (em)



Fonte: Análises do Grupo de Desempenho

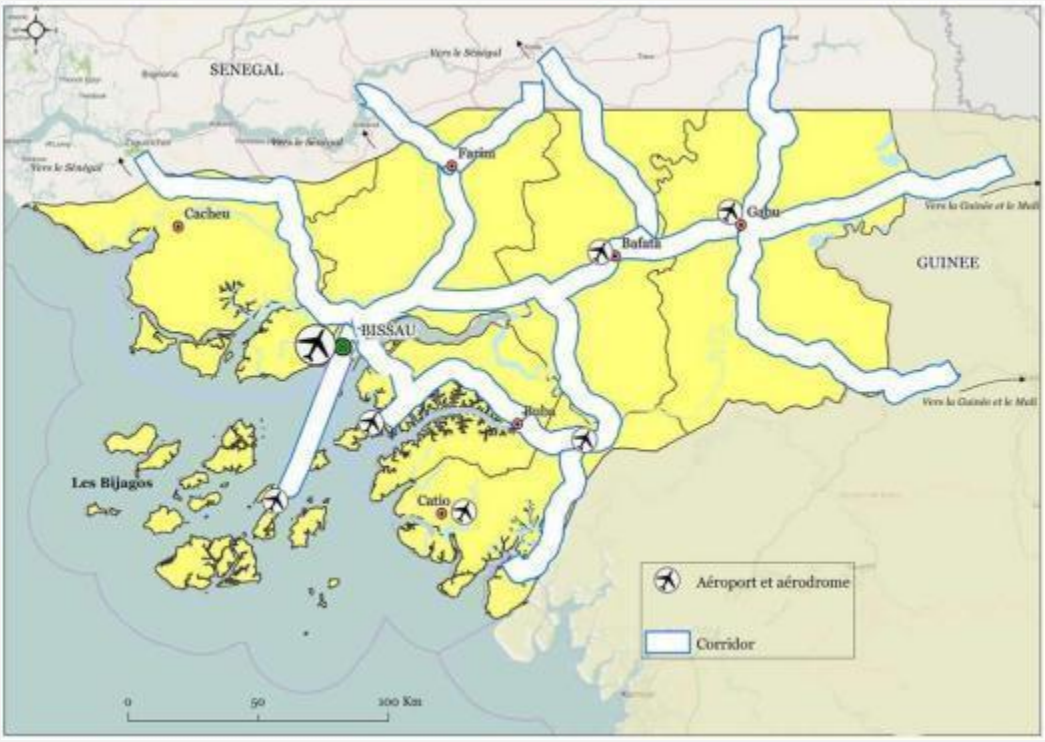
Os meios de transporte não são suficientemente desenvolvidos. A Guiné-Bissau dispõe dum único aeroporto internacional que funciona abaixo das suas capacidades. Precisa de trabalhos de reforma e melhoria de serviços. Há no interior do país alguns aeródromos, mas precisam igualmente de trabalhos de reforma e actualização, especialmente os de Cufar e Bubaque. Estes trabalhos permitirão apoiar, entre outros, o desenvolvimento duma actividade turística nas Ilhas Bijagós. A grande parte das pequenas cidades são acessíveis por via marítima e fluvial, mas tais vias de acesso ainda estão inexploradas ou abandonadas, especialmente as do sul. Para além das infra-estruturas, o sector de transportes está precariamente desenvolvido. O parque de veículos é muito antigo (90% dos veículos têm mais de 10 anos) e Bissau, a capital, não tem sistema de transporte público oficial.

Construir uma rede nacional moderna de transporte multimodal.

O desenvolvimento dum conjunto do território guineense torna indispensável uma rede nacional moderna de transporte multimodal. A Guiné-Bissau dispõe dum potencial económico importante no conjunto do seu território. Portanto, a visão 2025 prevê o desenvolvimento de novos pólos económicos repartidos no conjunto do país e apoia-se na valorização do seu potencial agrícola e agro-industrial, haliêutico, turístico e de mineração. A construção desta nova carta económica supõe, no entanto, o desenvolvimento duma rede nacional de infra-estruturas modernas para ligar os diferentes pólos e interconectar as zonas de produção às de transformação, comercialização ou exportação. Esta rede de infra-estruturas permitirá igualmente reforçar os intercâmbios comerciais da Guiné-Bissau com os mercados regionais, especialmente da Guinée-Conakry, Mali e Senegal Enfim, favorecerá o desenvolvimento de serviços de transportes eficazes ao serviço das populações urbanas e rurais da Guiné-Bissau.

Esta nova rede de infra-estruturas será formada ao redor de cinco corredores principais de desenvolvimento. Um primeiro corredor que atravessará o país de oeste a leste ligará a capital Bissau a Bafatá, Gabu e aos países fronteiriços da Guiné e do Mali. Bafatá será ligado por um segundo corredor ao sul do Senegal que facilitará o acesso ao mercado regional de Diaobé. Gabu será igualmente servida por um corredor norte-leste para o sudeste da Guiné, a ligar assim ao Senegal e à Guiné. Um terceiro corredor de Bissau a passar por Farim para o Senegal permitirá igualmente ligar ao mercado de Diaobé, bem como transportar fosfatos de FArim ao porto de Bissau. Um quarto corredor ligará Bissau a Casamance ao sudoeste do Senegal a passar por Cacheu. Enfim, um quinto corredor ligará Bissau, Bolama, Buba e Cacine e será igualmente ligado ao primeiro corredor a permitir assim desenvolver o sul do país. Esta rede fará então a junção entre as principais pequenas cidades, principais aeroportos e aeródromos e as regiões fronteiriças do Senegal e da Guiné e do Mali. A rede fluvial e marítima permitirá ligar as pequenas cidades do lado oeste do país, bem como as Ilhas Bijagós. Dois programas permitirão construir esta nova rede de infra-estruturas.

Figura 8: Principais corredores da Guiné-Bissau (projectos)



Fonte: Análises do Grupo de Desempenho

Programa 18: Reformas e fortalecimento institucional do sector de transportes.

As reformas institucionais favorecem o desenvolvimento dos serviços de transporte no conjunto do território. O desenvolvimento das infra-estruturas e dos serviços de transporte na Guiné-Bissau supõe a implementação de reformas adequadas. Portanto, um quadro propício deverá ser definido pelas Parcerias Público-Privadas para favorecer o desenvolvimento de infra-estruturas básicas de transportes (auto-estradas, portos, aeroportos...). Para além disto, o âmbito de negócios deve incentivar os investimentos privados nos sectores de transportes e favorecer uma prestação diversificada de serviços de transporte privado (rodoviário, aéreo, fluviomarítimo). Enfim, as políticas deverão favorecer a protecção e a segurança dos transportes e estar harmonizadas com as normas em matéria de livre circulação de bens e pessoas nas comunidades regionais das quais a Guiné-Bissau é membro (UEMOA /CEDEAO). Neste contexto os estudos realizados com o apoio dos parceiros no desenvolvimento já permitiram identificar uma série de reformas necessárias. Trata-se aqui de implementar de forma diligente e em conjunto com todos os actores envolvidos. Para além disto, as capacidades institucionais do país no sector dos transportes deverão ser reforçadas. A Direcção Geral das Estradas e Transportes Terrestres serão assim reformada e reforçado o acompanhamento estatístico do sector. Para além disto, a implementação do **esquema director das infra-estruturas de transportes** será um vasto empreendimento que deverá ficar a cargo das estruturas adequadas, particularmente os órgãos dedicados.

Programa 19: Implementação do esquema director de infra-estrutura de transportes.

Um importante programa de desenvolvimento rodoviário será realizado segundo as prioridades definidas no quadro do esquema director das infra-estruturas de transportes. Nos próximos 10 anos a Guiné-Bissau deve construir os seus corredores de desenvolvimento, a saber, as infra-estruturas rodoviárias, marítimas e ferroviárias que permitirão **ligar entre si de maneira óptima os nove pólos económicos e com os principais mercados exteriores**. A caixa 01 mostra uma série de projectos prioritários já definidos, bem como estruturas rodoviárias, pistas rurais, terminais de

passageiros e transporte público urbano em Bissau ou estruturas importantes (pontes, viadutos, túneis, barragens, cais...). Para além disto, serão tomadas medidas para reforçar a gestão do Porto de Bissau (concessão da gestão), modernizar com novos equipamentos, planear e construir a sua extensão, bem como melhorar as suas vias de acesso com dragagens mais regulares. Como são limitadas as possibilidades de extensão do Porto de Bissau, serão realizados estudos para a construção de novos portos em Pikil e Buba. Para além disto, será implementado um guiché único de comércio exterior para o trâmite electrónico de autorizações, permissões, certificados ou outros documentos alfandegários para os organismos competentes do Estado, a facilitar e agilizar assim as operações de importação e exportação. **As vias fluvio-marítimas de navegação e as infra-estruturas portuárias de cabotagem nacional serão igualmente reabilitadas.** Para fluidificar o tráfego aéreo e o dotar de vias internacionais de acesso mais eficientes, as capacidades aeroportuárias serão reforçadas futuramente se os estudos confirmarem a sua viabilidade para a construção dum novo aeroporto. O esquema director de transportes permitirá identificar e planear o conjunto destes investimentos, bem como outros projectos e investimentos requeridos. O Estado guineense empenhar-se-á plenamente em implementar o referido esquema com o apoio do conjunto dos seus parceiros.

Caixa 1 : Principais projectos para o desenvolvimento do transporte rodoviário na Guiné-Bissau

No quadro do esquema director, serão realizados estudos para a construção de diferentes infra-estruturas rodoviárias com base nas necessidades já identifiadas para as autoridades guineenses e perspectivas de desenvolvimento económico do país.

Projecto 1: Reabilitar e reforçar a rede rodoviária nacional

- Reabilitar e construir 145 km de rodovias nacionais (a sber, Buba-Fulacunda-SãoJoão/Tite, Mampata-Cacine, São Domingos Varela, Quinhamel Biombo, Bedanda-Cacine, Ingoré Farim, Bissau Jugudul).
- Reabilitar e construir 498km de rodovias regionais (a saber, Gabu-Tchétché-Beli-Venduleidi-Koumbia, Gabu-Buruntuma-Kandika-Koundara, Gabu_Pirada_Wassadou_Kabendou, Tanta cossé _ Cambadju _Sélékénie _CFRN6, Farim_Saré N'Diaye_Bantankountouel).
- Reabilitar e construir 300 km de pistas rurais (a saber, Batambali/Madina de Baixo, Fulacunda/Gampara, Timbo/Catio, Quinhamel/Pikil, Brandão/Djabada).
- Construir as pontes de Farim, Contuboel e Tche Tche, bem como 100 aquedutos / pontes pequenas.
- Adquirir novas embarcações (barcaças) para as travessias Cubumba / Argile, St. John / Bolama, Bissau / Enxudé, Tche Tche e Fulamori.

Projecto 2: Reabilitar e construir pistas rurais

- Construir 300 a 352 km de pistas regionasi em todo o território.

Projecto 3: Construir terminais de passageiros

- Criar duas estações de passageiros em Bissau (capacidade parra 20 a 50 autocarros, 9.000 passageiros por dia).
- Criar 10 terminais de passageiros no interior do país (Prabis, Quinhamel, Bafata, Gabu, Catio, Buba, Canchungo, Bula, Mansoa e Bissorã).
- Criar um terminal para veículos utilitários.

Projecto 4: Desnvolver os transportes públicos em Bissau

- Actualizar o estudo sobre a construção de 46,85 km de rotas urbanas em Bissau.

Projecto 5: Assegurar a proteção e segurança dos transportes rodoviários (sinalização, centro de controlo, controlos rodoviários, etc.).

Um
dad

quadro sectorial, são insuficientes. No plano operacional a EAGB enfrenta dois desafios principais: o seu mau desempenho económico e financeiro e a sua falta de desempenho técnico. As dificuldades económicas e financeiras da EAGB são oriundas de diversos factores: i. nível elevado de custos de produção com um parque de produção dominado pelo DO e tarifas que se elevam a quase 492 FCFA/kWh; ii. descontrolo da clientela, aliado à ineficácia do faturamento com taxas de recuperação muito baixas; iii. precampo de perdas comerciais estimadas em 50% e causadas, entre outros, por múltiplas conexões clandestinas e pela ausência de contagem no domicílio dos utilizadores; e iv. nível elevado de dívida e impregnação duma cultura interna desajustada com roubos de combustível organizados dentro da empresa. As limitações técnicas recaem tanto sobre produção quanto o transporte. Do lado da produção as dificuldades manifestam-se por um importante desequilíbrio entre a oferta e demanda (respectivamente 5,5 MW em comparação com 40 MW); baixa disponibilidade de instalações (5,5 MW de potência efectiva sobre 11 MW de potência instalada); nível elevado da demanda latente com cerca de 30 MW utilizados em autoprodução por grupos electrógenos e descontrolo da demanda de energia. O transporte caracteriza-se pelo seguinte: subcapacidade da rede eléctrica subdimensionada; concentração na região de Bissau; importância de perdas técnicas; inadaptação às interconexões que requerem actualização das infra-estruturas. No nível institucional, contrariamente ao que se observa no referido país, não existe na Guiné-Bissau um regulador do sector da electricidade e o quadro normativo não favorece o surgimento duma produção privada independente.

Acesso ainda muito precário à água e ao saneamento.

Na Guiné-Bissau o acesso ao saneamento é ainda muito precário tanto tanto na zona urbana como na zona rural. Uma pequena parte da população está conectada à rede pública, mas a maioria deve recorrer aos fontanários e aos poços públicos pouco salubres. **Assim, cerca de 50% da população rural não dispõe de água potável.** A ausência do plano director de esgoto acarreta insuficiência das

redes de drenagem das águas usadas, ausência de redes de esgoto e inadaptação de obras de esgoto individual: 33% da população urbana dispõem de formas de saneamento e somente 8% na zona rural.

Até 2020 desenvolver o oferecimento e eliminar este gargalo de estrangulamento.

Garantir às populações o acesso universal à água potável e aos serviços de saneamento e de electricidade constitui um dos eixos principais da estratégia de desenvolvimento social da Guiné-Bissau. O país deverá enfrentar, por um lado, um forte demanda hoje não atendida e, por outro, um crescimento acelerado da demanda resultante da nova dinâmica de desenvolvimento. A realização da tendência actual levará a uma demanda de cerca de 70 MW em 2020 (com base num aumento de 7% da demanda actual). Por outro lado, os projectos previstos na Estratégia Guiné-Bissau 20225 (mina de Farim, indústria agro-alimentares, zona económica especial de Bissau, zona turística das Ilhas Bijagós...) não poderão ser realizados sem uma possibilidade de energia adicional competitiva. Portanto, a meta para atender a esta demanda é conseguir uma produção de 100 MW en 2020. O acesso à água deverá ser também fortemente generalizado. Neste sentido, serão implementados quatro programas até 2020: i. reformas e reforço institucional do sector de electricidade e de água; ii. produção adicional de 90 MW no âmbito do esquema director Energia; iii. reforço do acesso mediante a reabilitação das redes de água e electricidade; e iv. desenvolvimento da produção d'água no âmbito do esquema director Água. Estes quatro programas são apresentados a seguir.

AQUI PODE COMEÇAR A PARTE DA IZABEL

Programa 20: Reformas e fortalecimento institucional do sector de electricidade e de água

Reformas e fortalecimento institucional do sector de electricidade e de água i. actualização do quadro normativo e institucional de electricidade; ii. reforma do

quatro institucional e normativo da água; e iii. restruturação da l'EAGB.

A reforma do sector de electricidade na Guiné-Bissau requer uma actualização do quatro normativo e a implementação de instituições adaptadas. Será elaborada uma nova lei de orientação que trará no mínimo a criação dum comité de regulamentação, a redefinição da governação do sector, a promoção da produção privada e a criação de estruturas operacionais encarregadas da execução dos principais programas do sector. A criação duma entidade de regulamentação permitirá assegurar o equilíbrio financeiro do sector, de velar pelos interesses dos consumidores e de conquistar o respeito dos compromissos dos actores do sector. A promoção da produção privada será feita mediante a definição do estatuto dos actores, das suas modalidades de acção e das suas relações com o operador (EAGB). As estruturas operacionais ou órgãos nacionais de execução serão encarregados de realizar os programas de promoção de certas camadas do sector, tais como energias renováveis, electrificação das zonas rurais e controlo da energia.

O quadro institucional do sector da água e esgoto será igualmente reformado para permitir uma melhor gestão do recurso. Estas reformas serão feitas por meio da modificação do papel do Estado, actualização do quadro jurídico e maior participação das comunidades, da sociedade civil e do sector privado. Isto incluirá notadamente a implementação de estruturas descentralizadas de gestão próximas dos utilizadores; a definição de responsabilidade e competências e a formalização clara das relações entre as diversas instituições que intervêm no sector; o desenvolvimento das capacidades nacionais de planeamento, de organização e de gestão nas políticas relacionadas com a água; e a definição do quadro jurídico nos decretos de implementação e aplicação efectiva do Código da Água.

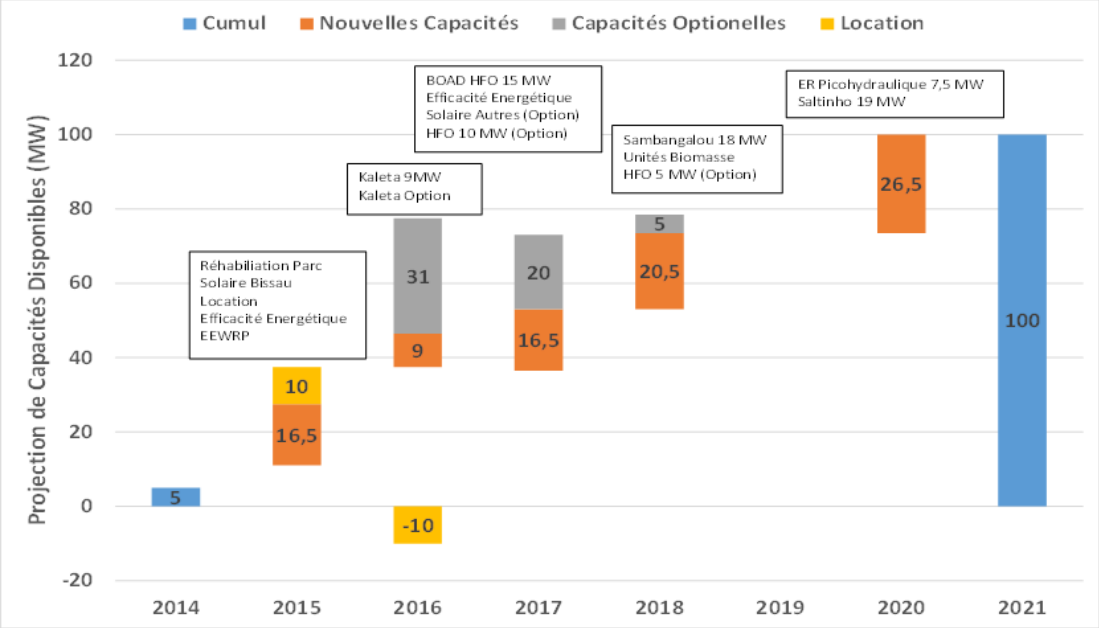
A EAGB, operadora da água e electricidade, será inteiramente reestruturada. Neste quadro estão previstas duas reformas importantes. Levando em consideração os custos elevados da produção, a implementação dum plano de transição para a utilização do HFO como principal combustível do parque térmico constitui prioridade absoluta. A seguir, parece igualmente necessária a passagem a uma gestão assegurada por um operador privado, mantida por compromissos de desempenho. Tal controlo de gestão permitirá assumir a direcção da racionalização das despesas da socieda-

de, a redução de perdas, a restruturação das dívidas, o planeamento dos investimentos e a optimização das actividades realizadas internamente mediante recurso à subcontratação de certas funções específicas tais como exploração e manutenção (O & M), gestão da tesouraria (*cash management*) e facturamento e colecta.

Programa 21: Implementação do esquema director de energia - projectos de produção

O atendimento da demanda de energia nacional exige a implementação dum ambicioso plano de desenvolvimento da produção. Assim, a Guiné-Bissau prevê um desenvolvimentwo significativo da sua produção até 2020 por meio dos quatro projectos principais: barragens hydroélectricas de Kaleta, Sambangalou (projectos OMVG, mínimo 9 e 18 MW) e Saltinho (+19 MW); novas centrais térmicas a combustível pesado (+20 MW); central fotovoltaica(+10 MW); 4 projectos de micro-hidráulica e energia de biomassa (mínimo +10 MW); e por último um melhor controlo da energia (apagão de 3 MW). Este esquema de desenvolvimento é ilustrado na Figura 7.

Figura 9 : Esquema direcror do desenvolvimento de capacidades da produção até 2020 na Guiné-Bissau



Fonte: Análises do Grupo de Desempenho

Programa 22: Implementação do esquema director de abastecimento de água – projectos de produção

As Autoridades, em associação com os parceiros técnicos e financeiros, implementarão o esquema director a ter em vista o desenvolvimento das infra-estruturas de água e electricidade das grandes cidades e a democratização do acesso individual à água e aos serviços de saneamento nas zonas periurbanas e nos meios rurais pobres. Atingir estes objectivos, principalmente em proveito das populações pobres, implicará a implementação do seguinte: i. um programa de água, esgoto e higiene; ii. um programa de reabilitação e reforço das infra-estruturas hidráulicas; e iii. novos projectos identificados no quadro do esquema director. A reabilitação e o reforço das infra-estruturas hidráulicas rurais permitirão apoiar a hidráulica agro-pastoril. Portanto, o controlo da captação, armazenagem e distribuição da água será melhorado, a fim de atender adequadamente às necessidades das populações e dos sectores agrícola e pastoril.

Programa 23: Reabilitação e fortalecimento das redes de água e de electricidade

O desenvolvimento das capacidades de produção e os projectos de reabilitação serão acompanhados da implementação da rede de distribuição para melhorar o acesso à eletricidade. As autoridades implementarão vários projectos para permitir a evacuação de energia dos centros de produção para os utilizadores, bem como para garantir um serviço energético de qualidade, especialmente o seguinte: i. melhoria do serviço de electricidade na cidade de Bissau; ii. instalação de *kits* solares e de iluminação pública; e iii. electrificação das zonas rurais. **Para além disto, o funcionamento das infra-estruturas urbanas de electricidade serão melhorado no quadro do projecto multissectorial de reabilitação das infra-estruturas.** O segundo componente deste projecto financiado pelo Banco Mundial baseia-se principalmente na restauração e reabilitação no curto prazo das infra-estruturas de produção e distribuição de electricidade. **Para além disto, vários projectos melhorarão o aumento do acesso das populações à água potável e ao esgoto.** Portanto, o apoio ao acesso à água na zona rural será efectuado mediante a realização de 100 perfurações equipadas de bombas de mecanização hidráulica (PMH) nos diversos locais e mediante o apoio ao desenvolvimento da comunidade de Quinara-Tombali. **Para incluir o acesso à electricidade e à água no desenvolvimento sustentável dos territórios rurais,** as Autoridades apoiarão a implementação de projecos mistos que incluam os dois sectores. Neste quadro será reaslizado um projeto de urgência para melhorar os serviços de água e electricidade e será implementado um projecto de apoio ao sector de água e à energia solar e hidráulica.

Generalizar o uso de tecnologias da informação e comunicação

A operação digital é um acelerador do desenvolvimento.

A passagem para a economia digital, essencial à emergência da Guiné-Bissau, enfrenta desafios ligados às infra-estruturas. Na era da revolução digital e da globalização, o desenvolvimento dum país inclui a integração maciça digital em todos os processos culturais, económicos e sociais. Por esta razão, cabe o Estado desempenhar o papel primordial de implementar as condições dum meio ambiente propício ao desenvolvimento digital para permitir uma sólida participação dos actores da sociedade civil e do sector privado, a fim de que estes últimos invistam, operem em boas condições e realizem os serviços acessíveis a todas as camadas da população. No entanto, a situação específica da Guiné-Bissau ressalta os desafios, a a saber: i. défice duma energia eléctrica de qualidade que aumenta o custo de exploração e encarece as tarifas dos utilizadores; ii. ausência dum ponto de aterramento de cabos submarinos que limitam consideravelmente o acesso de alta velocidade; as opções disponíveis de passagem para os países limítrofes oferecem apenas baixas capacidades de tráfego; iii. não efectividade da mutualização das infra-estruturas existentes por parte dos operadores; e iv. debilidade e até mesmo falência do operador histórico nas diversas tentativas de viabilização ou de privatização que até agora não produziram o resultado esperado. No entanto, em vista das potencialidades económicas notáveis, esta situação a priori difícl pode transformar-se em trunfo, porque é possível capitalizar as experiências de outros países para adoptar directamente as soluções mais eficientes e cobrir rapidamente o hiato digital. Em breve a economia digital será essencial para o desenvolvimento da Guiné-Bissau. O elemento digital permitirá reforçar a atracção do país frente ao investimento estrangeiro directo (IDE); criar novos empregos; melhorar a prestação de serviços vitais, tais como educação, saúde e justiça; e acesso mais fácil e mais equitativo aos serviços da Administração.

A Guiné-Bissau disporá, até 2025, duma infra-estrutura moderne de telecomunicações e tirará proveito dos avanços da economia digital. A economia será conectada aos

mercados regionais e internacionais. Trata-se de tornar o sector digital um serviço universal, tal como a água e a electricidade e uma alavanca central da transformação do país. Neste contexto três programas serão implementados.

Programa 24: Reformas e fortalecimento institucional do sector digital.

Será implementado um quadro favorável ao desenvolvimento das infra-estruturas numéricas e do sector privado. A nova meta da Guiné-Bissau no sector digital supõe a instauração dum ambiente digital de confiança, propício à promoção de soluções que atendam às necessidades dos cidadãos e dos actores económicos. Ela passará por reformas institucionais, notadamente a implementação dum quadro institucional e normativo favorável ao sector privado, a promover um desenvolvimento significativo das infra-estruturas em todo o território, principalmente na velocidade e a assegurar uma concorrência sadia na prestação de serviços. Neste quadro o operador histórico das telecomunicações será privatizado e reforçado o órgão de regulamentação das telecomunicações.

Programa 25: Desenvolvimento da infra-estruturas digitais de base.

A disponibilidade das infra-estruturas digitais de base permitirá à Guiné-Bissau acesso aos serviços de telecomunicações de grande capacidade, essenciais à emergência duma economia moderna e competitiva. As infra-estruturas digitais actuais são muito limitadas e impedem a eclosão do sector. Para renovar a capacidade digital física da Guiné-Bissau, será desenvolvido o acesso aos cabos submarinos após o estudo técnico e a definição do modelo de negócios. As Autoridades planearão e instalarão uma rede nacional de fibra óptica terrestre, apoiada na rede de telecomunicações (antena BTS...). A instalação da rede de fibra óptica terrestre (*backbone* nacional) será feita em conjunto com a da rede eléctrica, a fim de optimizar os custos e criar sinergias na exploração e manutenção das redes. A cobertura do território pelos serviços de telecomunicação será controlada por uma *Tower Company*, sociedade proprietária e operadora das redes e infra-estruturas de telecomunicações com fio e sem fio (antenas BTS, fibra óptica, WIMAX...). Esta sociedade será criada no âmbito duma parceria público-privada entre o Estado e

os operadores de telecomunicações presentes na Guiné-Bissau. Enfim, na escala da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), a transição do componente analógico para o digital no caso da televisão está em andamento com a meta de concretizar em toda a região a Televisão Digital Terrestre (TNT) antes de Junho de 2015. Para além disto, as infra-estruturas de observação meteorológica serão reabilitadas.

Programa A[4]: Promoção de utilizações das TICs.

A Guiné-Bissau adoptará uma política dinâmica de baixo custo dos factores e das tarifas. A finalidade é promover o uso maciço do componente digital, favorecer a criação de empresas e aumentar a produtividade, especialmente nos principais sectores responsáveis pelo crescimento económico do país. Se elas forem adoptadas e valorizada rapidamente e em grande escala, as TICs têm potencial considerável para a criação de valor. Permitirão , por outro lado, acompanhar a evolução meteorológica, a elaborar um sistema de divulgação de boletins meteorológicos.

[4] Financiamento obtido

c. Assegurar a renovação urbana e uma distribuição equilibrada e sustentável do território.

Centros urbanos pouco desenvolvidos e deteriorados.

As infra-estruturas urbanas da Guiné-Bissau são estruturalmente insuficientes. Enquanto o êxodo rural se intensifica e a população de Bissau aumenta consideravelmente, a atingir quase 25% da população nacional, tanto a capital como os principais centros urbanos continuam a carecer de equipamentos funcionais. As infra-estruturas urbanas são com frequência precariamente mantidas e a qualidade e quantidade das habitações continuam a ser notoriamente insuficientes. Em 2009 a cidade de Bissau tinha cerca de 222.000 habitações, a maior parte precária, com instalações sanitárias em grande parte deficientes. Para uma população de 375.000 habitantes, estima-se o défice de habitações em Bissau de 20.000 a 30.000.

Após a independência a falta de investimentos nas infra-estruturas acarretou a deterioração contínua dos centros urbanos. Poucas políticas urbanas foram implementadas, quer no nível cadastral, de concepção ou de realização de planos directores de urbanização. As entidades culturais – tais como bibliotecas, cinemas, centros culturais e museus – deixaram de existir e as actividades culturais do país estão acantonadas em locais improvisados, equipados com material precário. A reabilitação e manutenção das estruturas datam da época colonial, tais como o Palácio de Bolama, o Hospital 3 de Agosto ou o Monumento aos Mártires de Pindjiguite requerem orçamentos à altura. Os monumentos, praças ou jardins famosos do património cultural guineense – tais como a Granja de Pessubé – conhecidos como os "pulmões de Bissau" – desparecem progressivamente, substituídos por construções modernas. O país perde assim um património cultural precioso para a sua identidade. O planeamento do desenvolvimento das cidades; a classificação do património imobiliário em monumentos históricos; a construção de redes de infra-estruturas urbanas e de hotelaria e o convite ao investimento serão outros eixos-chave

da política de urbanização e transformação do país.

O Plano Estratégico Bissau 2025 prevê até 2020 quatro programas para reactivar o desenvolvimento urbano, a saber: i. reformas e reforço institucional do sector de urbanização e da habitação; ii. programa de urgência do desenvolvimento integral do Arquipélago de Bijagós; iii. elaboração de esquemas directores da gestão urbana dos cinco principais centros urbanos; e iv. promoção de programas de habitação e construção, especialmente para o sector privado.

Programa 26: Reformas e fortalecimento institucional

Uma estrutura jurídica e normativa precisa será implementada para proporcionar um desenvolvimento urbano ao mesmo tempo dinâmico e coerente, principalmente por meio dos códigos da propriedade pública, mobiliário, de urbanismo e da habitação. Para além disto, os procedimentos de construção e atribuição de títulos mobiliários serão racionalizados com recurso adicional à informática e sector digital. Será também criado um fundo autónomo de apoio ao desenvolvimento regional.

Programa 27: Programa de urgência de desenvolvimento integral do Arquipélago de Bijagós

O Arquipélago de Bijagós será objecto dum programa de desenvolvimento urgente das suas estruturas. Isso permitirá até 2017 oferecer aos investidores hoteleiros e aos turistas os serviços de saúde, segurança, transporte, energia ou telecomunicações de que têm necessidade. Nesta perspectiva o aeroporto de Bubaque será modernizddo e adaptado às normas e poderá receber directamente voos regionais, juntamente com voos de Bissau, Praia, Dakar, Cap Skirring e Banjul, os quais facilitarão o acesso à clientela internacional. Para além disto, um transporte intra-insular e extra-insular será desenvolvido em parceria com os sítios hoteleiros. O acesso a um serviço de electricidade de qualidade necessitará de investimentos específicos com a implementação de sistemas híbridos descentralizados em cada ilha. Estes sistemas poderão combinar instalações individuais privadas e públicas (grupos electrógenos) e sistemas solares, eólicos ou térmicos com base na energia de biomassa. Poderão também ser lucrativos para apoiar o desenvolvimento das infra-estruturas de telecomunica-

ções. O acesso aos serviços de saúde serão igualmente reforçados. Serão implementadas plataformas médicas de qualidade, a permitir assumir os cuidados de emergência. Um centro de formação profissional no ramo do turismo a ser aí criado permitirá proporcionar mão-de-obra qualificada aos hotéis, restaurantes e outros serviços turísticos a serem instalados nas Ilhas Bijagós. Est centro possibilitará igualmente a inserção profissional das populações locais no sector. Ademais, Bolama, antiga capital da Guiné Portuguesa e candidato à inscrição no Património da Humanidade da UNESCO, será objecto duma redinamização económica (turismo, pesca artesanal, caju) e duma verdadeira renovação urbana, arquitetural e cultural.

Programa 28: Esquema director de gestão urbana.

Estes esquemas directores determinarão as orientações estratégicas para as cidades de Bissau, Cacheu, Bolama, Bafatá e Buba (prioritárias nesta primeira fase) e determinarão, no longo prazo, o destino geral dos solos. Permitirão também coordenar os programas locais de urbanização com a política nacional de gestão do território. Estes esquemas directores incluirão especialmente disposições para a implementação de infraestruturas da habitação, circulação urbana, conectividade digital e transporte; iniciativas que promovem a educação, formação, turismo, implantação do sector terciário e actividades comerciais urbanas; espaços dedicados aos serviços administrativos e aos eventos urganos, bem como parques industriais nos pólos económicos.

Programa 29: Habitação e construção.

O Estado guineense incentivará fortemente o desenvolvimento, por parte do sector privado, de programas de habitação para atender às necessidades das diferentes categorias da população. Neste âmbito, serão propostas soluções de financiamento no longo prazo para a habitação social, a fim de facilitar o acesso à habitação dalgumas camadas da população com rendimento médio ou baixo. Para além disto, um programa de obras públicas com uso intenso da mão-de-obra (HIMO)/AGETIP permitirá acelerar a renovação urbana e criar empego para os jovens. O conjunto destas iniciativas deverá incentivar a implementação dum sector habitacional e

construção dinâmica, capaz de acompanhar a reconstrução do país e proporcionar emprego e rendimento.

V REFORÇAR O CAPITAL HUMANO E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DE CADA CIDADÃO

A Visão 2025 não terá valor real se não transformar o quotidiano dos cidadãos guineenses. Como? Este capítulo mostra isso por meio das políticas sociais que serão implementadas em matéria de educação, saúde, emprego, juventude, desportos, cultura e protecção social.

a. Construir um sistema educacional de qualidade orientado para o emprego

No último decénio progressos importantes foram freados por debilidade das capacidades institucionais, financeiras e humanas.

A debilidade da capacidades institucionais, financeiras e humanas representa um freio importante à melhoria do sistema educacional da Guiné-Bissau. De 2000 a 2010 houve progresso importante em matéria de educação, especialmente uma forte progressão do pessoal em todos os níveis do ensino (pré-escolar, primário, secundário e superior). A taxa de alfabetização dos jovens (5 a 24 anos de idade) passou de 59% em 2000 para 71% em 2010. A taxa líquida de matrículas passou, no grupo indicado, de 51% a 74% com um coeficiente de desempenho do ciclo primário que dobrou no mesmo período, de 29% para 67%, a indicar os esforços do Governo e dos seus parceiros. No entanto, os desempenhos globais apresentam ainda margens importantes de progresso, por um lado, graças ao acesso universal ao ensino primário e, por outro, devido à formação da mão-de-obra pronta para o emprego. A educação nacional sofre igualmente dum défice de visão estratégica no longo prazo,

bem como dum sistema de gestão, de controlo e de obtenção de estatísticas da educação. O sector beneficia somente de financiamentos e investimentos precários. A percentagem de 14% para a educação no orçamento Estado é insuficiente e inferior ao limiar de 20% requerido para alcançar o ensino primário universal. Em termos de despesas correntes, a educação representa apenas 11% dos gastos (em comparação com 85% destinados ao pagamento de salários).

Para além disto, o Estado encontra muitas dificuldades no pagamento de salários dos funcionários em geral e dos professores em particular, e com frequência solicita a ajuda de parceiros para cumprir as suas obrigações. Assim a educação nacional sofre a falta de financiamento crítico e depende consideravelmente das parcerias técnicas e financeiras para o investimento, despesas pedagógicas e despesas administrativas das estruturas de formação. A baixa proporção de professores qualificados no sistema educacional (somente 39% de professores qualificados nas escolas primárias) e o número elevado de estudantes por professor (1 professor para 52 alunos) são os obstáculos a uma educação de qualidade. A rede escolar cobre de forma insuficiente o território com infra-estruturas antigas e desprovidas de equipamentos, mobília e manuais escolares, especialmente nas zonas rurais. O resultado é uma capacidade limitada para receber alunos, ao passo que aumentam as necessidades com o crescimento demográfico. A análise do sistema educcacional, feita no âmbito do documento sobre estratégia de redução da pobreza, demonstrou a insuficiência do sistema caracterizadas pelas elevadas taxas de repetição e deserção. Para além disto, as taxas de deserção permanecem elevadas, especialmente entre as raparigas. As taxas de conclusão do ciclo primário é de 75% para os rapazes e somente de 59% para as raparigas.

A falta de infra-estruturas de formação profissional e técnica; a falta de participação do sector privado no ensino superior e na formação profissional; a inadequação da formação universitária com as necessidades do mercado de emprego e da economia; e o défice de recursos humanos qualificados representam problemas de acesso ao ensino superior, de qualidade da educação, de qualidade da mão-se-obra e de capacidade de gestão, especialmente no sector privado.

Proporcionar formação de qualidade a todos a fim de assegurar um desenvolvimento humano e social inclusivo.

Para assegurar um desenvolvimento económico e social inclusivo será necessário proporcionar uma formação geral ou profissional de qualidade à juventude e à população activa. A implementação de dois (2) programas de grande envergadura permitirá alcançar os seguintes objectivos: i. Reforma e fortalecimento institucional da educação e do emprego; e ii. implementação do esquema director.

Programa 30a: Reformas e fortalecimento institucional

Para fazer a reforma do sector da educação, as Autoridades deverão dotar-se duma capacidade de acompanhamento e controlo. A implementação dum sistema de informação permitirá aos órgãos da Educação Nacional e aos utilizadores fazerem um acompanhamento contínuo e assim comunicar os diversos indicadores de sucesso em tempo real para criar um banco de estatísticas da educação e proporcionar melhor visibilidade às instâncias de controlo do sector. Facilitará assim uma comunicação eficaz entre as instâncias de controlo e de implementação, a permitir às Autoridades agir com conhecimento de causa e transmitir rapidamente as diretivas apropriadas a um nível do projecto.

As Autoridades guineenses determinaram os objectivos de conseguir uma educação universal, melhorar a taxa de retenção no ensino primário e alfabetizar de forma permanente os alunos. Quanto aos aspectos da qualidade, será necessário revisar e melhorar os currículos de formação em todos os níveis e colocar à disposição dos alunos manuais escolares e materiais didáticos. Serão implementados programas de incentivo, tais como cantinas escolares ou as redes sociais especializadas na escolaridade das crianças. Certos obstáculos, tais como ausência de estruturas administrativas para a obtenção de documentos de estado civil ou conservação insuficiente de raparigas no sistema educacional serão objecto de políticas específicas de acompanhamento. A melhoria do acesso a uma educação secundária de qualidade e a um número maior beneficiará a promoção das carreiras científicas, o acesso facilitado aos manuais escolares – espe-

cialmente para estudantes desfavorecidos – e a introdução de novas tecnologias da informação e comunicação nos métodos de ensino.

A melhoria do acesso ao ensino superior de qualidade é essencial para atender às necessidades dos quadros nacionais, bem como à necessidade de promoção da investigação científica. Isto precisa da definição duma política de ensino superior e da investigação científica, melhoria e modernização dos recursos pedagógicos, formação contínua dos estudantes, adopção de padrões internacionais em matéria de ensino universitário e diversificação da oferta da formação. É igualmente fundamental assegurar uma melhor adequação entre a oferta de formação e as necessidades do mercado de trabalho.

A implementação de carreiras de formação profissional e técnica é necessária para acompanhar o desenvolvimento dos motores do crescimento da Guiné-Bissau até 2025. A implementação do Plano Estratégico terá como resultado a criação de mais de 200.000 empregos na agricultura e na agro-indústria (castanha-de-caju, arroz, peca, turismo e minas). Novos pólos económicos surgirão progressivamente no território e necessitarão da disponibilidade local de mão-de-obra qualificada. Para assegurar a inserção dos jovens no mercado de trabalho, uma orientação prioritária do Governo será, portanto, desenvolver a formação profissional em estreita colaboração com o sector privado.

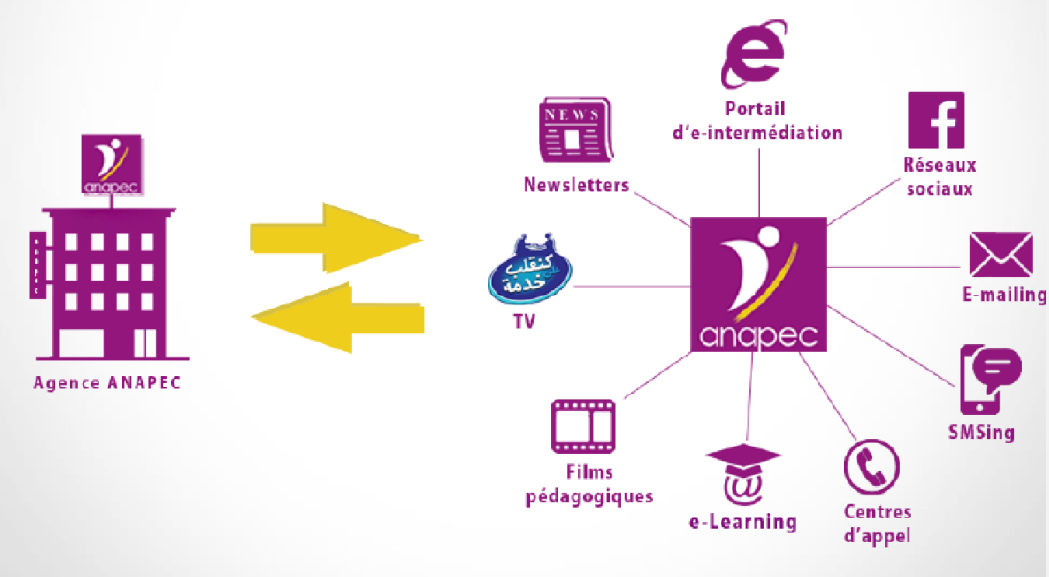
A melhoria da qualidade da educação primária, secundária e técnica, superior e da formação profissional depende do fortalecimento da formação dos alunos. Esta acção permitirá especialmente um alinhamento dos programas educacionais com as orientações estratégicas constantes do esquema director da educação. Dependerá da formalização do curso de docente e do fortalecimento da formação contínua dos estudantes e professores em actividade.

O emprego representa uma questão central do desenvolvimento humano e um critério importante do êxito do Plano Guiné-Bissau 2025 com mais de 200.000 empregos até 2025. Para além disto, o Plano Educação terá como objectivo orientar melhor o sistema educacional guineense para estas futuras necessidades do mercado de trabalho. No entanto, o encontro harmonioso da oferta e da procura de emprego supõe a presença dum Escritório Nacional de Emprego eficaz como órgão de intermediação encarregado de

facilitar a inserção dos que procuram emprego no circuito económico. Nesta perspectiva este Escritório é encarregado de fazer a prospecção junto às empresas, de recolher os oferecimentos de emprego e de assegurar o relacionamento com os que procuram emprego. Aconselha as empresas na definição das suas necessidades em concorrência e contribui para a implementação de programas de adaptação profissional e de formação-inserção em ligação com os estabelecimentos de formação. Assegura também o acolhimento, a informação e a orientação dos que procuram emprego.

O Escritório Nacional de Emprego representa uma alavanca crítica na luta por um emprego. Para cumprir com êxito a sua missão, o Escritório Nacional de Emprego deve dispor duma rede de contactos diversificados e de sistemas modernos de gestão. Este Escritório elaborará um mapa dos que procuram emprego, possibilitado por um recenseamento nacional que utiliza tecnologias móveis. Esta identificação permitir-lhe-á criar um banco de dados repleto de candidatos ao emprego com informação sobre o perfil típico de cada um deles. Este banco permitirá optimizar a localização e número das suas estruturas de acolhimento no território. Portanto, para além do seu sítio na Internet, o Escritório poderá desenvolver uma estratégia multicanal para apoiar o máximo de candidatos a emprego e prestar-lhes serviços personalizados com um quadro de pessoal reduzido, cada candidato a emprego ou empregador a utilizar o canal que lhe convier melhor.

Figura 10 : Arquitetura multicanal: caso do órgão nacional de promoção do emprego e competências (ANAPEC) em Marrocos.



Fonte: Análises do Grupo de Desempenho

Para além disto, o Escritório Nacional deve dispor de assessores competentes. O Escritório deve desempenhar um papel de assessor e acompanhar os candidatos a emprego. Neste sentido, deverá dispor duma equipa competente e em dia com questões de emprego e empregabilidade, capazes de ouvir e acompanhar os candidatos na sua inserção. Poderá elaborar os programas específicos para o fortalecimento das capacidades dos candidatos a emprego, mas também para estar em dia com as necessidades dos empregadores. Poderá igualmente desenvolver, em parceria com os empregadores, programas de pré-recrutamento com o objectivo de formar um certo número de jovens em preparação para o lançamento duma actividade nova e ao término da formação manter somente os melhores candidatos. Este tipo de programa poderá ser financiado parcialmente pela criação dum fundo especial e completado com o financiamento da estrutura privada adjudicatária. O bom resultado desta missão supõe igualmente uma relação de confiança com as empresas mediante a organização, em colaboração

com elas, de campanhas de comunicação para se tornar conhecido, mas sobretudo para garantir dispor do pessoal competente e qualificado para atender às suas necessidades. Neste sentido, o Escritório deverá dispor dum banco de dados de currículos dos quais poderá lançar mão no caso de pedido duma empresa. O Escritório poderá também acompanhar os candidatos a emprego no campo do empresariado mediante a implementação de programas específicos de acompanhamento de aprendizes e empresários na concepção do seu projecto e na formação em técnicas de administração e gestão de negócios. Prevê-se, portanto, para o desenvolver o emprego e a inserção de jovens, a criação na Guiné-Bissau dum Escritório Nacional de Emprego equipado e eficaz.

Um projecto inicial permitirá realizar o estudo de viabilidade e definir a estratégia e as necessidades exactas do Escritório Nacional de Emprego da Guiné-Bissau. Trata-se, a seguir, de implementar a estrutura, no intuito de respeitar rigorosamente as exigências em matéria de governança, das competências e prestação de contas, a fim de permitir ao Escritório ter um impacto real no emprego e na inserção de jovens guineenses no mercado de trabalho.

Programa 30b: Implementação do esquema director Educação

Para um acesso generalizado à educação, em acompanhamento das necessidades identificadas no esquema director, as infra-estruturas e as capacidades de acolhimento serão reforçadas em todos os níveis. A melhoria do acesso a uma educação secundária de qualidade e num maior número dependerá da extensão das capacidades de acolhimento, em particular do Programa Cooperação Japonesa (JICA) e da construção de 500 salas de aula. Na parte superior, as infra-estruturas serão reforçadas pela construção e equipamento das universidades e em primeiro lugar a Universidade Amilcar Cabral. Para além disto, novos centros de formação de profissionais serão construídos nos diferentes sectores em conformidade com o esquema director e em coordenação com o sector privado.

b. Melhorar a saúde

Um sistema sanitário precário e atrasado.

O sistema sanitário guineense continua precário e atrasado com relação aos países de nível semelhante de desenvolvimento. Em 2014, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o país regista indicadores de saúde entre os mais deteriorados da África Subsariana: a expectativa de vida é de 54 anos em oposição a 58 no nível da África Subsariana; a mortalidade de crianças menores de 5 anos é de 129/1000 versus uma média de 95/1000; a mortalidade materna situa-se em 560/100 000 versus 500/100 000 para a região; e a predominância do paludismo é de 28 000/100 000 em oposição a uma taxa regional de 19 000/100 000. A subnutrição crónica atinge 26% das crianças com menos de 5 anos de idade. O VIH/SIDA continua a ser um desafio de grandes proporções para o país que em 2012 tinha uma taxa de predominância estimada em 2% para o VIH2 e 4% para o VIH1. A tuberculose é a doença mais letal entre jovens e adultos. As mutilações genitais femininas são ainda extensamente praticadas e afectam consideravelmente o bem-estar da mulheres e a saúde reprodutiva (em 2010 45% das de 14 a 49 anos de idade eram mutiladas).

O país sofre de condições sanitárias precárias. De facto, o seu meio ambiente natural é propício à transmissão de doenças infecciosas e parasitárias; para além disto, o acesso à água potável e ao esgoto é reduzido para a maior parte da população; enfim, o analfabetismo propicia as atitudes e as práticas nocivas à saúde.

Contudo, certos campos, como a saúde materno-infantil, registam progressos. Os esforços do Governo e dos parceiros têm permitido melhorar o acesso aos cuidados da saúde por parte das gestantes e reduzir a mortalidade infantil. Assim em 2010 a cobertura de vacinas contra tétano, difteria e coqueluche (DTCP3) era de 63% e a percentagem de consulta pré-natais elevava-se a 70%. A taxa de predominância de anticoncepcionais passou de 10% em 2010 para 14% em 2013 (UNICEF). No entanto, os resultados são insuficientes.

O país permanece distante das normas preconizadas pela OMS

em termos de infra-estruturas sanitárias e de pessoal médico. A situação é ainda mais precária na zona rural. O problema de disponibilidade de pessoal médico qualificado é particularmente agudo: o país conta apenas com sete médicos por cada 10.000 habitantes com fortes disparidades territoriais e muito longe das normas de 23 médicos recomendadas pela OMS. Para além disto, a população carece de meios financeiros para ter acesso aos cuidados da saúde, especialmente nas áreas rurais mais pobres que não dispõem muitas vezes de centro de saúde no seu local.

O sistema de saúde e o controlo do mesmo permanecem frágeis. O sistema tem dificuldades em enfrentar os múltiplos desafios com uma parcela diminuta do orçamento nacional alocada à saúde e com a ausência dum sistema de gestão e de controlo eficaz (sistema centralizado de recolha de dados). A utilização óptima de recursos; o oferecimento de serviços médicos diversificados e de qualidade em todo o território; a coordenação entre os diferentes parceiros; e o acompanhamento-avaliação dos programas continuam a ser verdadeiros desafios para o sistema de saúde guineense.

Melhorar a situação da saúde da população mediante o fortalecimento do Sistema Nacional de Saúde.

O Plano de Desenvolvimento da Saúde deverá permanecer centralizado no fortalecimento do sistema de saúde, no seu controlo e nos seus meios materiais e humanos. A Guiné-Bissau está no seu segundo plano de desenvolvimento da saúde, o PNDS II (2013-2017), cujo objectivo principal é melhorar a situação da população para o fortalecimento do sistema nacional de saúde (serviços de assistência, estruturas de gestão e as suas conexões funcionais). A estratégia 2015-2020 pretende ser uma continuação do plano em andamento e apoiar-se-á na implementação dum dispositivo de controlo eficaz do sistema sanitário por meio duma avaliação e dum plano de melhoria de resultados. Para além da governação do sistema de saúde, as acções de curto prazo visarão ao desenvolvimento de infra-estruturas sanitárias de qualidade, à colocação ao alcance das populações de medicamentos de qualidade e à realização de programas especiais de saúde. O objectivo no longo prazo é reforçar os meios, a organização

e o funcionamento do sistema nacional de saúde, especialmente o primeiro escalão da pirâmide sanitária; aumentar o número, as competências, a motivação e a fidelidade do pessoal da saúde; melhorar a governação em todos os níveis, graças à utilização judiciosa das TIC; implementar um sistema de assistência técnica e manutenção das infra-estruturas e equipamentos; e implementar uma política nacional de cobertura sanitária nacional.

Programa 31: 28. Reformas e fortalecimento institucional

A governação do sector da saúde será reforçada. Uma política eficaz de saúde baseia-se principalmente num controlo adequado. Portanto, um sistema de informação nacional da saúde será implementado a aproveitar as oportunidades oferecidas pelas TICs. O equipamento dos centros de saúde em ferramentas digitais permitirá reforçar de maneira significativa a eficácia das políticas sanitárias. Este sistema possibilitará, por meio da monitorização em tempo real, facilitar a formulação geral e a avaliação de políticas e programas da saúde. Obterá informações vinculadas a investimentos, intervenções efectuadas, resultados alcançados e impacto destes programas sobre o estado da saúde da população. **Permitirá dispor de informações completas e precisas sobre os recursos disponíveis** no país e na sua divisão geográfica (taxas de frequência aos centros de saúde, disponibilidade de recursos humanos, disponibilidade e medicamentos…) de modo a assegurar uma alocação óptima dos recursos. Para além disto, o quadro normativo do sector da saúde será actualizado para integrar as evoluções recentes e enfrentar os novos riscos sanitários (p.ex. Ebola). Para além disto, as normas e procedimentos sanitários serão claramente definidos para garantir a qualidade dos cuidados.

Programa 32a: Implementação do esquema director Saúde

A disponibilidade das infra-estruturas sanitáris bem equipadas e funcionais é indispensáel para o fortalecimento do sisema de saúde da Guiné-Bissau. O Programa Nacional de Desenvolvimento Sanitário (PNDS) já prevê diversos projectos de infra-estrutura nacional e regional, especificados na Caixa 02. Trata-se de determinar a situação de progresso das realizações previstas para este plano, a

fim de determinar os défices a preencher e as necessidades futuras a atender por meio duma análise em profundidade do nome, repartição, situação e nível dos equipamentos das infra-estruturas existentes. Após essa análise, realizada no âmbito do esquema director Saúde, será elaborado e implementado um plano orçamental de construção, equipamentos e reabilitação das infra-estruturas.

Caixa 2 : Principais projectos de infra-estruturas sanitárias na Guiné-Bissau

No quadro do esquema director serão realizados estudos para a construção de diferentes infra-estruturas sanitárias com base nas necessidades já identifiadas pelo PNDS II e nas perspectivas de desenvolvimento do sistema sanitário.

Projecto 1: Construir e reabilitar as infra-estruturas sanitárias nacionais

- Construir um hospital moderno em Bissau;
- Construir e equipar hospitais e centros especializados, entre os quais figuram um hospital de medicina interna com uma unidade de hemodiálise, um centro de diálise, um laboratório moderno e um centro

Principais projectos de infra-estruturas sanitárias na Guiné-Bissau (cont.)

Projecto 2: Construir e reabilitar as infra-estruturas sanitárias regionais

- Reabilitar e equipar os estabelecimentos de saúde (centros de saúde, hospitais do sector e hospitais regionais), segundo um programa a ser adaptado anualmente;
- Construir e equipar um hospital regional em Buba;
- Construir e equipar um centro de saúde de classe "A" em Bolama;
- Construir habitações para o pessoal de saúde nas regiões;
- Reabilitar e equipar centros de saúde "A" em Bubaque e Farim;
- Desenvolver e equipar o Hospital Regional de Mansoa;
- Adquirir equipamentos para o HNSM e para o Hospital Regional de Bafatá, de Canchungo, de Catió e de Gabu;
- Comprar mobília e equipamentos (automóveis e motocicletas) para as direcções regionais da saúde;
- Adquirir duas ambulâncias para as regiões sanitárias de Bijagós e Bolama;
- Electrificar as formações sanitárias por meio da energia solar; e
- Definir um modelo arquitectural e de equipamento por tipo de formação sanitária (hospital, centro de saúde, Unidade de Saúde Comunitária de Base).

cional em matéria de medicamentos e examinar o sistema de aquisições, armazenagem, distribuição e acompanhamento do consumo para conseguir uma estimativa melhor e uma qualificação mais exacta das necessidades de medicamentos, material médico, vacinas e produtos anticoncepcionais do país. Esta estimativa será acompanhada pelo orçamento correcto que fará parte integrante do orçamento global do plano que será discutido com os parceiros técnicos e financeiros do país.

Programa 33: Programas especiais da saúde

É necessário proceder à avaliação do desempenho dos vários programas especiais e prioritários em andamento. O exercício visa a identificar as dificuldades e lacunas possíveis que estes programas encontram para propor medidas de melhoria e/ou aceleração da sua implementação. Os principais programas identificados são: i. Programa Ampliado de Vacinação para o qual se trata de continuar e reforçar a implementação do Plano Plurianual 2013–2017 para a Guiné-Bissau; ii. Programa Nacional de Combate ao VIH/SIDA mediante o fortalecimento das intervenções previstas no âmbito do Programa de Apoio Conjunto da ONU para a resposta ao VIH en Guiné-Bissau; iii. Programa de Combate ao Paludismo (apoiado pelo Fundo Mundial); iv. Programa de Combate à Tuberculose; e v. Programa de Planeamento Familai integrado às intervenções de saúde da reprodução.

c. Reforçar a proteção social e reduzir consideravelmente a pobreza

Uma população guineense vulnerável e entre as mias pobres do mundo.

Os indicadores de pobreza monetária e não-monetária, de saúde e educação da Guiné-Bissau estão entre os mais baixos da África Subsariana. A situação da maioria da população guineense é muito frágil. Os indicadores de pobreza monetária e não-monetária, de saúde e educação da Guiné-Bissau estão entre os mais baixos

da África Subsariana como reflecte o Índice de Desenvolvimento HUmano (IDH) de 0,396 (177º/187) em 2013. Esta situação frágil dos domicílios guineenses foi agravada pela instabilidade política, social e económica que o país conheceu nos últimos anos. O nível de pobreza parece ter aumentado na década de 2000 a passar de 15% em 2002 para 33% em 2010. A expectativa de vida é de 54 anos e a taxa de mortalidade infantil continua alta (78 % em 2012). Assim, independentemente do empenho para elevar o nível global de vida das populações, parece urgente implementar redes de segurança social para as populações mais vulneráveis. Para uma população afectada por anos de instabilidade, a protecção social aparece como um meio de promover a paz e reconstituir o capital social. Por esta razão as novas Autoridades desejam implementar nos próximos cinco ano um sistema de segurança social centrado na prioridade dos grupos mais vulneráveis, particularmente as mulheres, as crianças e os refugiados.

Programa 34a : Promoção da estratégia nacional de desenvolvimento social

Será promovida em grande escala uma estratégia nacional de desenvolvimento social, estruturada no Plano Nacional de Protecção Social e na Estratégia Nacional de Empoderamento das Populações mais Desfavorecidas. A combinação dos dois enfoques – protecção social e empoderamento – permitirá mobilizar com base num projecto de redução da pobreza a mesclar socorro de urgência e soluções sustentáveis para as populações desfavorecidas. A meta do Governo guineense é colocar a batalha social e o combate à pobreza no centro da agenda da reviravolta estratégica. Esta batalha social deverá ser uma prioridade partilhada com o sector privado, especialmente no âmbito dos seus Programas de Responsabilidade Social da Empresa (RSE). Deverá igualmente conscientizar as organizações não-governamentais, as parcerias no desenvolvimento e todos os actores envolvidos a respeito da implementação. Esta mobilização em grande escala permitirá construir sinergias sólidas com base na participação cidadã e nas iniciativas dum multidão de actores. Esta promoção ampla permitirá travar a batalha contra a pobreza ns questão nacional no período 2015-2020.

Programa 34b : Melhoria e extensão da protecção social

A Guiné-Bissau planeia implementar um sistema te protecção social (redes sociais previsíveis) eficazes que reduza drasticamente a pobreza. A Guiné-Bissau deseja inspirar as melhores práticas para criar uma estratégia nacional de protecção social e de empoderamento. Neste sentido, serão implementados programas condicionais de ajuda do tipo Bolsa Família do Brasil e Visão 2020 Umurenge do Ruanda, os quais têm permitido aos respectivos governos reduzir consideravelmente a pobreza. Estes programas expandem-se cada vez mais e demonstram a sua eficácia (redução da pobreza da ordem de 12% no Ruanda). As transferências directas de dinheiro para os mais pobres são organizadas e condicionadas a certas obrigações em matéria de escolarização ou de acompanhamento sanitário. A sua implementação apoia-se no uso de novas tecnologias que permitem, ao reduzirem as tarefas de administração e ao responsabilizarem os beneficiários, oferecer um apoio específico, rápido e eficaz contra a pobreza. No intuito de implementar um sistema de protecção social mais bem adaptada ao seu contexto, a Guiné-Bissau realizará um estudo com os seus parceiros ao levar em conta as boas práticas internacionais e as suas problemáticas de vulnerabilidade. Este novo sistema também terá como objectivo o empoderamento progressivo das populações mais vulneráveis por meio do desenvolvimento de actividades geradoras de renda e da protecção do seu capital social. Paralelamente o Governo orientará os projectos de assistência social em andamento para os grupos vulneráveis e fortalecimento da resiliência das comunidades, especialmente as mulheres, crianças e refugiados, bem como no campo hospitalar. A elaboração da estratégia nacional de protecção social permitirá levar cada vez mais coerência e eficiência ao conjunto destes projectos e propor uma fórmula adequada para a implementação duma cobertura contra doenças para a população.

Uma cobertura objectiva das necessidades específicas das populações na base da pirâmide económica BoP)* estará no âmago da Estratégia Guiné-Bisssau 2025.

*BoP significa "Base da Pirâmide", termo popularizado por C.K. Prahalad na sua obra *The Fortune at the Base of the Pyramid* (A fortuna na base da pirâmide).

Alcançar a prosperidade compartilhada passará não somente pelo desenvolvimento estruturador dos sectores motores do crescimento, mas também por uma atendimento específico das necessidades das populações na base da pirâmide económica. A Guiné-Bissau é um dos países mais pobres do mundo. Trinta e três por centro da sua população é extremamente pobre, a viver com menos de USD 1 por dia e 70% da população vive abaixo do limiar da pobreza com menos de USD 2 por dia. Estas estatísticas parecem ter-se deteriorado nos últimos 10 anos (em 2002 a taxa de pobreza foi estimada em 65%). O Plano Guiné-Bissau 2025 prevê colocar o país de forma sustentável no caminho da prosperidade partilhada até 2025. Esta passará não somente pelo desenvolvimento estruturador dos sectores motores do crescimento, mas também por uma atendimento específico das necessidades das populações na base da pirâmide económica. De facto, o modo de funcionamento das populações pobres e dos mercados que as atendem é com frequência distinto daquele accionado pela estratégicas clássicas de desenvolvimento dos sectores de crescimento. Nos dois últimos decénios presenciou-se o surgimento duma tendência mundial que consiste em abordar as problemáticas da pobreza não apenas por meio da filantropia, das doações ou da assistÊncia, mas promover o desenvolvimento de modelos empresariais economicamente viáveis e que visem à solução de problemas específicos em campos como educação, acesso a esgoto, água, energia, habitação, etc. Por exemplo, no Quénia 150.000 alunsos beneficiam a formação de excelência nas escolas privadas do tipo "Bridge Academies" (Academias Ponte) por meio de taxas escolares de USD 5 por aluno e por mês. Codensa, a empresa de electricidade da cidade de Bogotá, Colômbia, desenvolveu lucrativamente uma divisão encarregada de vender serviços e bens aos beneficiários na Base da Pirâmide. Na zona rural da Índia a empresa Drishtee vende lucrativamente os serviços Web e distribui os bnes de consumo. Nas Filipinas a Gawad Kalinga construiu um milhão de habitações sociais com base num modelo de negócio social. No México a CEMEX desenvolveu uma iniciativa de grande porte de construção de habitações nas favelas. No Brasil a iniciativa Bolsa Família contribuiu para tirar 50 milhões de pessoas da pobreza em cinco anos por meio de transferências monetárias condicionadas.

Programa 34c : Monitorização e Género (Plano Nacional Director de Apoio às Populações Necessitadas/BOP)

A implementação do esquema director de empoderamento do BoP estará associada aos projectos que visam liberar o potencial económico das populações vulneráveis, especilamente das mulheres. O plano de empoderamento começará com a implementação de projectos de fortalecimento do ambiente económico no qual trabalham as mulheres, principalmente na zona rural. Os instrumentos essenciais e inovadores, tais como o material da pequena irrigação ou a produção de energia renovável, serão postos à disposição das agricultoras. Os projectos em andamento, se bem-sucedidos, continuarão a atender às necessidades mais prementes das populações rurais. Ao assegurar o fortalecimento das capacidades para o desenvolvimento local e ao criar um fundo de investimento dedicado, o projecto RDCC permitiu o atendimento de urgências sociais por meio de microprojectos dirigidos pelos habitantes das regiões de Biombo e Cacheu. Apoiada no êxito regional obtido, a Guiné-Bissau pode planear a realização dum projecto de envergadura nacional de empoderamento das populações na base da pirâmide que permitam solucionar os problemas socioeconómicos mais imediatos que impedem o bem-estar e a criação de valor generalizado.

O objectivo do plano director na base da pirâmide é reforçar as sinergias e o impacto dos projectos que visem a levar às populações na base a pirâmide soluções económicas e sociais específicas, economicamente viáveis, de impacto positivo rápido e realizáveis em larga escala. Trata-se de reforçar a resposta às problemáticas das populações na base da pirâmide por meio de modelos que lhes possam criar oportunidades económicas e assegurar-lhes um bem-estar humano básico. O enfoque recairá sobre três desafios principais a serem superados: i. identificar as alavancas de forte impacto para tirar o máximo de pessoas da pobreza em coerência com a estratégia nacional; ii. identificar os sectores para os quais as soluções na base da pirâmide se adaptarão da melhor forma à Guiné-Bissau; e, por fim, iii. promover, adaptar e acompanhar a implementação.

Um enfoque específico será sistematicamente integrado em cada um dos pilares e fundamentos. No caso dos sectores motores do

crescimento será reforçada a inclusão das populações na base a pirâmide. Por exemplo, pergunta-se como maximizar o papel económico das populações na base da pirâmide na prstação de bens e serviços ao sector hoteleiro nas Ilhas Bijagós (pesca, agricultura, transporte, hotelaria, artesanato, energia); como maximizar os rendimentos na base da pirâmide mediante a pesca artesanal, aquacultura ou minas: como acelerar a adopção, por parte dos pequenos agricultores, de boas práticas no cultivo do caju e o co-desenvolvimento da horticultura. Da mesma forma, no caso dos "fundamentos" que atendem às necessidades básicas do bem-estar procurar-se-á promover o acesso, por parte da populações, aos serviços de base (saúde, educação, serviços bancários, água e esgoto, serviços e utilidade pública e habitação) ou a adopção, por parte das mesmas, de práticas de desenvolvimento sustentável (educação e formação profissional). Quanto às problemáticas nacionais, tais como a paz civil, educação, emprego dos jovens, a iniciativa na base da pirâmide permitirá a coalizão de vários participantes actuais (público, ONG, sector privado, sociedade civil) em torno dum objectivo mobilizador. Trata-se de reconhecer que os actores participantes duma problemática cooperam com frequência de maneira ineficaz a despeito de meios financeiros investidos frequentemente significativos. A solução de problemáticas tão complexas não pode ser realmente eficaz a não ser por meio duma acção aoncertada e sinérgica (enfoque do Impacto Colectivo).

O plano na base da pirâmide ajudará transformar a Guiné-Bissau num pioneiro, um dos primeiros países a desenvolver uma estratégia nacional integrada de soluções dedicadas às populações pobres e às mulheres. Está em jogo algo importante: conseguir tirar a população guineense da pobreza no prazo mais curto possível e instalar de forma sustentável a classe média.

d. Promover o renascimento cultural, redinamizar o desporto e reiniciar uma política em prol da juventude

Promover o renascimento cultural.

A cultura constitui um alicerce importante na Visão Guiné-Bissau 2025. A resiliência do povo guineense permitiu-lhe enfrentar as múltiplas crises que abalaram a sua história. Será uma alavanca-chave no futuro. Para além disto, o turismo cultural é um componente fundamental da visão do turismo guineense de amanhã. A meta de vir a ser um grande país do ecoturismo supõe criar uma oferta cultura sólida, aa apoiar-se na riqueza e na diversidade das culturas da Guiné-Bissau, na riqueza potencial cultural da diáspora (artistas, homens de cultura e desportistas de destaque) e num património cultural restaurado e renovado. Portanto, neste quadro prevê-se um programa de grande envergadura: promover o renascimento cultural.

Programa 35a : Cultura.

Este programa visa a tornar a cultura uma alavanca-chave de reconstrução e transformação Guiné-Bissau. Neste quadro a cultura do país, com toda a sua diversidade, será destacada e promovida. Neste sentido, será organizada anualmente uma semana da cultura, reunindo o conjunto de povos e grupos culturais da Guiné-Bisssau para promover as culturas locis e apoiar melhor a criação cultural. Para além disto, será lançado um vasto programa de renovaçaõ do património cultural com o objectivo de restaurar a preciosidade histórica e arquitectural da Guiné-Bissau (a exemplo de Bolama, antiga capital, que contribuirá com um forte componente cultural à oferta do turismo do Arquipélago Bolama-Bijagós). Neste sentido, o Estado guineense mobilizará o conjunto de talentos do país aí compreendidos vários artistas e homens de cultura da diáspora guineense. Para além disto, serão construídos dois novos locais de cultura: o Palácio da Cultura e a Biblioteca Nacional.

Redinamizar o desporto e a política em prol da juventude. O desporto é uma alavanca do desenvolvimento: é necessário ao bem-estar individual (lazer, saúde); contribui para a visibilidade internacional e para a diplomacia das nações; e destaca-se como um verdadeiro sector da economia. No âmbito deste novo projecto de desenvolvimento a Guiné-Bissau deseja utilizar plenamente este potencial, especialmente em apoio a uma política mais ambiciosa e mais dinâmica em prol da juventude do país. Neste sentido, prevê-se neste quadro uma ação de grande envergadura: redinamizar o desporto e a política em prol da juventude.

Programa 35b : Juventude e Desporto

Este programa visa primeiro a incentivar a prática desportiva e o esplendor do desporto guineense no nível internacional. Neste quadro as infra-estruturas desportivas (campos de jogos, estádios) serão fortemente reforçadas em todas as localidades. Para além disto, o apoio aos desportos principais será mais bem canalizado e reforçado.

Da mesma forma, a política em prol da juventude será redinamizada por meio da multiplicação de centros da juventude, organização anual duma semana nacional da juventude, desenvolvimento de projectos cidadãos para mobilizar os jovens (vinculados à preservação do meio ambiente e da biodiversidade) e apoio adicional às questões de saúde reprodutiva. Neste quadro serão dispensados à juventude feminina atenção e apoio especiais.

VI. CRIAR UM SECTOR PRIVADO SÓLIDO E UMA ECONOMIA DIVERSIFICADA

A economia guineense depende hoje em dia de algumas matérias-primas, especialmente o caju. Diversificar a economia com base nos motores do crescimento sustentáveis constitui um imperativo. Este capítulo identifica os motores do crescimento da economia guineense de amanhã e o quadro a ser implementado para promover a inclusão.

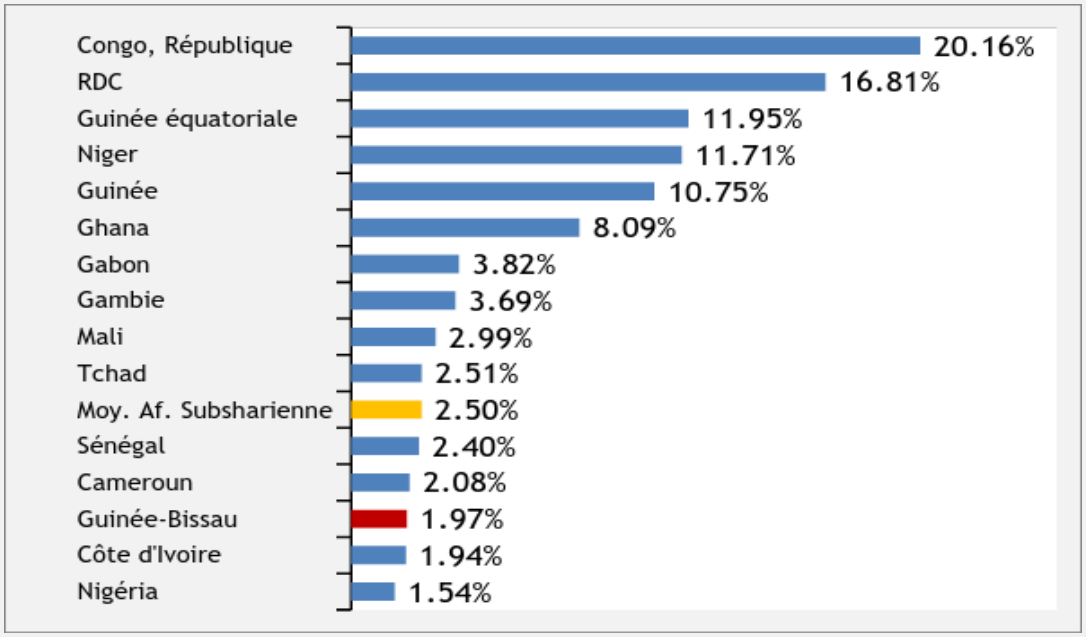
a. Criar um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento do sector privado.

O ambiente de negócios na Guiné-Bissau é percebido como um dos menos favoráveis do mundo.

Um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento do sector privado é essencial para a criação de riquezas e emprego. Os países que oferecem os melhores climas de negócios alcançam os melhores níveis de produtividade, investimento, desenvolvimento do empresariado e das pequenas e médias empresas (PMEs) e, por conseguinte, mais emprego, mais riquezas e menos pobreza. Na Guiné-Bissau o longo período de instabilidade e a situação de fragilidade decorrentes não permitiram a criação dum ambiente de negócios atraente. Portanto, **a imagem da Guiné-Bissau nas classificaçõse internacionais é pouco favorável.** Figura no fim da lista do *Doing Business* 2015 (179º entwre 189 países). Até mesmo os serviços básicos como electricidade, água ou transporte são deficientes e caros. A Guiné-Bissau está atrasada na reestruturação das suas empresas públicas (telecomunicações, portos e electricidade). No final, a economia é dominada 70% pelo sector informal e somen-

te 166 empresas privadas constituem o repertório do país. A administração pública é o principal empregador do sector formal. Para além disto, a parte dos investimentos estrangeiros directors na economia é especialmente fraca (2%), bem abaixo da média dos países da África Subsariana.

Figura 11 : Parte dos investimentos estrangeiros directos na economia de vários países da África Subsariana (como percentagem do PÍB).



Fonte: Dados do Banco Mundial 2012.

Reformas arrojadas serão implementadas para atrair o investimento privado e dinamizar as fontes de crescimento da Guiné-Bissau.

As primeiras reformas foram feitas com o objectivo claro de diminuir o tempo de criação de empresas. Foi estabelecido um guiché único de formalidades das empresas, a permitir a criação duma empresa em 24 horas. Na perspectiva de desenvolver as parcerias público-privadas, foi também adoptada uma lei sobre as BOT. Outras reformas estão planeadas, a saber: adopção dum novo código de investimentos; actualização do código mobiliário e de propriedade pública; criação dum tribunal e dum centro de arbitragem comercial; e criação dum fundo de apoio à promoção das PMEs. Mas o Governo guineense deseja ir

muito mais longe e criar um ambiente de negócios realmente favorável ao sector privado, à altura das novas metas de desenvolvimento e da valorização dos recursos do país. A meta é doravante conseguir até 2020 uma classificação mínima entre os primeiros 50 lugares do *Doing Business*. Neste sentido, três programas de grande envergadura serão implementados: i. elaboração dum quadro normativo nacional propício e coerente; ii. implementação duma dinâmica arrojada e direccionada a reformas no âmbito do diálogo público-privado; iii. implementação de plataformas económicas integradas (zonas económicas especiais).

Programa 36 : Elaboração duma estrutura jurídica nacional propícia e coerente.

Será implementado um quadro normativo especialmente propício para atrair o investimento privado na Guiné-Bissau. Para valorizar as suas riquezas, a Guiné-Bissau deseja incentivar os investimentos privados, tanto nacionais como estrangeiros, e a primeira alavanca será a criação dum quadro jurídico favorável ao influexo de investimentos privados. Neste sentido, um quadro normativo alinhado aos novos planos sectoriais será elaborado na agricultura e na agro-indústria, na pesca, no turismo e nas minas. Será actualizado o conjunto de textos e códigos nos respectivos sectores. Como este empreendimento constitui uma premissa, será realizado no âmbito dum programa integrado, a fim de dispor duma metodologia comum e proorcioanr o máximo de sinergias no apoio aos ministérios encarregados de elaborar novos códigos sectoriais. Este procedimento permitirá também optimizar os custos do programa e aumentar a visibilidade da acçã governamental.

Programa 37: Reforma do âmbito de negócios.

A dinâmica de reformas será continuada no âmbito dum diálogo público-privado, a fim de abordar o conjunto dos principais obstáculos à instauração dum ambiente de negócios competitivo. As reformas abordarão em carácter prioritário as questões relativas ao seguinte: serviços de administração relacionados com as empresas; implementação de incentivos fiscais; redução de custos dos factores de produção (particularmente da electricidade); actualização do código de trabalho; promulgação da lsita das parcerias público-privadas (PPP); e implementação

dum dispositivo eficaz de apoio ao sector privado. Neste âmbito, o Governo criará um Agência de Promoção de Investimentos, a integrar o centro de facilitaçaõ das empresas existente. Esta Agência terá como missão promover a Guiné-Bissau como destino atraente de investimentos. O apoio às PMEs será igualmente reforçado com a implementação duma incubadora de PMEs; desenvolvimento de produtos e serviços financeiros inclusivos e inovadores; e melhoria da estruturação o sector Comércio. O diálogo abordará igualmente questões específicas dos sectores prioritários, como, por exemplo, para o sector do caju a definição de restrições e de sobretaxas da exportação da castanha-de-caju bruta ou o reinvestimento das receitas fiscais geradas com o apoio do sector industrial local.

Programa 38: Plataformas económicas integradas para adelerar o investimento privado.

A implementação de plataformas económicas integradas visa a colocar à disposição dos investidores um ambiente competitivo e espaços de acolhimento adaptados para o lançamento rápido das suas actividades. Neste âmbito prevê-se numa primeira etapa uma Zona Turística Especial (ZTE) nas Ilhas Bijagós e uma Zona Económica Especial (ZEE) mujltissectorial em Bissau. A ZTE das Bigajós permitirá criar condições para um desenvolvimento rápido mais enquadrado na oferta turística das Bigajós em sintonia com a meta de fazer dela até 2020 um destino de referência mundial para a pesca desportiva e o ecoturismo de primeira classe. A ZEE de Bissau permitirá contornar os inúmeros obstáculos actuais ao investimento industrial e oferecer num só lugar toda a infra-estrutura, os serviços, instalações e vantagens fiscais de que necessitam as indústrias para transformar localmente o caju e os produtos a pesca ou fabricar outros produto industrial. Uma oferta logística óptima será assegurada com uma conectividade aos grandes eixos de transporte do país. Os centros de formação profissional nas proximidades da ZEE permitirão actualizar as competências do pessoal das empresas (agentes de execução e técnicos). Um guiché único que reagrupe os serviços descentralizados da administração serã instalado na ZEE para facilitar os procedimentos dos investidores. Serviços gerais (telecomunicações, bancos, restauração, serviços de saúde) e serviços de apoio aos industriais (assistência técnica e manu-

tenção, bem como engenharia) serão também disponibilizados na zona. Será promovida uma parceria público-privada (PPP) para a construção e gestão da ZEE de Bissau.

b. Valorizar plenamente o potencial agrícola do país.

A agricultura, sector dominante da economia de potencial sub-explorado.

A Guiné-Bissau dispõe dum vasto potencial agro-pastoril. A agricultura domina a economia com 69% do PIB, mas 90% das receitas de exportação e 85% dos empregos directos e indirectos. Pode apoiar-se num vasto potencial natural. De facto, o país é dotado duma biodiversidade preservada, de terras férteis e bem regadas, bem como dum clima tropical propício a uma variedade importante de cultivos. Sem acção nacional concertada, a produção de caju aumentou 140.000 toneladas no período de 15 anos, a passar de 60.000 toneladas em 2000 para 200.000 toneladas em 2014 e a colocar a Guiné-Bissau no quarto lugar da produção mundial. O país detém um importante potencial de orizicultura e poderá contar com o desenvolvimento da horticultura, frutas florestais e criação de animais nos anos futuros.

A Guiné-Bissau valoriza somente uma pequena parte do seu potencial natural. Somente 50% das terras cultiváveis são exploradas e a produtividade das terras é fraca. O sector é prejudicado pela falta de acompanhamento técnico, financeiro e administrativo. Os agricultores têm pouco ou nenhum acesso aos meios de produção modernos capazes de optimizar a qualidade e a safra. A falta de acesso à informação sobre os mercados, à organização em cooperativas e aos conselhos técnicos impede as capacidades de previsão e de negociação, a obrigar a venda de colheitas a preços baixos em momentos inoportunos. Investimentos insuficientes nas infra-estruturas rurais; transporte; gestão do território e dos programas de acesso ao financiamento que limitam o desenvolvimento em grande escala das actividades agrícolas, em particular as actividades não pluviais. A dependência alimentar da Guiné-Bissau é aumentada pelo abandono do cultivo de arroz em favor do caju; pelo êxodo rural;

pela falta de mão-de-obra qualificada; e pela importação do arroz por atacadistas do caju por meio do sistema de troca caju-arroz. Assim, 40% do consumo de arroz são hoje importados. O sector agrícola tem pouca diversidade e depende fortemente da produção de caju que representa a metade das superfícies cultivadas. Para além disto, a baixa integração disponível às cadeias de valor reduz a criação da riqueza doméstica. Portanto, um productor de caju guineense capta apenas 11% do valor das amêndoas de caju vendidas nos mercados finais, a tornar a industrialização um dos maiores desafios do sector.

A meta da Guiné-Bissau é desenvolver a sua produção, aumentar as suas rendas agrícolas e garantir a sua auto-suficiência alimentar. Foram elaboradas estratégias sectoriais específicas ao caju, arroz, criação de animais e horticultura. Para as apoiar, três (3) programas transversais e complementares serão implementados, a saber: i. **reforma e fortalecimento institucional** do sector agrícola; ii. **gestão sustentável dos ecossistemas agro-pastoris;** e iii. **reforço do dispositivo de apoio ao sector agrícola.**

Programa 39 : Reformas e fortalecimento institucional do sector agrícola.

A meta da Guiné-Bissau no sector agrícola necessita duma governação sólida dotada dum quadro normativo adequado. O Plano Guiné-Bissau 2025 prevê a implementação dum quadro normativo reformado e adaptado que permita um desenvolvimento agrícola sólido. A actualização do dispositivo normativo permitirá reforçar a atracção do sector agrícola junto aos investidores privados tanto nacionais como internacionais e, portanto, o acesso ao financiamento de operadores locais. Textos alinhados à nova estratégia sectorial serão elaborados e publicados para facilitar o criação de parcerias público-privadas (PPP) do tipo ganha-ganha, mediante a aplicação das melhores práticas internacionais dos sectores portadores de crescimento. A actualização das normas internacionais do dispositivo sanitário e das estruturas do sector de criação permitirá uma maior valorização do sector ao reforçar a sua integridade e o seu potencial de exportação.

A meta de explorar de forma óptima e sustentável o potencial do sector agrícola necessita dum quadro institucional adaptado e coerente que facilite a coordena-

ção das funções e responsabilidades de cada uma das partes componentes do sector agrícola e agro-industrial. O programa de recolha de estatísticas agrícolas, apoiado pelas TICs, facilitará a elaboração e o acompanhamento de políticas agrícolas adaptadas às realidades do terreno. Cumpre ressaltar que o Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INEC) realizará investigações agrícolas para acompanhar a vulnerabilidade das actividades rurais e ajudar no planeamento meteorológico. A implementação de actividades tais como um serviço de estatísticas dedicado e eficaz permitirá dotar os departamentos sectoriais de gestão eficazes. Para garantir a segurança alimentar da Guiné-Bissau a coordenação da segurança alimentar e nutricional será reforçada no nível institucional. Será criado um laboratório de análise da qualidade dos produtos, solos e sementes para ajudar os produtores e os actores agro-industriais na certificação da qualidade.

Os resultados da investigação agrícola alimentarão o dispositivo de designação do território e enquadramento dos operadores. Com o tempo o Instituto de Instituto de Investigação e Desenvolvimento (R&D) agrícola será restaurado e reforçado para apoiar os produtores nas melhores escolhas de tecnologias agrícolas. A missão deste Instituto será explorar as estatísticas agrícolas recolhidas a fim de orientar os conselhos agrícolas e o componente agrícola da designação do território na determinação dos campos críticos da R&E, Os resultados destes esforços de investigação permitirão orientar os operadores para os melhores itinerários técnicos dos sectores existentes, a saber, para os novos sectores promissores.

Programa 40a : Gestão sustentável dos ecossistemas agro-pecuários.

A resiliência de longo prazo do sector agrícola depende da preservação de ecossistemas agro-pastoris, especialmente da água e dos solos. Uma estratégia judiciosa de gestão integrada de recursos hídricos permitirá o controlo da utilização dos recursos hídricos nas actividades agrícolas nos níveis. As políticas sectoriais preservarão os recursos aquáticos de poluentes tais como os produtos de extracção de mineração, os fertilizantes ou as cascas de castanha-de-caju. Para reduzir a degradação dos solos, as práticas agrícolas nocivas, tais como a monocultura ou a queima do terreno, serão desestimuladas. O mangue, ecossistema frágil e precioso, será valorizado na produção de arroz. O compo-

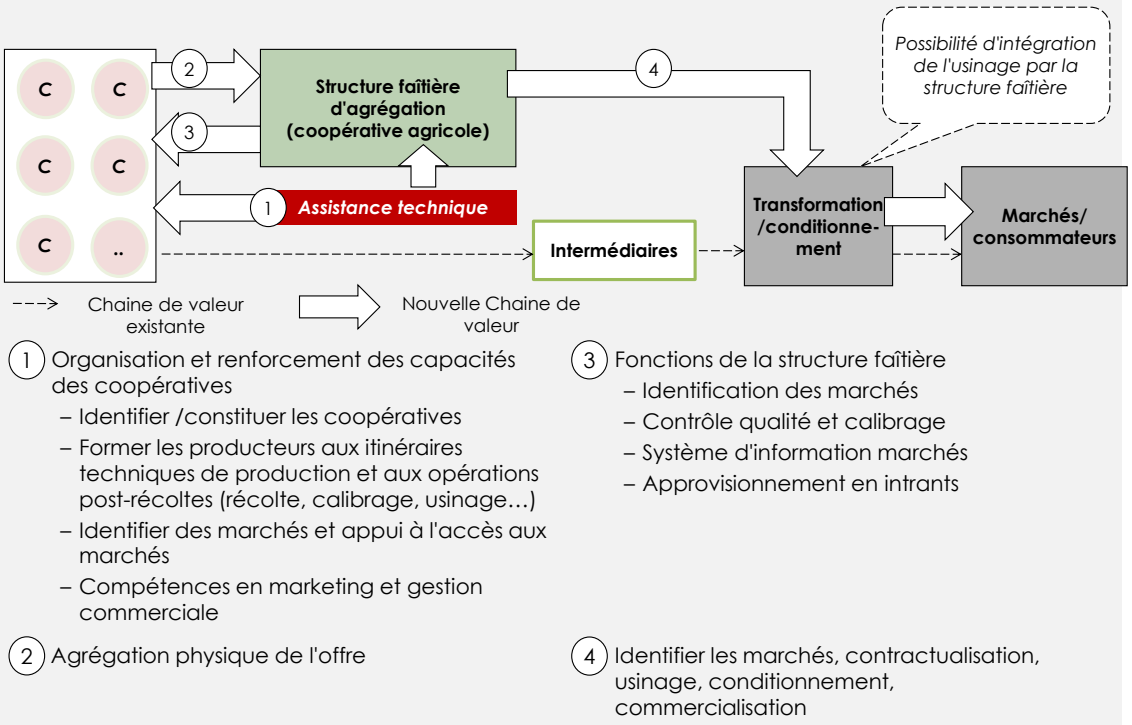
nente agrícola do Plano Nacional de Gestão Territorial será regularmente actualizado tendo em conta os níveis de preservação de ecossistemas agro-pastoris e de redes hidráulicas.

Programa 40b: Fortalecimento do dispositivo de apoio ao sector agrícola

O objectivo ambicioso de desenvolvimento da agricultura e da agro-indústria guineense requer apoio e enquadramento adaptado. A assistência aos produtores individuais, às cooperativas e às associações sectoriais constitui uma alavanca-chave de optimização da produtividade agrícola: os serviços de apoio permitem dar recomendações aos produtores sobre os melhores itinerários técnicos, substâncias e tecnologias. O bom resultado destas necessidades supõe a implementação dum dispositivo de investigação adequado de assessoria e de enquadramento ao longo das cadeias de valor. Mas a qualidade desta assistência é crítica e dependerá muito da competência dos agentes que assegurarão o seu desenvolvimento.

Para sectores agrícolas como o da castanha-de-caju e o do arroz, o Estado formalizará uma assistência técnica a fim de apoiar a estruturação de cadeias de valor. Esta assistência terá por objectivos organizar os produtores, desenvolver a transformação e criar vínculos contratuais entre os transformadores, produtores ou compradores nos mercados finais de consumo. A figura abaixo ilustra um modelo de assistência técnica para estruturar a cadeia de valor do arroz.

Figura 12 : Modelo de estruturação duma cadeia de valor do arroz com o apoio duma assistência técnica.



Fonte: Analyses Performances Group (Grupo de Análises de Desempenho)

A assistência técnica incluirá um componente de fortalecimento de capacidades de serviços de enquadramento do Ministério da Agricultura. Por esta razão, serão operadas transferências de competências que permitirão sustentar o apoio aos produtores e transformadores, assim que terminarem os períodos de assistência técnica. O sucesso destas instâncias de conselho, do apoio ao desenvolvimento agrícola e o enquadramento dependerá também da generalização das suas actividades na amostra de operadores nacionais. Campanhas de promoção com vistas ao incentivo da sua utilização serão realizadas pelas entidades públicas encarregadas do desenvolvimento agrícola e rural.

O governo realizará uma estratégia de financiamento para fornecer equipamentos modernos aos pequenos produtores e abastecer-lhes todos os anos com melhores sementes. Um sistema de informação de mercado viável será implementado para melhorar seu

conhecimento de mercado, especialmente os preços e facilitar o transporte da sua produção para os mercados com maior valor agregado O governo examinará com seus parceiros privados e públicos a implementação dum sistema de garantia indexada a permitir cobrir os riscos para os pequenos produtores em caso de clima desfavorável. Enfim, as infraestruturas básicas, tais como rodovias funcionais e entrepostos de armazenagem seguros e secos, serão construídas para o transporte, armazenagem e transformação da produção. O Estado facilitará a implementação de plataformas ao partilhar o suprimento de substâncias, de conselhos agrícolas, armazenagem de colheitas, de contacto com os serviços de apoio e de enquadramento da Administração.

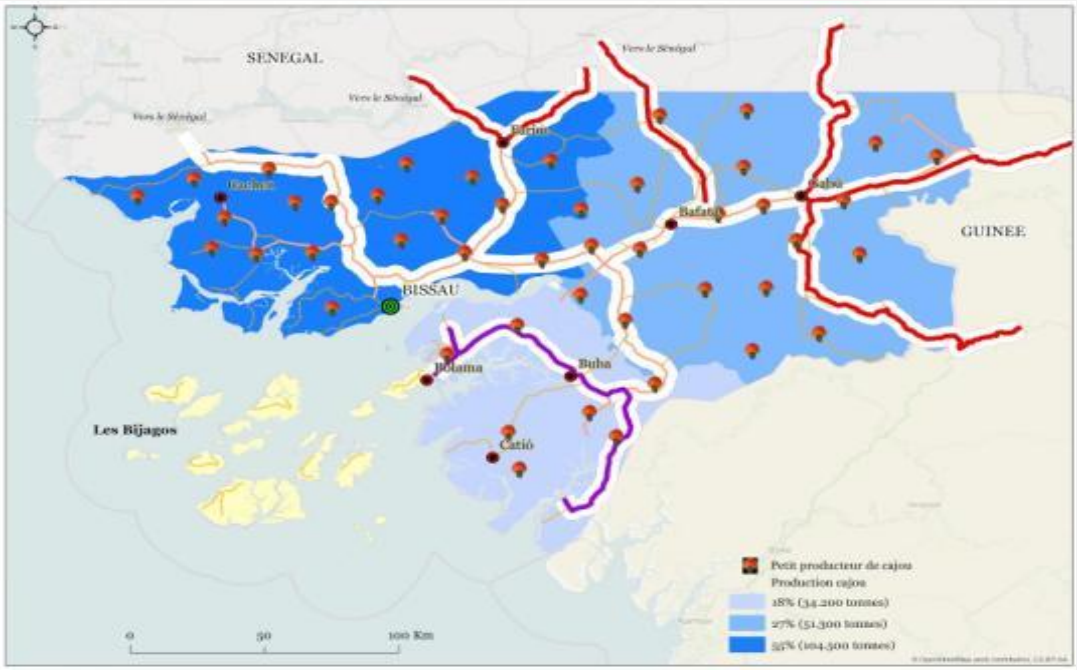
i. Maximizar a criação de valor no sector do caju

A castanha-de-caju, principal riqueza da Guiné-Bissau, apresenta um forte potencial de desenvolvimento.

A valorização do sector do caju representa uma oportunidade considerável para a Guiné-Bissau. Com 200.000 toneladas de castanhas-de-caju produzidas em mais de 210.000 ha em 2013, o país é o quarto productor mundial. O caju gera 18% do PIB, 90% das receitas de exportação e 33% dos rendimentos das famílias. A vasta maioria de agricultores guineenses participa da produção do caju (cf. Figura 1) Os volumes de produção de castanhas-de-caju cresceram 6% ao ano em média desde 1995, ou seja, no mesmo ritmo do mercado mundial de consumo final. Esta demanda mundial é proveniente principalmente da alimentação humana, na forma de misturas para aperitivos, populares na Europa, nos Estados Unidos e nas classes médias de países emergentes, ou de acordos nas preparações culinárias tradicionais, especialmente as indianas e as asiáticas. O consumidor final dispõe de três tipos de canais (comércio de retalho para 80%, hotelaria e restauração para 10%, indústria agroalimentar para 10%). A castanha-de-caju de Guiné-Bissau é muito competitiva no mercado internacional com um KOR (Kernel Output Ratio), unidade de medida da qualidade da castanha-de-caju, entre as melhores do mundo. Esta qualidade distintiva é frequente-

mente atribuída às características naturais "bio" do caju guineense, produto sem substâncias químicas e cultivado pelos pequenos agricultores. Também participaram do desenvolvimento com apoio de segmentos dos mercados "prémio" exigentes em matéria de origem, rastreabilidade, qualidade e desenvolvimento sustentável. Com um mercado final em forte expansão, o desenvolvimento do sector do caju representa uma oportunidade importante da criação de valor para o país. Para além disto, a forte disponibilidade da mão-de-obra rural representa uma oportunidade para o desenvolvimento da transformação local.

Figura 13: A produção de caju em todo o território.



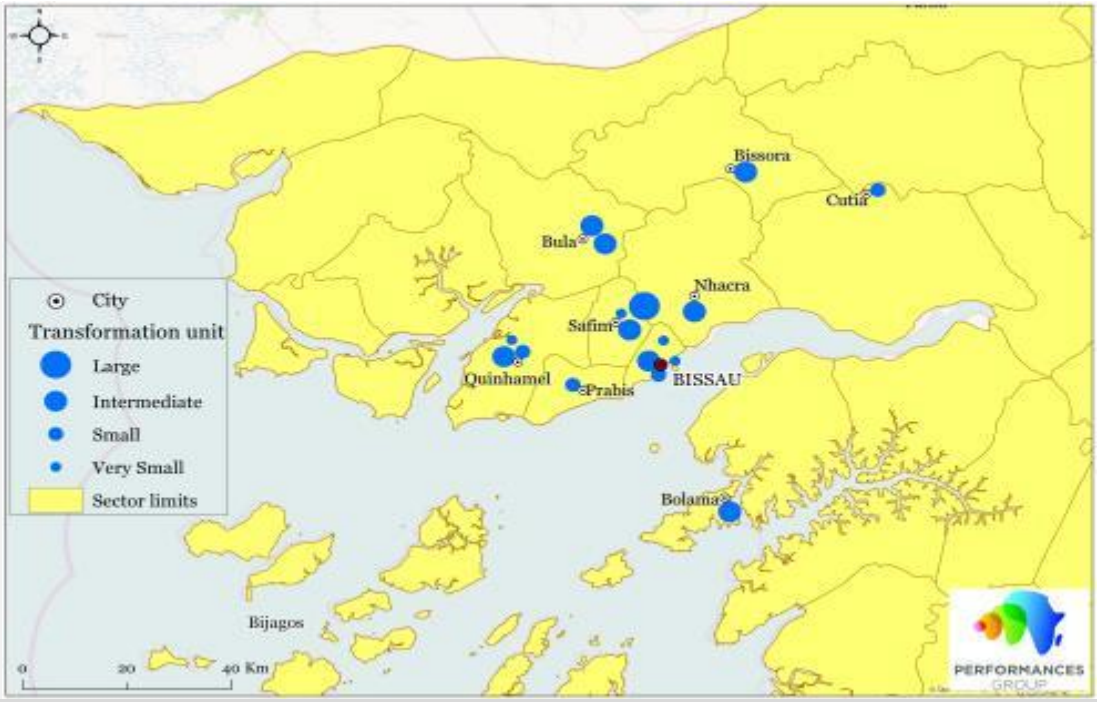
Fonte: Analyses Performances Group (Grupo de Análises de Desempenho)

No entanto, a Guiné-Bissau capta hoje somente uma parte mínima do valor agregado do sector. A actividade se limita principalmente à colheita e à venda de castanhas-de caju, a transformação em amêndoas pretas para consumo é quase inexistente. Os productores são tem pouca consciência das melhores práticas de optimização da qualidade e do valor da castanha-de-caju, entre as quais as técnicas de melhoria dos rendimentos, da qualidade (especial-

mente o tamanho) ou da limitação de perdas na cadeia de valor nacional (secagem, embalagem, armazenagem, transporte). Por outro lado, a pressa de obter o produto final das colheitas (explorações insuficientes, incentivos para a colheita de frutas imaturas criados pelos programas de troca caju contra arroz), uma falta de transparência nas informações do mercado no âmbito dos pequenos produtores e uma relação de forças desigual com os negociantes internacionais, com frequência conduzem os agricultores a praticar preços inferiores aos que eles poderiam obter em condições optimizadas. Enfim, das 200 000 toneladas produzidas em 2013, apenas algumas centenas foram objecto de transformação local. De facto, embora as 18 unidades de transformação recenseadas no país acumula uma capacidade teórica próxima das 12.000 toneladas, nenhuma é realmente funcional. Além da escolha fundamental dos modelos industriais geralmente inadaptados (tamanho insuficiente, impróprio à mecanização e a impor uma dependência excessiva da qualidade de mão-de-obra sem formação profissional), uma variedade de factores explicam esta situação, entre as quais: i. ausência de financiamentos, especialmente da necessidade de capital de giro, ii. o défice de infra-estruturas funcionais (secagem, estocagem, vias secundárias), iii. insuficiência de competências técnicas gerenciais, de R&D (pesquisa e desenvolvimento) e de controlo de qualidade, de generalização das boas práticas agrícolas e industriais, iv. o carácter pouco propício ao ambiente de negócios, (flexibilidade salarial, possibilidade de introduzir a eficácia de serviços portuários/aduaneiros) v. a dificuldade de acesso aos mercados finais, vi. a falta dum quadro institucional de apoio ao sector, vii. a concorrência no abastecimento com os negociantes internacionais.

Enfim, o produto "castanha-de-caju de origem da Guiné-Bissau" está totalmente ausente nos mercados de consumo final e não é promovido por nenhum actor do sector.

Figura 14: Unidades de transformação paradas na Guiné-Bissau



Fonte: Governo Guiné-Bissau

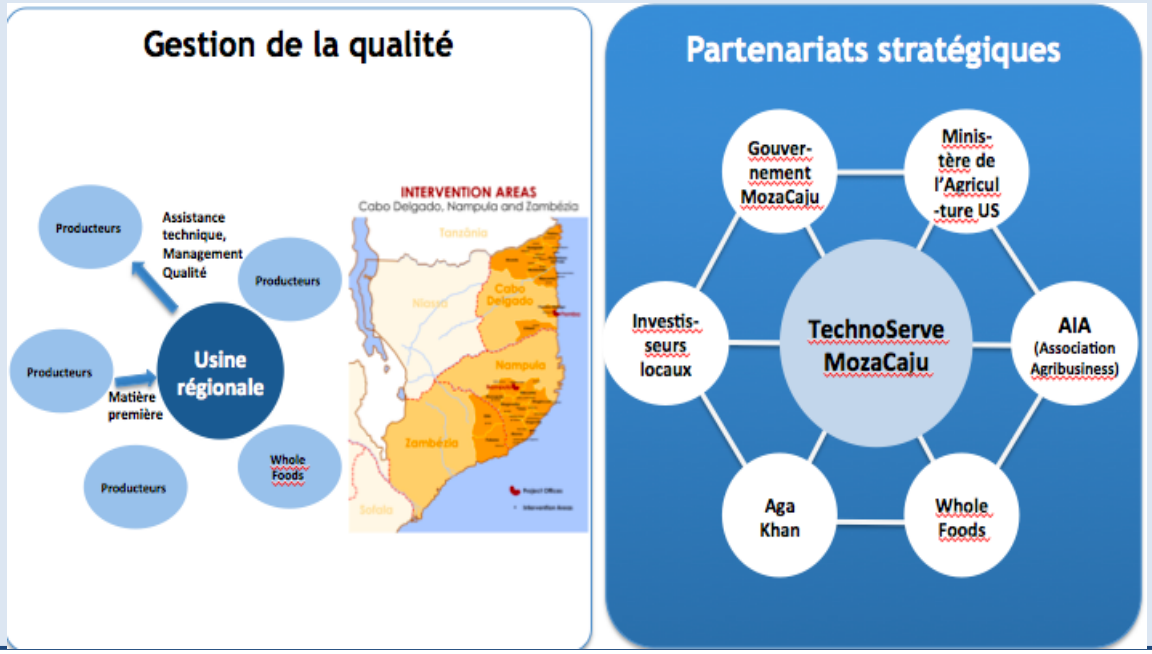
No modelo actual de transformação e de comercialização, os operadores internacionais propõem produtos misturados com castanha-de-caju guineenses e castanha-de-caju de outras origens. Esta situação tem como consequência tirar da Guiné-Bissau a oportunidade de propor aos mercados de consumo uma oferta de origem nacional, controlada, rastreável e de qualidade homogénea, como reflexo do que realizou Moçambique com o seu programa Mozacaju (cf. caixa), o que representa para o país lucros cessantes significativos. Assim, no modelo actual, a Guiné-Bissau perde a oportunidade de posicionar um produto nacional "prémio" de alto valor agregado e encontra-se confinada ao único elo "agrícola" da cadeia de valor, ou seja, somente 10% do valor do sector, os 90% restantes foram captados fora do país por transformadores, transportadores, negociantes e distribuidores.

Caixa 3: Acompanhamento técnico para a melhoria de todos os níveis da cadeia de valor de arroz: o exemplo de Mozacaju em Moçambique.

Apesar das perdas do sector do caju em 1995 ou do sector do caju em queda, Moçambique tornou-se o primeiro exportador africano de amêndoas de caju (quarto mundial) graças ao programa Mozacaju de Technoserve, que acompanha os empresários locais e as instituições de apoio ao sector.

Mozacaju

- Vinte um transformadores locais apoiados desde 1998: acompanhamento da elaboração e da implementação do plano de negócios.
- 5.000 empregos criados, dos quais 70% de mulheres
- 100.000 agricultores beneficiários directos
- Um sistema integrado de rastreabilidade permite o acompanhamento completo de toda a cadeia de valor, a facilitar a venda nos mercados prémio e a captação dum máximo de valor por productor e empresário.
- Apoio ao governo na elaboração de regulamentações favoráveis e na disponibilização de capitais.



Enfim, além duma escala e duma experiência consideráveis, os países mais competitivos (Índia e Vietname) beneficiam dos mercados nacionais a valorizar os subprodutos do sector (p. ex., valorização do óleo da casca do caju – CNSL – Cashew Nut-Shell Liquid – pela indústria de tintas e vernizes

Para tornar a castanha-de-caju de Guiné-Bissau um produto competitivo no mercado internacional, respeitado por sua alta qualidade e criador de valor, estão previstos dois programas-chave: i. estruturação dum grupo de caju competitivo, em parte por meio do aumento dos rendimentos, da qualidade da castanha-de-caju e do poder de negociação dos produtores e de outra parte por meio do desenvolvimento dum ecossistema de transformação industrial local com base num modelo de parceria entre as unidades regionais semi-mecanizadas e de tamanho médio, para intervir no mercado internacional. Uma entidade especializada em desenvolvimento de sectores agrícolas (provedor Business Development Services - BDS), se possível, especialista em caju, será retida para acompanhar o processo de transformação. ii. Elaboração dum quadro normativo propício para motivar os investidores nacionais e atrair uma parceria industrial catalítica internacional que acelerará a profissionalização do sector.

Programa 41: Optimização e valorização da cadeia de valor do caju

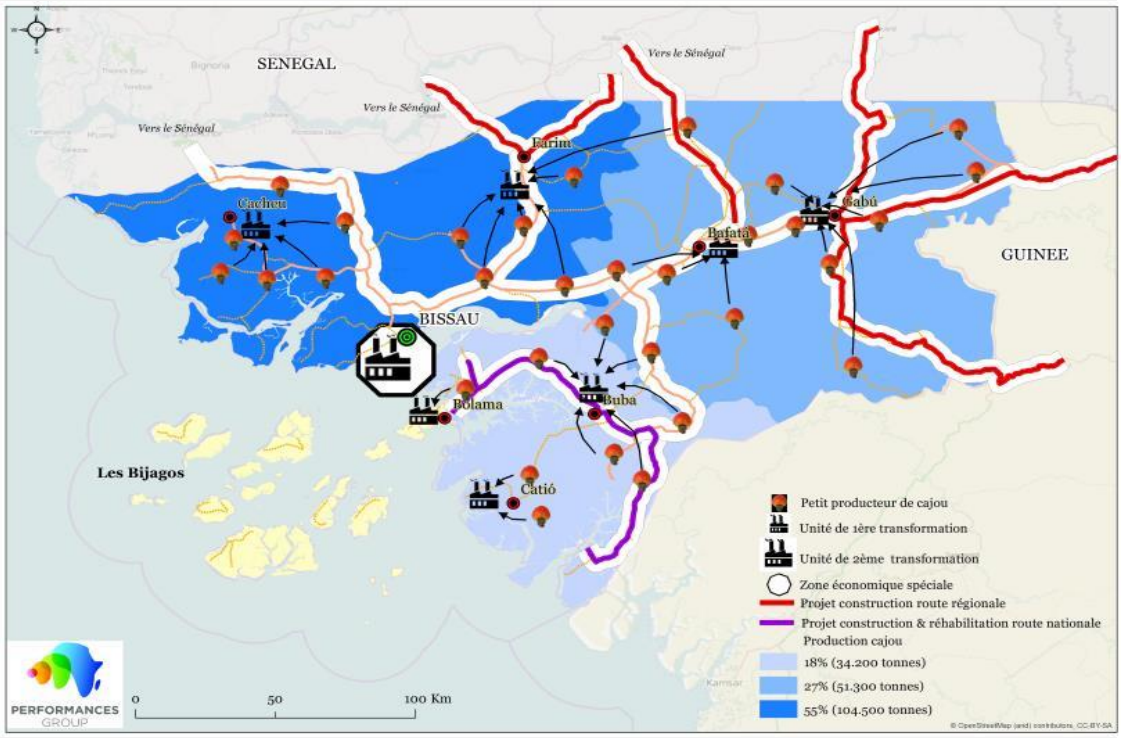
O Plano visa a quadruplicar o valor actualmente proveniente da castanha-de-caju para gerar 550 M$ de rendimentos ao ano e alcançar uma taxa de transformação de 30% até 2025. A realização deste objectivo passa pelo acompanhamento do sector em todos os níveis da cadeia de valor: i. a assistência à produção, ii. a estruturação das actividades de transformação doméstica, iii a comercialização duma amêndoa de castanha-de-caju guineense com forte valor agregado. Um Programa de Reabilitação do Sector Privado e de Desenvolvimento do Agro-Negócio, focado na assistência à produção e na estruturação de actividades de transformação doméstica, é apoiado actualmente pelo Banco Mundial. Para assegurar um acompanhamento completo, será implementada uma parceria estratégica com um fornecedor do Business Development Services (BDS) Internacional, especializo na valorização de sectores agrícolas

A assistência à produção de castanha-de-caju será organizada com base em dois eixos: o enquadramento técnico da produção (rendimentos e qualidade) e o fortalecimento do poder de negociação de produtores. O enquadramento técnico tem como objectivo fortalecer os rendimentos e a qualidade da produção com: a formação de produtores com itinerários técnicos apropriados (especialmente espaçamento dos cajueiros e associação de culturas alimentícias), a implementação de infra-estruturas de armazenagem, a estruturação de serviços de ensacamento, de transporte, a implementação de laboratórios de pesquisa e de controlo de qualidade e a diferenciação de preços recebidos pelos produtores segundo a qualidade do produto. O fortalecimento do poder de negociação dos produtores tem por objectivo melhorar os termos de intercâmbio entre os produtores e os comerciantes de castanha-de-caju para a estruturação de cooperativas, a implementação dum sistema de informação e fixação de preços de referências pelo governo. A organização de produtores em cooperativas será encorajada.

A estruturação das actividades de transformação doméstica visa ao desenvolvimento duma amostra de médias empresas pelo acompanhamento técnico, financeiro e gerencial de transformadores de todos os níveis do processo industrial. Isso passará por: acompanhamento da qualidade dos produtores pelos transformadores, facilidade pela proximidade geográfica (cf. Figura 3) e instauração de preços diferenciais em função da qualidade produzida, a estruturação de soluções financeiras para os investimentos e a gestão de necessidades de capital de giro, acompanhamento para a implementação duma amostra de actividades apoiam incentivar os provedores de serviços (serviços de apoio aos abastecimentos, à venda, à distribuição e ao marketing), bem como a coordenação das organizações existentes (Ministério da Agricultura, ANCA) e o apoio à criação de organizações novas (cooperativas). A exemplo de países mais competitivos, a Guiné-Bissau poderá valorizar a termo os subprodutos do sector, tais como as cascas (cf. valorização de CNSL na Índia): as cascas poderão ser utilizadas na co-geração de electricidade para as unidades de transformação, a contribuir assim a contornar uma das principais problemáticas do ambiente de negócios na Guiné-Bissau hoje, défice energético. Os serviços do provedor Business Development Services serão essenciais para acompanhar melhor a eclosão do ecos-

sistema das unidades de transformação: o seu apoio será crítico na escolha dos sítios e do tipo de empresários a apoiar, na adopção de "melhores práticas" identificadas nos outros ambientes comparáveis, na consolidação de entidades profissionais sectoriais fortes e no apoio financeiro aos produtores e transformadores. A termo cerca de trinta unidade de tamanho médio e semi-mecanizados serão necessários para garantir a transformação de cerca dum terço da produção de castanhas-de-caju previsto para 2025.

Figura 15: Amostra potencial de médias empresas garantem uma transformação local de caju



Fonte: Analyses Performances Group (Grupo de Análises de Desempenho)

A Guiné-Bissau poderá optimizar o valor gerado pelo sector de caju ao participar da comercialização. Este elo da cadeia de valor (distribuição, comercialização) retém a maior parte do valor agregado do sector (40%) e sobretudo do lucro. Assim, a integração do sector de caju guineense até a comercialização o protegerá duma exposi-

ção excessiva às flutuações dos cursos mundiais da matéria-prima. Para captar o máximo de valor no nível da comercialização, a amêndoa de castanha-de-caju guineense definirá uma proposta de valor distintiva agregada às características tangíveis do produto (tamanho, cor, gosto), dos atributos valorizados pelos distribuidores e consumidores finais dos mercados prémio (história, origem, desenvolvimento sustentável, comércio equitativo, agricultura biológica). Para promover o produto de origem da Guiné-Bissau junto aos distribuidores, retalhistas e consumidores finais, o sector do caju nacional desenvolverá parcerias com os negociantes especializados na promoção de produtos alimentícios de origem junto aos grandes distribuidores europeus e americanos.

Assim, a intermediação evoluirá, após a situação actual na qual o modelo *middleman* (intermediário) (sem grande valor agregado) prevalece, para um modelo de parceria com os intermediários criadores de valor, pela promoção de etiquetas, marcas e origens. O fornecedor de Business Development Services apoiará a estruturação destes programas e a consolidação destas parcerias inovadoras.

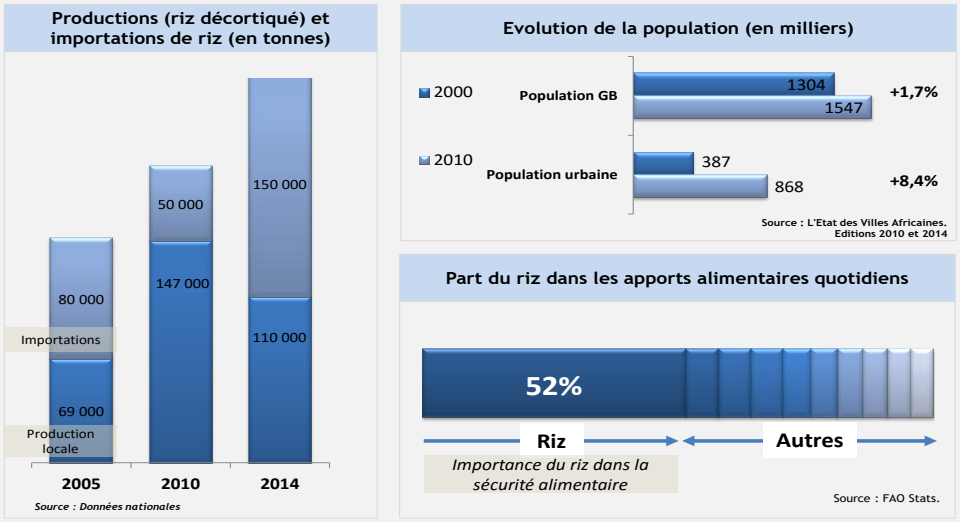
ii. Obter auto-suficiência em arroz em 2020

Uma meta legítima.

A Guiné-Bissau dispõe dum enorme potencial para orizicultura, importante mas subvalorizado. Apesar de seus 1,4 milhões de hectares de terras propícios à cultura de arroz, o país não explora mais do que 400.000 ha para produzir 110.000 toneladas de arroz descascado ao ano, o que não representa somente 40% das necessidades alimentares nacionais. Os 60% restantes são encaminhados para importações estimadas em 150.000 toneladas (fora importações ilegais). Mesmo se as boas condições pedoclimáticas locais, a disponibilidade dos recursos hídricos e os diferentes ecossistemas do país sejam favoráveis à produção guineense, ela ainda permanece fortemente dependente de condições climáticas aleatórias relacionadas especialmente à deterioração e à degradação das

infra-estruturas hidroagrícolas durante os períodos de conflitos. A produção deve aumentar para enfrentar as necessidades de arroz cada vez mais importantes, provenientes especialmente do forte crescimento da urbanização (+8% em 10 anos).

Figura 16: números-chave na produção e na demanda de arroz



Fonte: Analyses Performances Group (Grupo de Análises de Desempenho)

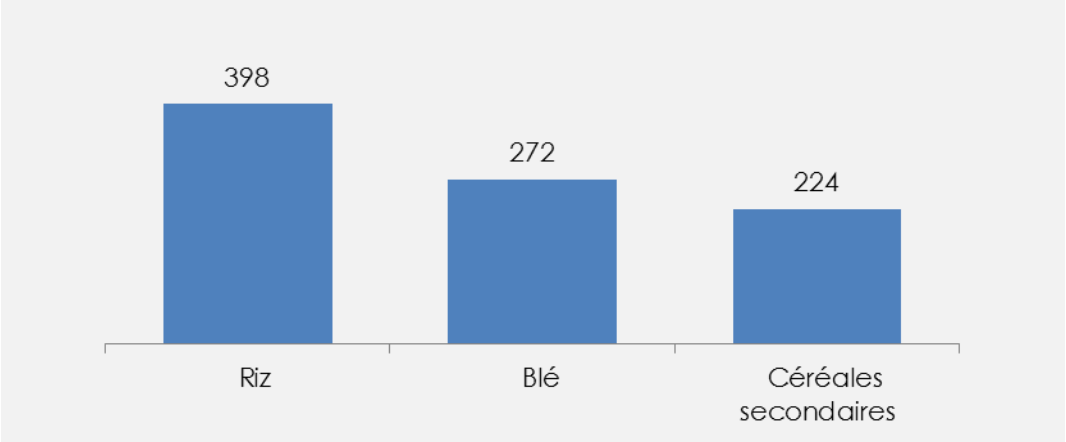
Um plano para autossuficiência em arroz em 2020.

Os rendimentos da produção de arroz da Guiné-Bissau são muito baixos. Ela aumenta em média 1,17 tonelada por ha, contra por exemplo 10 toneladas por ha no Egipto. Vários factores explicam este rendimento fraco e prejudicam a competitividade do sector do arroz da Guiné-Bissau: a ausência de gestões agrícolas e de infra-estruturas logísticas, a salinização das terras nas zonas costeiras, o baixo grau de mecanização, a falta de sementes seleccionadas, a insuficiência de mão-de-obra qualificada e a ausência de financiamento.

Fortemente dependente das importações e vulnerável às flutuações mundiais, a Guiné-Bissau se expõe a um risco elevado de insegurança alimentar. Os intercâmbios mundiais (exportações) diminuem e os grandes países exportadores limitam as suas exportações (Tailândia, Vietname, Índia, Paquistão...). Comparadas a dou-

tros cereais secos, as projecções nos preços indicam que o arroz será logo o cereal mais caro. Nos próximos dez anos, o arroz será 46% mais caro em média que o trigo e 77% mais caro que os outros cereais.

Figura 17: Projecções de preços de cereais secos no período de 2014-2023 (USD/toneladas)



Fonte: Perspectivas agrícolas da OCDE e da FAO

Esta dinâmica parece a priori sustentável dado à contínua demanda em crescimento, especialmente na África.

A Guiné-Bissau deve garantir sua auto-suficiência em arroz até 2020. As autoridades visam a uma produção de 450.000 toneladas de arroz em 2020 e 510.000 toneladas em 2025 por ano, que resultarão na criação de 50.000 empregos. Para alcançar esses objectivos, prevêem-se três programas: i. a gestão de novas terras, a começar pelas planícies pluviais e os mangues, ii. a melhoria dos rendimentos e iii. a promoção do arroz local e do acesso ao mercado. Por outro lado, uma melhor gestão das reservas alimentares será assegurada a fim de enfrentar os períodos de transição e assim proteger os mais vulneráveis à fome. Isto supõe um abastecimento estável, imediatamente utilizável e um sistema de distribuição eficaz, especialmente por meio dos bancos de cereais rurais e doutras infra-estruturaa de armazenagem para conservar a produção ao longo do ano.

Programa 42: Gestão e infra-estruturas.

Previsto para 2025, 510.000 ha de terras serão destinadas à cultura do arroz, ou seja, 114.000 ha a mais do que em 2014. A gestão começará com as planícies pluviais e os mangues, que incidirão em 90% do aumento de terras cultivadas (50.000 ha adicionais de planícies pluviais e 54.000 ha de mangues). Por outro lado, as gestões pesadas permitirão irrigar 10.000 ha de planícies. Esses projectos de gestão serão realizados por meio de projectos sub-regionais com a OMVG, tal como o da Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRE) na bacia vertente fluvial Kayanga-Geba. Este projecto prevê a realização de 19 pequenas represas de irrigação sobre os afluentes do rio Geba para liberar um potencial de 93.000 toneladas de produção de arroz *paddy* previstas para 2020. O investimento privado também será fortemente encorajado na gestão de terras adicionais. O Estado facilitará nesse quadro de estabelecimento de contratos de parceria entre as organizações de produtores de arroz e de grandes produtores privados para gerenciar e produzir mais arroz local.

Tabela 1: Hipótese de evolução de superfícies dedicadas a arroz

Gestão (ha)	(2013/2014)	2.020	2025
Planícies pluviais	75.000	100.000	125.000.
Planícies irrigadas	-	-	10.000
Mangues	21.000	50.000	75.000
Planalto	300.000	300.000	300.000
Total	**396.000**	**450.000**	**510.000**

Fonte: Governo Guiné-Bissau e Analyses Performances Group (Grupo de Análises de Desempenho)

A gestão soma-se ao apoio financeiro à reabilitação e à construção de infra-estruturas rurais "PRESAR" e a gestão de superfícies agro-pastoris e haliêuticas para diversificar os rendimentos dos produtores de arroz.

Programa 43a: Melhoria dos rendimentos

A melhoria dos rendimentos é indispensável para o alcance dos objectivos de auto-suficiência alimentar em arroz. Ela deve respeitar os itinerários técnicos de produção, a restauração da pesquisa agrícola no nível do Ministério da Agricultura e sobretudo a utilização mais sistemática de sementes aprimoradas. Neste quadro, a Guiné-Bissau reforçará a sua cooperação com as organizações africanas tais como Africa Rice, que realiza o projecto de desenvolvimento do arroz NERICA. Nesta base, será implementada uma iniciativa importante de reconstituição do capital semente de arroz. Será incentivado o desenvolvimento do sector privado na agronomia, especialmente em sementes aprimoradas e em fertilizantes homologados. Neste quadro, o Estado facilitará a importação de sementes aprimoradas provenientes da sub-região e oferecerá facilidades fiscais e alfandegárias às empresas que tenham investido na agronomia ou na produção de agronomia local.

Programa 43b: Promoção do arroz local e acesso ao mercado.

A promoção do arroz local será uma alavanca importante para estimular a produção. O fortalecimento dos serviços de enquadramento dos produtores, por meio duma assistência técnica, permitirá apoiar a organização de produtores em cooperativas e de fornecer-lhes competências em marketing e em comercialização da sua produção. Desse modo, a comercialização poderá ser organizada sob uma marca central com um dispositivo de rotulagem de diferentes variedades de arroz local. À guisa de exemplo, o arroz de mangue é particularmente apreciado nos países ao sul da Guiné-Bissau e é vendido 30% mais caro em média do que as outras variedades. A rotulagem desta variedade associada à: i. identificação de marcas de valor, ii. implementação de mecanismos de cobertura contratual com os compradores, iii. usinagem e condicionamento adequado de produtos, permitirão a estruturação progressiva duma verdadeira cadeia de valor de arroz na Guiné-Bissau.

Um ambiente de negócios propícios e medidas de incentivo permitirão emergir PME-PMI eficientes e aumentar as oportunidades comerciais, no nível nacional e para a exportação.

O Estado também estimulará o acesso aos mercados abastecen-

do-se quando os estoques disponíveis permitirem, prioritariamente nos mercados locais. À guisa de exemplo, 100% dos estoques de segurança do Estado serão constituídos de produções locais de arroz. O Estado também encorajará seus parceiros ao desenvolvimento a abastecer-se localmente de arroz no âmbito dos projectos de segurança alimentar em curso na Guiné-Bissau (projectos de cantinas escolares ou de ajuda alimentar). Por outro lado, o governo buscará as suas acções de fortalecimento da produção local de arroz, acções já comprometidas com o apoio do BOAD, no âmbito do projecto de promoção da orizicultura em favor dos jovens.

iii. Outros sectores agrícolas

Diversificar a agricultura além dos sectores básicos que são a castanha-de-caju e o arroz representa também um objectivo importante da estratégia Guiné-Bissau 2025, tanto para a gestão sustentável dos solos (diversificação de usos), o fortalecimento da segurança alimentar quanto para a política de empoderamento das populações mais destituídas, especialmente as mulheres.

Programa 44: Criação de animais.

Potenciais de oferta e demanda elevados, mas produção fraca.

A criação de animais, deficiente pela insuficiência de infra-estruturas e pelo roubo de gado, não pode satisfazer a demanda de proteínas animais (carne, leite e ovos para consumo)**.** A Guiné-Bissau continua muito dependente de importações de carne para satisfazer a demanda doméstica. Esta, à semelhança doutros países africanos, conhece um crescimento forte e regular, proveniente da demografia e da urbanização rápida. O consumo anual médio de produtos animais na Guiné-Bissau será da ordem de 11,3 kg de carne (média subsaariana de 13 kg/ano), 10,8 litros de leite e 13 ovos por habitante. Continua fraco e muito abaixo das preconizações. Portanto, a Guiné-Bissau dispõe dum importante potencial de produção (recursos de pastagens, terras férteis e água), propício ao desenvolvimento de sectores de criação de animais competitivos. Hoje a criação de animais representa cerca de 17% do PIB nacional e quase 32% do PIB agrícola, com uma valorização da ordem

de 194 mil milhões de francos CFA (recenseamento 2009). A criação animal extensiva (bovinos e pequenos ruminantes) praticada essencialmente nas regiões de Gabu, Bafatà e Oio, é afectada pela insuficiência de gestão de semeadas, de infra-estruturas de abeberamento, pela indisponibilidade de pastagens em estação seca e pelo roubo de gado. Este último fenómeno assume um aspecto endémico e estende-se até a região de Casamance, Senegal: ele constitui um factor importante de insegurança e de conflitos, com a possibilidade de afectar o desenvolvimento dos sectores de pastorícia. Por outro lado, apesar da importância do seu gado, a Guiné-Bissau não têm recursos forrageiros e terras propícias ao desenvolvimento de culturas, como milho ou soja, destinados aos sectores de criação animal intensiva (avicultura e especialmente pecuária suína).

A meta da Guiné-Bissau é desenvolver uma oferta de proteínas animais competitiva e de qualidade, graças ao desenvolvimento de seus sectores pastorais (criação de bois, ovelhas e cabras) **e a criação de animais intensiva** (avicultura, criação de suínos e até mesmo aquacultura). Para além do objectivo de auto-suficiência, a Guiné-Bissau tem os trunfos-chave para tornar-se exportadora regional de produtos à base de carne. A realização da meta necessitará para os sectores de pastorícia: i. uma política decidida a valorizar o gado bovino, exploração adequada de importantes recursos de pastagem, especialmente graças à implementação de planos de gestão, ii. a luta eficaz contra os incêndios florestais e a organização e protecção dos percursos do gado permitem evitar os conflitos agricultores/pastores, iii uma cobertura adequada de percursos pelos pontos de água e estações de abeberamento, iv. um dispositivo de acompanhamento veterinário e de saúde animal (vacinação do gado, tratamento de doenças animais-epizootias, vigilância (rede de criadores formados na detecção de sintomas de doenças, dispositivo de alerta, práticas de quarentena). Para lutar contra o roubo de gado, será necessária a utilização de novas tecnologias, especialmente chips RFID. Esta tecnologia oferece garantias quanto à rastreabilidade de produtos de criação animal e assim abre perspectivas novas para a exportação. Ela pode servir de ponto de partida para a implementação duma base de dados de identificação de bois e ajudar a controlar melhor as crises sanitárias.

Trata-se também de desenvolver as infra-estruturas de abate especialmente com a construção dum

centro moderno de abate em conformidade com as normas de Bissau, dotado dum cercado para o gado, a dispor dum dispositivo de controlo veterinário antes da entrada. O desenvolvimento intensivo de sectores de criação de animais, especialmente a avicultura e a criação de suínos necessita antecipadamente duma verdadeira política de desenvolvimento de sectores de cereais e proteaginosas (milho, soja). Uma solução que deve ser privilegiada no desenvolvimento de sectores de criação de animais intensiva será incentivar um operador internacional do sector privado, especializado no sector (avícola ou suínos) e controlo da cadeia de valor, a investir na integração de todo o sector. Também seria responsável pela inserção, formação e enquadramento de produtores guineenses, bem como a recompra da produção com os preços negociados. Ele desenvolverá outra infra-estrutura apropriada ao sector (explorações agrícolas, centro de encubação, abate em conformidade com as normas...).

A Guiné-Bissau aplicará os regulamentos regionais e internacionais em matéria de criação de animais e segurança alimentar. As Autoridades garantirão a aplicação adequada do dispositivo normativo que rege os sectores de criação de animais, bem como a segurança sanitária dos alimentos. A promoção da produção local deverá acompanhar os dispositivos de protecção apropriados (ex.: taxação das importações de frango de "gama baixa". O quadro regulamentar assegurará também a segurança sanitária a aplicar um plano de luta contra as doenças animais (ex.: epizootias). Para além disto, a Guiné-Bissau deverá dotar-se dum dispositivo de vigilância epidemiológica para acompanhar o desenvolvimento de todos os sectores de criação de animais, com um papel central de vigilância e prevenção de doenças transmissíveis. O dispositivo terá um papel-chave no enquadramento e controlo de sectores locais de criação de animais e deverá ser acompanhado dum laboratório equipado e acreditado, com pessoal formado e competente. Ele permitirá disponibilizar capacidades de análises e de caracterização de doenças animais, dum acesso a informações e conselho sobre as medidas de profilaxia/prevenção de doenças e duma fonte de fornecimento de vacinas aos criadores.

Para além da gestão de percursos, o desenvolvimento da criação de animais passará por uma série de infra-estruturas-chave. Será necessário desenvolver prioritariamente infra-estruturas de abeberamento (ligadas às de fontes de água pe-

renes) o que permitirá que o gado tenha acesso à água saudável. As regiões de Gabu, Bafatá e Oio, principais zonas de criação de animais, deverão ser privilegiadas no investimento em infra-estruturas de abeberamento no tocante à importância do gado nestas regiões e às dificuldades de abeberamento na estação seca. Trata-se também de atribuir a estas regiões um dispositivo de assessoria e acompanhamento veterinário, inspirado nos modelos de exercício destas funções pelo sector privado (cf. Senegal).

No tocante ao nível actual de maturidade dos sectores de criação de animais, as necessidades de formação e fortalecimento de capacidades dizem respeito ao enquadramento, à assessoria e às capacidades técnicas dos actores. O dispositivo abrangerá a formação, o acompanhamento e seguimento dos promotores de projectos nos diferentes sectores de criação de animais, especialmente os sectores intensivos. Também abordará as necessidades de formação de recursos humanos destinados ao enquadramento e gestão de sectores. Para enfrentar as várias necessidades, será necessário criar um Centro Nacional dedicado à formação profissional em criação de animais. Além da formação de produtores, transformadores, formadores e enquadradores, o Centro acolherá um conselho de apoio à inserção nos sectores. O Centro será um pólo de preparação e de facilitação de inserção nos sectores de criação de animais. Ele acompanhará os promotores do projecto após o estudo de seus projectos até a realização e o acompanhamento dos projectos, a passar por elaboração de plano de negócios e captação de financiamentos.

Programa 45: Horticultura.

O desenvolvimento da horticultura será encorajado pela assistência à produção e à comercialização de produtos hortícolas. Isso permitirá garantir a diversificação da agricultura para além do caju ou fora do caju, promover os grupos de mulheres, principais participantes da horticultura, e promover a diversidade alimentar. Os dois projectos-chave serão a gestão de 500 ha de perímetros hortícolas e o apoio à protecção de frutas e legumes contra os insectos. A política de encorajamento da horticultura será facilitada pelo arranque de plantações de caju e participará da preservação da biodiversidade. As acções de fortalecimento das capacidades visarão as cooperativas de mulheres que serão as parcerias privilegiadas, especialmente para as compras de cantinas escolares.

c. Desenvolver um sector de pesca sustentável e de forte valor agregado

Um ecossistema rico e sob-explorado.

A Guiné-Bissau é dotada dum ecossistema aquático rico, pouco explorado e pouco aproveitado pelo país, com uma exploração ilegal dos recursos. A enorme plataforma continental (45 000 km²) e a Zona Económica Exclusiva (105 000 km²) constituem um ambiente rico em recursos haliêuticos, relativamente preservado, com um importante potencial de exploração de 250.00 a 600.000 toneladas ao ano (de acordo com os modos de avaliação). Os vários estuários e ilhas, o mangue abundante (3.400 km², quase 10% do território nacional) e uma rica produtividade marítima nascida da confluência da subida das águas frias e quentes (afloramento) ao longo da costa favorecem uma importante produtividade e diversidade de recursos (mais de 700 espécies haliêuticas, na maioria demersais e pelágicas). No entanto, esses recursos não beneficiam a Guiné-Bissau: as capturas oficiais representam menos de 30% do potencial explorável com base no rendimento máximo sustentável. Há dois sectores de pesca marítima: i. o sector de pesca artesanal com pirogas motorizadas o que significa que os pescadores dos países vizinhos são capazes de explorar recursos pelágicos e demersais num grande raio de acção em zona marítima. De fraca capacidade, ela é destinada para consumo próprio e abastecimento de peixes frescos de mercados locais próximos, ii. o sector industrial utiliza arrastões congeladores e navios-fábrica. Actualmente este sector industrial está fora do controlo das autoridades guineenses. As suas capturas não desembarcam na Guiné-Bissau: elas são tratadas e congeladas a bordo e enviadas directamente nos países de origem dos navios ou para os grandes mercados internacionais de produtos haliêuticos (ex. Las Palmas). A ausência de dispositivo de controlo do território marítimo da Guiné-Bissau resulta num terreno favorável a esta pesca ilícita não declarada e não regulamentada (INN), cujo peso está avaliado em cerca de 40.00 toneladas,

ou seja, um terço das capturas oficiais.

Por outro lado, a Guiné-Bissau dispõe de grandes trunfos para o desenvolvimento da aquacultura. Seus ecossistemas incluem dois grandes rios transfronteiriços (o rio Geba após Senegal e o rio Corubal após a Guiné-Conakry), vários rios nacionais (Cacheu, Mansoa, Cumbijã), vários cursos de água (Rio Grande de Buba e Cacine, etc.), planos de águas doces ou salobras, uma forte interpenetração da terra e do mar e 3 400 km² de mangue. Este território de biodiversidade tão rica é propício a uma série de produção de espécies haliêuticas de grande valor (peixes e crustáceos).

Apesar do seu potencial, o conjunto da pesca da Guiné-Bissau parece ser muito embrionário. O potencial do sector de Pesca e aquacultura da Guiné-Bissau parece considerável: a demanda mundial de produtos haliêuticos está em crescimento sustentado (+2,5% ao ano em média entre 2007 e 2012); a sobrepesca no nível mundial causou o desaparecimento dos recursos haliêuticos, compensada pelo desenvolvimento da aquacultura; no plano regional, os pequenos pelágicos frescos e os produtos salgados e fumados, o que representa a fonte de proteínas animais mais acessível, experimentam uma demanda muito forte nos países da África Ocidental e Central. A figura 17, qui ilustra o nível de desenvolvimento actual do conjunto de pesca na Guiné-Bissau, mostra que o país não beneficia mais desse vasto potencial. Os "têtes de grappe" que realizam actividades mais geradoras de valor limitam-se à pesca artesanal. A grande actividade económica que deveria ser impulsionada pelo desembarque da pesca industrial, a transformação nas fábricas locais dos produtos da pesca e a valorização de subprodutos (produção de farina de pesca) é hoje quase inexistente. As "actividades de sustento", que significam apoio essencial à competitividade de "têtes de grappe" são muito pouco desenvolvidas. Ocorre o mesmo na infra-estrutura económica básica: áreas estabelecidas de desembarque e transformação artesanal e industrial, dispositivos de protecção e de controlo de recursos, cadeia de qualidade, dispositivos de formação, existência e capacidades de organizações profissionais, ecossistema de serviços diversos

Figura 18: Grupo de pesca actual da Guiné-Bissau

Fonte: Analyses Performances Group (Grupo de Análises de Desempenho)

A meta da Guiné-Bissau é tornar a pesca um motor de crescimento, criadora de valor agregado local e de empregos e inscrever-se no processo de gestão sustentável. O objectivo até 2025 é não apenas dobrar a produção (250.000 toneladas de capturas), mas também implementar as condições para que uma grande parte desta produção seja desembarcada e valorizada no local. Assim o facturamento da pesca será multiplicado por três (300 mil milhões em 2025) e vários empregos por cinco (100.000 empregos directos e indirectos). Para alcançar esta meta, será implementado um plano de Pesca e Aquacultura global, por meio de quatro (4) programas: i. uma governação que garanta a regulação e o controlo pelo Estado, ii. o desenvolvimento da pesquisa e da certificação de qualidade iii. o desenvolvimento da pesca artesanal e iv. o desenvolvimento da aquacultura.

Programa 46: Governação da pesca e da aquacultura

A Guiné-Bissau vai implementar uma governação que garanta a regulação e o controlo pelo Estado de seus recursos haliêuticos e aquícolas. Esta política inscreve-se no quadro global da lei sobre o desenvolvimento sustentável. Esta será dividida no quadro normativo da pesca e da aquacultura Trata-se de definir as regras de certas iniciativas, mas também da exploração sustentável de recursos e garantir a sua aplicação, por meio duma administração que garanta plenamente as suas missões de conhecimento, de controlo e de regulamentação. O Estado definirá e observará as cotas anuais de pesca, por uma concessão rigorosa de licenças de pesca e um acompanhamento rígido dos recursos e das quantidades pescadas. Neste quadro, a supervisão do território marítimo da Guiné-Bissau será fortemente fortalecido a usar meios logísticos e humanos aumentados para os controlos no mar e ao longo da costa do FIS-CAP e a implementação dum sistema de supervisão de navios por satélites (VMS). Por outro lado, as sanções contra os pescadores sem licenças serão rigorosamente aplicadas, de modo a lutar contra a pirataria e as fraudes nas capturas. Ademais, os meios de colecta de dados estatísticos de pescarias serão reorganizados e reforçados por meio das possibilidades que oferecem as tecnologias de informação e da comunicação. Este fortalecimento da governação e do controlo pelo Estado guineense do sector da pesca será gerido em perfeito complementaridade e coerência com as iniciativas regionais do sector, como o Projecto regional de pesca na África Ocidental (PRAO), financiado pelo Banco Mundial e implementado pelo Comité Sub-Regional da Pesca (CSRP) na Guiné-Bissau

Programa 47: Pesquisa e Certificação

A boa governação deve apoiar uma pesquisa dinâmica e um conhecimento de recursos haliêuticos. A gestão sustentável de recursos requer um conhecimento aprofundado dos recursos haliêuticos, de sua biologia, das zonas, condições de reprodução (territórios de ponte, desova) e sua distribuição no território marítimo. Isto permite determinar os territórios abertos à pesca, as durações de acesso ao recurso e os níveis de exploração de diferentes pescarias (cotas de exploração anuais) permitem garantir a renovação dos recursos. Neste quadro, as capacidades do CIPA serão reforçadas para permi-

tir cumprir plenamente suas missões. Desta forma, o conhecimento do recurso será promovido por meio de: i. campanhas de avaliação marítima e áreas de stocks, ii. campanhas de pescas experimentais de pequenos pelágicos e estudos de ecossistemas aquáticos, iii. implementação dum sistema electrónico de de declaração de capturas para a integralidade de agentes e de controlos embarcados. Neste quadro, a implementação dum sistema de acompanhamento de barcos de pesca (baliza Argos), eventualmente a negociar e a financiar no quadro de acordos de pesca, constitui uma prioridade. Todas essas ações permitirão construir uma base de conhecimento viável e determinar a periodicidade de capturas e de "repositórios biológicos", a acompanhar a biologia das espécies, os níveis do esforço de pesca por espécie e os tipos de pesca nas águas guineenses. O conhecimento do recurso também está essencialmente no quadro da negociação de acordos de pesca, não somente para a determinação de rendimentos pagos a título de contrapartidas ao acesso e ao recurso (renda haliêutica), mas também para determinar o tamanho dos armamentos a serem autorizados, as quantidades a cobrar e os guindastes de pesca autorizados.

Uma política de certificação de qualidade será igualmente implementada para responder às exigências do sector. A certificação de qualidade constitui cada vez mais uma exigência para a exportação de produtos da pesca, a fim de tranquilizar os clientes sobre a procedência e a qualidade dos alimentos. Uma política de certificação de qualidade será implementada em todo o sector. Neste quadro, o laboratório de análises microbiológicas e químicas de Alto Bandim, será adaptado às normas internacionais e acreditado.

O nível especialmente fraco e a ausência duma infra-estrutura económica de base adequada e adaptada às normas não permitem desembarcar uma parte da pesca de arrasto no território guineense a permitir o surgimento de sectores de transforma local e a exportação para os mercados regionais e mundiais.

Programa 48: Desenvolvimento da pesca artesanal

O desenvolvimento da pesca artesanal será uma prioridade para a segurança alimentar, o emprego e a criação de valor agregado doméstico. A pesca artesanal é hoje caracterizada por uma grande dispersão de pontos de desem-

barque (um total de quase 200 sítios), com muito pouca ou nenhuma infra-estrutura de desembarque Inicialmente, serão instalados cinco pólos de desembarque para a pesca artesanal em Bissau, Cacheu, Bolama Buba, Catio e no extremo sul do país, em Campeane. Estas zonas de desembarque serão equipadas de infra-estruturas de desembarque, de conservação (câmaras frias, congelamento) e de plataformas de transformação (salga, secagem, fumagem, condicionamento), adaptadas às normas de salubridade com uma licença sanitária. Também será desenvolvido um dispositivo de distribuição para os produtos frescos (veículos refrigerados). Para além disto, a usina Afripêche de Bissau será reabilitada e equipada de meios de conservação (congelamento, refrigeração, transformação). Com o tempo, o pólo de desembarque de Bissau poderá ser inserido numa zona económica especial, com uma infra-estrutura padrão a permitir desembarcar uma parte da pesca de arrasto no território guineense e desenvolver a transformação local e a exportação para os mercados regionais e mundiais.

Programa 49: Desenvolvimento da aquacultura

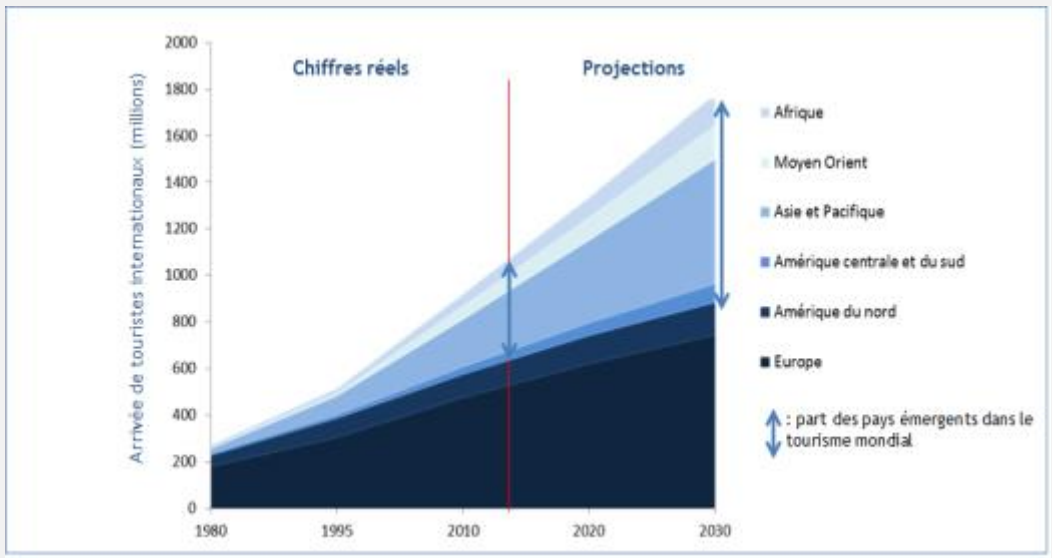
Os investimentos privados na aquacultura serão fortemente encorajados. Dessa forma, o desenvolvimento da aquacultura será promovido por meio de: i. identificação das zonas aquícolas mais favoráveis ii. a criação dum Centro de formação profissional e técnicas de aquacultura (piscicultura, "camaroneira", ostreicultura) que, além das actividades de pesquisa em colaboração com os parceiros internacionais, certificará as formações e o enquadramento como incubadora de produtores aquícolas e iii. a implementação dum Projecto de apoio ao desenvolvimento da aquacultura no qual os componentes principais serão a gestão de espaços especializados (explorações piscícolas), a implementação de infra-estruturas de produção adequadas, a gestão de bacias de criações parentais, uma incubadora para a produção de alevinos. Haverá também uma unidade bem equipada para a formulação e a produção de alimentos aquícolas, a permitir o abastecimento de criações aquícolas individuais, assegurando-lhes o acompanhamento das explorações e um enquadramento para o respeito das boas práticas, das regras de profilaxia e das regras de gestão a garantir a rentabilidade das explorações.

d. Fazer de Bijagós, e com o tempo da Guiné-Bissau, um destino de ecoturismo de primeira classe

O turismo é uma das principais indústrias do mundo.

Nos últimos sessenta anos, o turismo teve uma fase de expansão e de diversificação contínua para tornar-se um dos sectores económicos mais importantes do mundo. Em 2013 o turismo contribuiu com 9% da riqueza criada no mundo, segundo o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), representou 6% do total das exportações mundiais, ou seja, a quarta categoria de exportação com 1.400 mil milhões de euros e empregou cerca de 260 milhões de pessoas. O turismo também é um dos sectores económicos mais dinâmicos com um crescimento médio de 3% ao ano. O número de chegadas de turistas internacionais registou um aumento contínuo, que atingiu 1.035 mil milhões em 2013. Esta progressão estende-se às economias emergentes que receberão mais da metade das chegadas de turistas internacionais em 2030.

Figura 19: Evolução da distribuição de turistas internacionais por região entre 1990 e 2012.



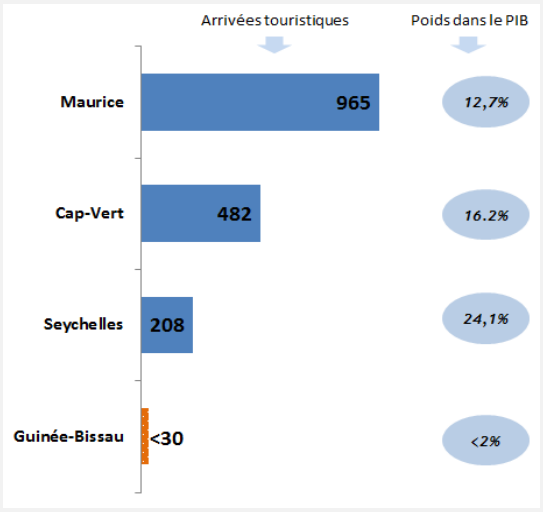
Fonte: Organização Mundial do Turismo – 2013

O turismo é pouco desenvolvido em Guiné-Bissau apesar do seu potencial excepcional.

A Guiné-Bissau dispõe duma natureza e duma biodiversidade excepcionais e preservadas. Ela abriga a segunda zona de mangues da África Ocidental, bem como a segunda zona mais importante para a preservação de pássaros. Ela é rica em paisagens florestais e de savanas e de fortes identidades étnicas e culturais onde coabitam. 13% (26% a termo) do seu território são (serão) de áreas protegidas, que abrigam, quer se trate do arquipélago de Bolama-Bijagós ou de vários parques naturais no continente, sítios extremamente favoráveis para o desenvolvimento do ecoturismo, do turismo balneário, da pesca desportiva ou do turismo cultural. Portanto, vários factores prejudiciais impedem o desenvolvimento do turismo em Guiné-Bissau. O destino Guiné-Bissau é praticamente inexistente para os grandes países emissores de turistas. O número de chegadas turísticas estimado, que não representam mais de 0,4% das chegadas da zona UEMOA, é muito baixo comparado a de outros

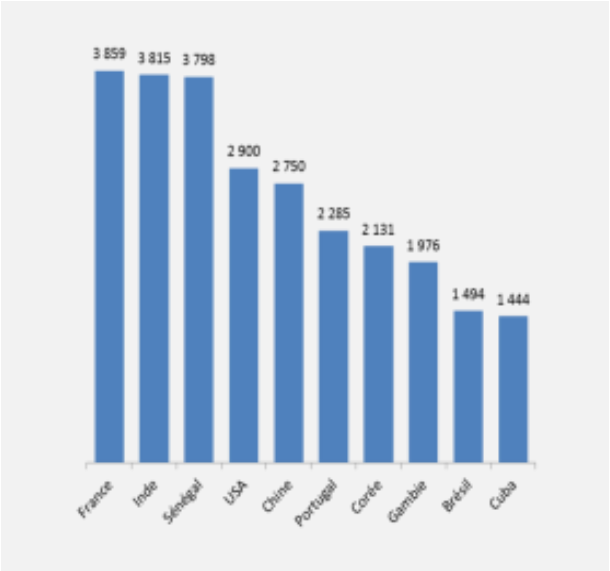
países insulares. Este fraco desenvolvimento do turismo deve-se a várias insuficiências. Primeiramente, a imagem negativa do destino e o sentimento de insegurança representam dois factores prejudiciais importantes no nível dos mercados emissores. A Guiné-Bissau caracteriza-se também pelas fracas infra-estruturas de hospitalidade e transporte, por uma ausência de promoção e por um défice crónico de infra-estruturas básicas (especialmente electricidade) que tornam o destino dispendioso.

Figura 20: Chegadas turísticas (em milhares) e peso do turismo na economia de países insulares.



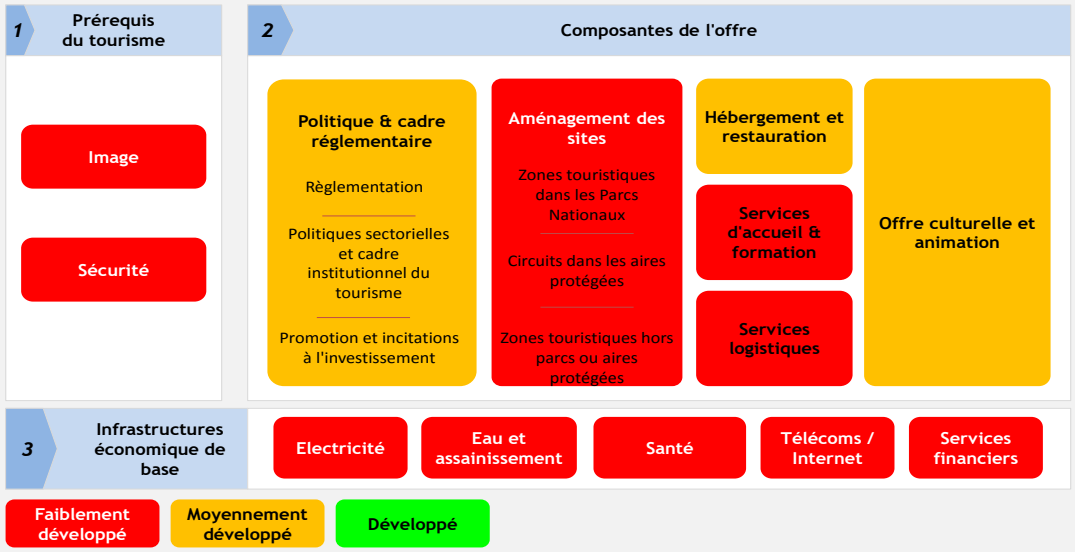
Fonte: Governo Guiné-Bissau e Analyses Performances Group (Grupo de Análises de Desempenho)

Figura 21: Principais países emissores de turistas com destino à Guiné-Bissau em 2008



Fonte: Governo Guiné-Bissau e Analyses Performances Group (Grupo de Análises de Desempenho)

Figura 22: Principais elementos de implementação duma oferta turística



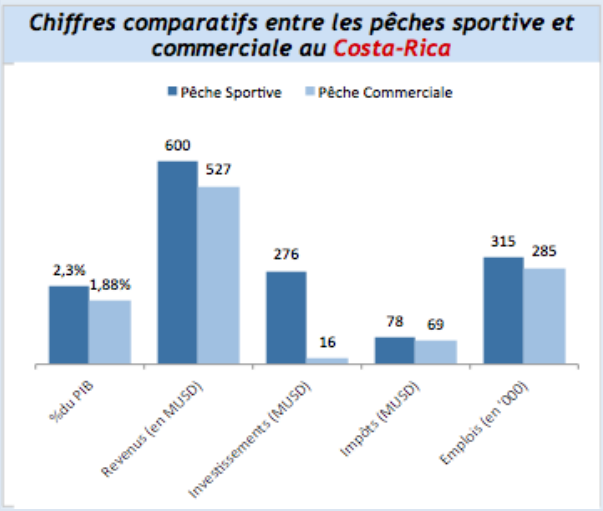
Fonte: Analyses Performances Group (Grupo de Análises de Desempenho)

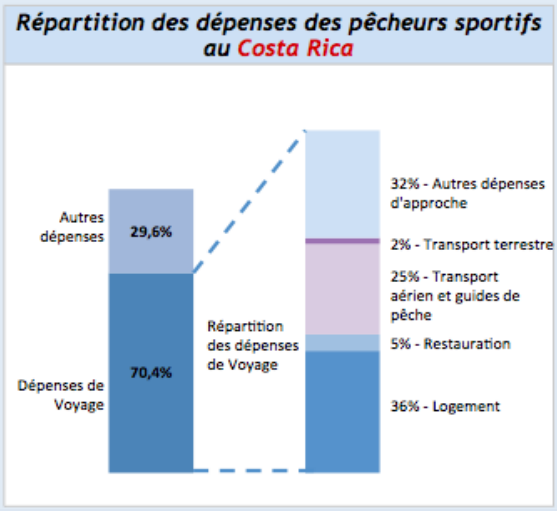
O Arquipélago de Bijagós aparece em contrapartida como um destino muito atraente.

A imagem internacional de santuário da biodiversidade a qual beneficia o arquipélago constitui um importante trunfo que favoreceu o desenvolvimento duma oferta turística. O arquipélago de Bolama-Bijagós é o berço duma fauna haliêutica abundante e diversa. Essas ilhas são reconhecidas pela UNESCO MAB (Homem & Biosfera) e várias dessas ilhas (e sítios terrestres) são classificadas como RAMSAR (zonas húmidas de importância internacional). Esta rica biodiversidade permite à Bijagós posicionar-se entre os grandes destinos de turismo sustentável, de balneário-natureza ou de pesca desportiva. Este último segmento (a pesca desportiva) constitui um nicho bastante lucrativo do turismo mundial, e contribui muito fortemente com a economia dum país como a Costa Rica, reconhecido como o principal destino da pesca desportiva no mundo (caixa 4). A Guiné-Bissau, com um potencial natural considerado superior ao da Costa Rica, também pode reivindicar um posicionamento de classe mundial neste segmento.

Caixa 4: A pesca desportiva constitui um nicho muito lucrativo: exemplo da Costa-Rica.

Primeiro destino mundial de pesca desportiva, a Costa Rica atrai mais de 283.000 visitantes anualmente graças à pesca desportiva. Com 135 milhões de dólares gerados por ano, a pesca desportiva representa um sector mais lucrativo para o país do que a pesca comercial.





Apostando neste potencial, alguns actores privados dinâmicos investiram nas instalações de hospedagem em Bijagós, essencialmente em torno da actividade de pesca desportiva. Hoje em Bijagós contamos com uma dezena de hotéis e 107 quartos (tabela 2).

Tabela 2: Capacidades de hospedagem actuais em Guiné-Bissau

Nome do hotel	Localização	N° de quartos
Lodge Les Dauphins	Bubaque	10.
Kasa Africana	Bubaque	4.
Hotel Calypso	Bubaque	10.
Casa Dora	Bubaque	16.
Ponta Anchaca Resort	Rubane	28.
Chez Bob Fishing Club	Rubane	14.
Orango Parque Hotel	Parque Nacional Orango	7.
Chez Claude	João Vieira	5.
Acunda Fishing Camp	Ancorai	6.
Mille Vagues Fishing	Queré	7.

Fonte: Governo Guiné-Bissau e Analyses Performances Group (Grupo de Análises de Desempenho)

Uma estratégia em duas fases: as ilhas Bijagós até 2020 e o desenvolvimento no nível nacional após 2020.

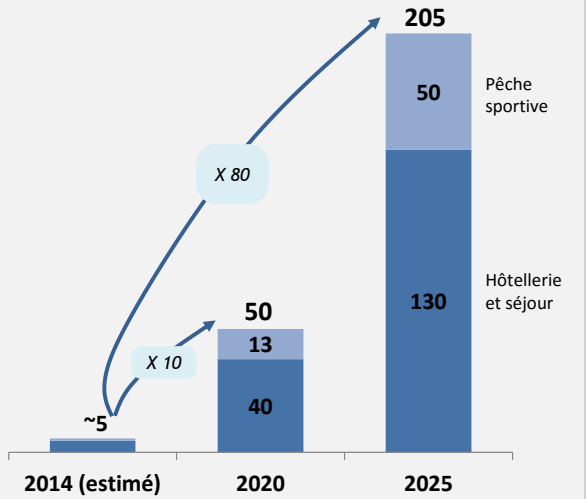
A ambição da Guiné-Bissau, com relação ao seu potencial, é a de se tornar um destino para ecoturismo mundialmente reconhecido e de acolher 300.000 turistas até 2025. Em 2025 o destino Guiné-Bissau terá um sector hoteleiro dinâmico com mais de 6.000 quartos e 250 estabelecimentos de hospedagem a criar 20.000 empregos. Para isso, serão necessários 50 mil milhões de francos CFA em investimentos até 2020 e 190 milhões até 2025, ou seja, quase 40% do volume de investimentos directos estrangeiros do ano 2012.

Figura 23: Objectivos globais previstos para 2025

Objectifs de fréquentation, investissements et emplois

	2014 (est)	2020	2025
Nombre de touristes	< 30 000	55 000	300 000
Chambres	nd	1 300	6 400
Hôtels (equivalent 15 bungalows)	nd	67	250
Investissements (en milliards de FCFA)	na	50	190
Emplois directs et indirects	~2 500	5 000	21 000
Capacités aériennes requises (en n° de sièges)	~600	1 300	5 800

Estimation des recettes touristiques potentielles au plan national (en Mds FCFA)



Fonte: Analyses Performances Group (Grupo de Análises de Desempenho)

No entanto, para realizar essa ambição serão necessários esforços contínuos e supõe a mobilização de meios importantes durante vários anos. Isso é especialmente verdade para um país onde todas as bases para um turismo competitivo precisam ser construídas e que também é prejudicado por um défice de imagem e de segurança. Por conseguinte, será implementada uma estratégia em duas fases: 1. primeiro, focalizar-se nas Ilhas Bijagós e as tornar a partir de 2020 um pólo turístico importante, dedicado ao ecoturismo sustentável e à pesca desportiva de primeira classe; 2. em seguida, capitalizar essa primeira experiência e os seus primeiros resultados para desenvolver o turismo em escala nacional. A imagem positiva de Bijagós e as competências desenvolvidas durante a primeira fase contribuirão especialmente para o sucesso da segunda fase. Desta forma, o arquipélago de Bolama-Bijagós receberá 25.000 dos 55.000 turistas esperados em 2020. Para chegar lá, serão implementados três programas no período 2015-2020: (1) o lançamento dum pro-

grama global e ambicioso de desenvolvimento do turismo nas ilhas Bijagós, (2) o fortalecimento institucional do sector do turismo guineense, (3) a gestão de sítios turísticos no continente.

Programa 50a: Programa integrado Turismo Bijagós.

O Programa integrado Turismo Bijagós permitirá um desenvolvimento acelerado e sustentável do turismo no arquipélago. A gestão sustentável dos ecossistemas do arquipélago, em particular as suas áreas protegidas – garantia principal duma oferta ecoturística excepcional e de categoria internacional – será prioridade absoluta, sob a responsabilidade do IBAP e da Fundação BioGuiné. Assim, um número preciso (25.000 turistas em 2020 e 40.000 em 2025) minimizará a pressão sobre os ecossistemas terrestres e marinhos e favorecerá a manutenção dum posicionamento de primeira classe. Para fortalecer a sua visibilidade internacional e o desenvolver a sua oferta, o Arquipélago Bolama-Bijagós será colocado na Zona Turística Especial, a dispor duma administração delegada dedicada à sua gestão, aumento do seu valor turístico e promoção. Este estatuto da Zona Turística Especial (ZTS) permitirá implementar um ambiente de negócios específico e atraente, e de reunir, sob a forma dum Centro de formalidade, o conjunto de administrações necessárias ao desenvolvimento do turismo (criação de empresa, emissão de licenças e autorizações, validação de estudos de impacto ambiental e social, etc.). Uma autoridade administrativa será criada para dirigir a Zona.

Para além disto, o arquipélago será objecto dum programa integrado de desenvolvimento das suas infra-estruturas, programa de urgência que lhe deverá permitir até 2017 oferecer aos investidores hoteleiros e aos turistas os serviços de saúde, segurança, transporte, energia e telecomunicações de que necessitarem. Neste âmbito, o aeroporto de Bubaque será modernizado e adaptado às normas e poderá receber directamente voos regionais com voos regulares de Bissau, Praia, Dakar, Cap-Skirring e Banjul, que facilitarão o acesso ao sítio para a clientela internacional. Para além disto, será desenvolvido um transporte intra e inter-ilhas desenvolvido em parceria com os sítios hoteleiros. O acesso a uma oferta de electricidade de qualidade necessitará de investimentos específicos com a implementação de sistemas híbridos descentralizados em cada ilha. Estes sistemas podem combinar

instalações individuais privadas e públicas (grupos electrógenos) e sistema solares, eólicos ou térmicos à base de biomassa-energia. Estes sistemas também podem ser utilizados para apoiar o desenvolvimento das infra-estruturas de telecomunicações. O acesso aos serviços de saúde será igualmente reforçado. Serão implementadas plataformas médicas de qualidade, a permitir assumir os cuidados de emergência. Um centro de formação profissional no ramo do turismo a ser aí criado permitirá proporcionar mão-de-obra qualificada aos hotéis, restaurantes e outros serviços turísticos a serem instalados nas Ilhas Bijagós. Este centro possibilitará igualmente a inserção profissional das populações locais no sector. Ademais, Bolama, antiga capital da Guiné Portuguesa e candidata à inscrição no Património da Humanidade da UNESCO, será objecto duma redinamização económica (turismo, pesca artesanal, caju) e duma verdadeira renovação urbana, arquitectónico e cultural.

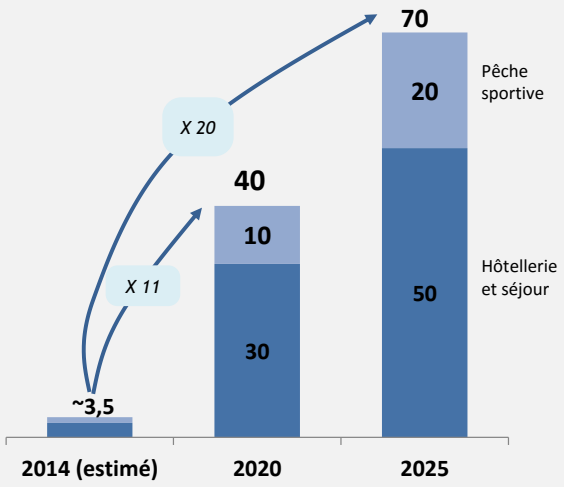
Assim, as ilhas Bolama-Bijagós serão dotadas de aproximadamente cinquenta sítios hoteleiros em 2020 e 75 em 2025. Para preservar os ecossistemas e o excelente posicionamento, o principal objectivo será os estabelecimentos pequenos, com no máximo 15 bangalôs por sítio e em algumas ilhas pequenas um bangalô único e a oferta excepcional duma ilha privativa. Outros sítios na parte continental atenderão à clientela de categoria média, um sítio como Varela foi mais bem adaptado para receber uma cadeia hoteleira do tipo "Club Med". No total, o turismo em Bijagós representará 70 mil milhões de francos CFA de rendimentos em 2025 e criará 5.000 empregos na região.

Figura 24: Bijagós; objectivos previstos para 2025

Objectifs à réaliser dans les Bijagos

	2014 (est)	2020	2025
Nombre de touristes	1000	25 000	40 000
Chambres	99	686	1 096
Hôtels (equivalent 15 bungalows)	10	46	73
Investissements (en milliards de FCFA)	nd	35	55
Emplois directs et indirects	400	3 083	4 932
Capacités aériennes requises (en n° de sièges)	Nd	500	800

Estimation des recettes touristiques potentielles dans les Bijagos (en Mds FCFA)



Fonte: Analyses Performances Group (Grupo de Análises de Desempenho)

Programa 50b: Reformas e fortalecimento institucional do sector turístico

Construir as bases necessárias ao desenvolvimento do turismo implica no fortalecimento do quadro jurídico, normativo e institucional do sector. Segundo o plano de reformas, o código do turismo será revisado e actualizado para ter em conta as novas orientações de desenvolvimento do sector definidas na estrutura do Plano Sectorial Turismo. O código integrará especialmente o conjunto de instalações fiscais previstas para impulsionar o desenvolvimento do sector (nova Zona Turística Especial), assim como as exigências de desenvolvimento sustentável a serem respeitadas. Estas reformas necessitarão elaborar ou actualizar os textos e normas específicos do sector, que abrangerão especialmente a classificação hoteleira e os textos regulamentares vinculados às actividades de transporte turístico, de restauração ou de comercialização de produtos de carácter turístico (souvenirs).

O fortalecimento institucional permitirá implementar os componentes duma gestão eficaz do destino Guiné-Bissau, especialmente: i. a organização e a governação do sector, ii. o marketing e a promoção do destino, iii. os recursos humanos e a formação profissional. O elemento organizacional e a governação implicam um fortalecimento de capacidades de planeamento e controlo do sector, especialmente do ministério encarregado do turismo, bem como um diálogo com os actores privados do sector. A melhoria da governação traduzir-se-á também pela aplicação de textos regulamentares e na melhoria do acompanhamento estatístico do turismo Marketing e promoção estruturados serão implementados, centrados numa primeira fase na marca "Bijagós" e apoiados pela administração delegada da Zona Turística Especial de Bijagós. A administração delegada será criada de acordo com um modelo de parceria público-privada. Entre os actores privados serão seleccionados especialistas em ecoturismo para acompanhar a sua criação e a sua gestão e promover Bijagós nos mercados internacionais. A experiência adquirida neste âmbito permitirá articular as melhores modalidades de promoção do turismo na segunda fase de implementação do plano estratégico. O terceiro elemento deste programa visa a formar recursos humanos qualificados para possibilitar um desenvolvimento do turismo em escala nacional. Dessa forma, em parceria com o sector privado, serão criados dois outros centros de formação profissional em turismo e hotelaria (em Bissau e Varela). Estes centros receberão aprendizes vindos de todo o país.

Programa 51: Gestão de sítios turísticos no continente

O desenvolvimento do turismo em Guiné-Bissau exige a implementação turística de parques naturais e diversos sítios turísticos. A gestão sustentável dos sítios turísticos na parte continental permitirá a vinda de 300.000 turistas para Guiné-Bissau prevista para 2025. Os estudos serão realizados para identificar os sítios mais adaptados ao desenvolvimento turístico, a levar em conta as lições do esquema director de gestão do território. Hoje os sítios como Varela ou o Parque Nacional de Cantanhez ou o de Pecixe parecem elegíveis neste âmbito, dada a sua proximidade com os sítios turísticos Club Med em Casamance, Senegal, ou das suas potencialidades naturais adequadas para uma oferta de

actividades turísticas diversas. Os estudos permitirão precisar os projectos de infra-estruturas associadas a estes sítios (rotas de acesso, infra-estruturas económicas de base), que serão integrados ao plano nacional de infra-estruturas da Guiné-Bissau.

e. Valorizar o seu potencial de mineração dentro das rígidas normas ambientais.

Um capital de mineração importante mas subvalorizado.

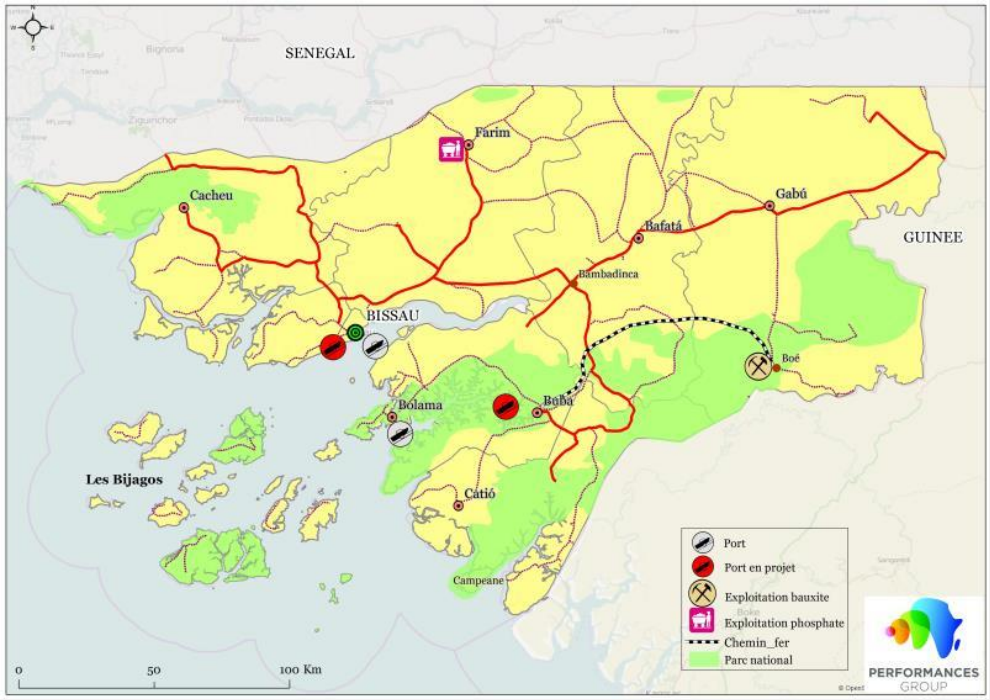
A Guiné-Bissau dispõe de três recursos de mineração importantes que continuam subvalorizados: 110 Mt de bauxita em Boe, 90 Mt de fosfatos em Farim com 40 anos de reservas estimadas e 1 Mt de areia pesada. Estes minerais conhecem as fortes demandas mundiais. A produção de bauxita, principal fonte de alumínio (utilizado na aeronáutica, construção, automotivo) do mundo, aumenta em média 4% ao ano desde 2001 e foram estimadas para 2013 259.000 toneladas. A produção de fosfatos é mantida pelo consumo mundial de fertilizantes e cresce em média 2% ao ano.

Actualmente, nenhuma mina importante está a ser explorada em Guiné-Bissau, ao contrário de Senegal com minas de fosfatos ou a Guinée Conakry, uma das principais produtoras de bauxita do mundo. Uma valorização responsável dos recursos de mineração da Guiné-Bissau deveria ter um impacto importante sobre o desenvolvimento económico e social do país. De facto, segundo uma estimativa do Banco Mundial, a extracção de bauxita e de fosfatos permitiria nos melhores cenários aumentos de 26% do PIB, de 121% de rendimentos fiscais e 102% de rendimentos de exportação.

O lançamento de actividades de extracção mineira em grade escala supõe várias condições e o controlo de riscos ambientais. No nível institucional, o código de minas, em prol da competitividade, prevê uma exoneração de impostos em três anos para os investidores, o que resulta num impacto directo atrasado na economia. Além disso, o código não leva em conta os impactos sociais, eco-

nómicos e ambientais da exploração desses recursos. Para transportar a bauxita de Boe até o porto de Buba, a ferrovia deveria passar pelo parque natural de Dulombi-Boe com um impacto sobre o capital natural único de território. Trata-se, portanto, de valorizar plenamente o potencial da mineração dentro das rígidas normas ambientais, de garantir a viabilidade ambiental de todo o projecto de mineração e de assegurar de que as repercussões económicas sejam reinvestidas no desenvolvimento económico e humano do país, em particular das populações vizinhas dos projectos de mineração.

Figura 25: Principais sítios de mineração identificados na Guiné-Bissau neste estágio



Fonte: Analyses Performances Group (Grupo de Análises de Desempenho)

No período 2015-2020, a Guiné-Bissau deseja abrir caminho para uma exploração mineira mais rentável e de mais impacto na economia global do país, especialmente em 2020 uma mina de fosfato em exploração e prevista para 2025 a criação de 10.000 empregos no sector. Prevêem-se três programas neste quadro: i. a implementação dum quadro institucional favorável ao desenvolvimento do sector ii. o desenvolvimento de actividades de mineração artesanais e de materiais de construção e iii. a promoção de grandes minas.

Programa 52a: Reformas e fortalecimento institucional do sector de mineração.

Uma boa valorização do potencial mineiro supõe em primeiro lugar um melhor conhecimento das reservas e o fortalecimento do quadro institucional e jurídico. Neste âmbito, serão realizados um inventário de mineração e uma cartografia geológica da Guiné-Bissau, que se apoiará nas tecnologias aeromagnéticas. Por outro lado, a elaboração dum cadastro de mineração permitirá dispor dum inventário detalhado das superfícies afectadas em actividades de mineração, de assegurar os investidores e para o Estado supervisionar melhor a utilização dos recursos. **No nível normativo, a Guiné-Bissau dispõe, com o código de mineração de 2010, dum quadro jurídico favorável aos investidores.** No entanto, um grupo de trabalho nas indústrias petrolíferas e extractivas procurará assegurar que sejam levadas mais em conta as limitações de controlo dos impactos ambientais, a gestão sustentável de recursos e a preservação da biodiversidade. Para além disto, os compromissos sociais dos promotores da mineração deverão ser fortalecidos para assegurar um melhor equilíbrio na distribuição das receitas da mineração, uma participação das comunidades locais nas actividades económicas resultantes e uma maior estabilidade social, garantia duma exploração sustentável. Por outro lado, no nível institucional, a Guiné-Bissau completará o seu processo de adesão à Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extractivas (ITIE).

Programa 52b: Promoção de actividades mineiras artesanais e materiais de construção

A **Guiné-Bissau necessitará de materiais de construção básicos para a realização de grandes obras e a**

satisfação das necessidades de urbanização (infra-estruturas, moradias, etc.). Para isso, o Estado prevê acompanhar a estruturação do sector da construção, favorecer a disponibilização no mercado de materiais locais de qualidade a custos competitivos e estimular o empresariado local. Trata-se, neste quadro, de assegurar o acesso de produtores locais aos recursos de pedreiras e de favorecer o desenvolvimento duma exploração no tocante às restrições ambientais. Um quadro de mineração mais adaptado, um melhor conhecimento de recursos e implementação do cadastro de mineração permitirão também melhor enquadrar o desenvolvimento de pequenas minas e as actividades de extracção do ouro.

Programa 53: Promoção de grandes minerações

O desenvolvimento duma indústria de mineração em grande escala será possível uma vez fortalecidas as capacidades da Guiné-Bissau em matéria de preparação, de negociação e implementação de contratos de concessão. Para a exploração efectiva dos recursos, o desenvolvimento de minas de fosfatos em Farim, menos restritivos em termos de infra-estrutura e de impactos ambientais, terá preferência. A exploração da bauxita em Boe necessitará de estudos mais profundos com a parceria escolhida para integrar melhor as restrições ambientais. Para facilitar a implementação de projectos no sector de mineração e a promoção e negociação de investimentos, o Estado se apoiará nos serviços técnicos do Ministério de Minas cujas capacidades serão fortalecidas, bem como as estruturas encarregadas da promoção de investimentos e do financiamento de projectos.

VII CONDUZIR A MUDANÇA: AGENDA GUINÉ-BISSAU 2015-2020

O Plano Guiné-Bissau 2025 representa um plano ambicioso de transformação da Guiné-Bissau no horizonte 2015-2020.. Consubatancia-se em seis eixos, vinte e três (23) areas de acção, cinquenta e três (53) programas e 115 projectos. O anexo 1 apresenta o conjunto da carteira deste Plano 2015-2020. Ele é claro, global e coerente. Mas a verdadeira batalha será a da execução. À primeira vista, a implementação de tal plano constitui um empreendimento complexo, em particular para uma administração de capacidades reduzidas como a da Guiné-Bissau. Para facilitar o controlo eficaz do plano pela administração, este capítulo descreve a estratégia prevista de planeamento do conjunto de projectos e as quatro alavancas necessárias para assegurar o sucesso da sua execução.

a. A agenda da mudança: uma implementação por etapas e com resultados mensuráveis a cada etapa

Uma reviravolta estratégica a partir de 2020. O ano 2025 é o horizonte do plano de transformação da Guiné-Bissau, Mas o ano 2020 foi definido como primeiro horizonte intermediário com os principais objectivos fortes e estruturantes a saber, desenvolvimento do turismo nas Ilhas Bijagós, auto-suficiência alimentar, dobro das receitas do sector do caju, tripulo das receitas da pesca e inicio da exploracao do fosfato em Farim. A agenda de transformação da Guiné-Bissau integra assim um dos primeiros princípios do êxito dum processo de mudança, a saber, a obtenção rápida dos principais resultados visíveis, os quais permitem reforçar a confiança das populações nas Autoridades e garantir a dinâmica da mudança.

Uma implementação progressiva: para obter os primeiros resultados visíveis, é necessário assegurar

uma implementação progressiva, por etapa. Neste quadro, cada programa será implementado por meio de vários projectos que serão distribuídos em etapas sucessivas. Esta implementação por etapas permite ter em conta o ciclo natural dos projectos, com uma sucessão de projectos em função dos impactos esperados e das capacidades financeiras e humanas. A carteira da primeira etapa compreende 115 projectos, dos quais um terço já esta em implementação. Foi necessário levar em conta essas acções em curso para garantir a continuidade da acção governamental. Mas a carteira integra também as primeiras alavancas fortes de ruptura, as quais permitem analisar a reviravolta estratégica desejada durante o período 2015-2020. **A implementação de programas será feita de forma progressiva, alguns com maior rapidez do que outros, tal como os alicerces duma casa devem preceder os seus pilares. O essencial será poder mostrar que a construção e o conjunto da casa avançam no bom caminho, de modo coerente e que as populações progressivamente sentem os impactos.** Assim, os resultados progressivos deverão ser claramente mensuráveis e visíveis para as populações. Para isso, as prioridades serão definidas a cada etapa.

Nestes seis primeiros meses do plano, oito projectos deverão permitir enfrentar as urgências imediatas (caixa 05). É crítico atender imediatamente à urgência social, em acompanhamento da desmobilização e reinserção de combatentes, como fortalecimento ao acesso das populações urbanas à água e electricidade e como incentivo à redução dos custos e tarifas de telecomunicações que impactam hoje uma grande maioria das populações. É igualmente indispensável atender à urgência financeira e aumentar as receitas do Estado. Consegue-se isto com o controlo das receitas da pesca (vigilância e controlo do território marítimo e gestão das licenças de pesca) e da reorganização e fortalecimento das capacidades da administração fiscal. Por último, é igualmente inelutável atender à urgência económica e eliminar os gargalos de estrangulamento da economia (EAGB, porto de Bissau).

Ao mesmo tempo, nos seis primeiros meses nove programas permitirão iniciar a reviravolta estratégica da Guiné-Bissau. Três deles dotarão o Estado guineense de alavancas críticas de controlo e implementação da Estratégia Guiné-Bissau 2025: i. implementação, por parte do Primeiro-Ministro, do Serviço de Acompanhamento do Plano Estratégico, o qual será en-

carregado imediatamente da definição dos planos directores operacionais; ii. consolidação da gestão das finanças públicas com a criação do sistema de informação e gestão das finanças públicas; e iii. criação dos três grandes registos do Estado (pessoas físicas, registo de dados geo-referenciados do território e pessoas jurídicas), alavancas críticas para a eficácia de todas as políticas públicas. Dois programas permitirão iniciar a construção de fundamentos críticos e sustentáveis no nível da biodiversidade (Lei Quadro de Desenvolvimento Sustentável e Fortalecimento do IBAP e da Fundação BioGuiné) e do desenvolvimento social (plano de empoderamento das populações destituídas. Por último, quatro programas permitirão acelerar o crescimento mediante a liberação do potencial do sector digital, início das reformas arrojadas do âmbito de negócios, melhoria das cadeias de valor agrícolas (sectores do arroz e do caju) com o apoio de parcerias técnicas e implementação do Programa de Turismo de Bijagós, notadamente a Zona Turística Especial.

Caixa 5: As prioridades dos seis (06) primeiros meses

8 projectos para enfrentar as urgências imediatas e 9 programas para iniciar a reviravolta estratégica da Guiné-Bissau

A) 9 projectos para enfrentar urgências imediatas

Urgência social:

1. Fundo de pensões e de gratificações (projecto para desmobilização e reinserção de combatentes)
2. Acesso à água e electricidade

Urgência financeira (aumentar as receitas do Estado)

3. Reorganização e fortalecimento das capacidades de administração fiscal
4. Supervisão e controlo do território marítimo
5. Gestão de licenças de pesca

Urgência económica (eliminar os pontos de estrangulamento da economia)

6. Reestruturação do porto de Bissau e implementação de balcão único do Comércio Exterior
7. Restruturação da EAGB e reforma do quadro institucional e normativo da electricidade
8. Produção de 30MW (Kaleta, Parque solar)

As prioridades dos seis (06) primeiros meses (sequência)

B) 9 programas para iniciar a reviravolta estratégica da Guiné-Bissau

3 programas para dotar o Estado guineense de alavancas críticas de controlo e implementação da Estratégia Guiné-Bissau 2025

1. Controlo estratégico e acompanhamento de políticas públicas
    a. Gabinete de acompanhamento do Plano estratégico Guiné-Bissau 2025
    b. Plano director da estratégia Guiné-Bissau 2025
2. Sistema de informação e gestão de finanças públicas
3. Produzir os três grandes registos do Estado.
    c. Registos de pessoas físicas
    d.
    e. Registo de dados geo-referenciais (cartografia nacional)
    f. Registo de pessoas morais

Dois programas para iniciar a construção de fundamentos essenciais e sustentáveis

4. Biodiversidade
    a. Quadro normativo do desenvolvimento sustentável
    b. Fortalecimento do IBAP e da Fundação BioGuiné
5. Empoderamento das populações destituídas

Quatro programas para acelerar o crescimento

6. Digital:
    a. Reformas do sector digital
    b. Acesso ao cabo submarino (estudo técnico e modelo de negócios)
7. Quadro de negócios: Reformas Doing Business
8. Agricultura e agro-indústria:
    a. Sector do arroz: Apoio técnico para a melhoria da cadeia de valor de arroz
    b. Sector do caju: Apoio técnico para a melhoria da cadeia de valor de arroz
9. Turismo:
    a. Implementação da zona turística especial de Bijagós
    b. Programa de urgência de desenvolvimento integral do arquipélago dos Bijagós

b. Quatro alavancas para ter êxito na implementação do plano Guiné-Bissau *Sol Na Iardi*

A experiência dos processos de mudança e o contexto específico da Guiné-Bissau destacam quatro (4) alavancas que serão essenciais para o sucesso da implementação do Plano Guiné-Bissau Terra Ranka.

Alavanca 1: a vontade política e exemplo a seguir

A liderança da Guiné-Bissau deverá, doravante e permanentemente, ser a garantia da visão Guiné-Bissau 2025 e dar o exemplo: A transformação dum país constitui um processo longo e difícil. Por diversas vezes, as novas iniciativas surgiram de fontes diversas mas não aderiram às prioridades definidas no quadro da visão 2025. Cabe às Autoridades, qualquer que seja a atracção destas novas iniciativas, recordar do objectivo, manter a rota traçada e fazer com que todos os recursos sejam totalmente mobilizados para a implementação do plano operacional 2015-2020. Contudo as arbitragens solicitadas não serão somente técnicas. A liderança deverá fazer respeitar a escolha dos responsáveis com base nas competências, na avaliação objectiva dos desempenhos, nas sanções positivas ou negativas quando justificadas, independentemente das pessoas envolvidas, em suma, decisões sobre permanência orientadas pela preocupação do bem comum. A transformação da Guiné-Bissau será antes de tudo uma questão de atitudes, de valores e de comportamentos dos guineenses e estes comportamentos serao a imagem dos seus dirigentes.

Alavanca 2: alinhamento integral da acção pública à estratégia Guiné-Bissau 2025.

Para uma boa implementação, a estratégia Guiné-Bissau 2025 deve ser dividida em todos os elos da cadeia de intervenção pública. De facto, a implementação da acção pública constitui uma longa cadeia, do nível central ao nível local passando por várias escalas intermediárias. Cada elo desta cadeia tem um papel na implementação do plano e contribui para o sucesso global da implementação. Para isso, os objectivos estratégicos do plano devem ser definidos em todos os níveis e devem orientar a elaboração para cada plano de acção. A acção governamental representa o primeiro nível declinacao . O Plano Operacional 2015-2020 deve traduzir-se num Plano de Acções Governamentais anual, ele próprio definido em Planos de Acções Ministeriais e no orçamento. A agenda de Conselhos de Ministros e os Conselhos Interministeriais será estruturada principalmente em torno da implementação destes planos. Da mesma maneira, em todos os níveis de administrações centrais e locais, esta cultura de plano de acções anual deve generalizar-se, com a consciência de que cada deve contribuir com a sua parte na construção da casa Guiné-Bissau Terra Ranka. Neste sentido, a implicação e a mobilização de todos em torno desta nova visão são fundamentais.

Alavanca 3 : A responsabilização e a obrigatoriedade de prestação de conta a todos os níveis

Os actores de cada nível devem ser plenamente responsabilizados e obrigados a prestar contas no quadro dos contratos de desempenho. Os agentes públicos não devem ser simples elos duma cadeia, na qual todos intervêm, mas onde somente alguns assumem realmente as responsabilidades. Cada agente deverá ser plenamente responsabilizado no quadro das missões que lhe foram confiadas. O sucesso do plano supõe, portanto, a sua apropriação por parte de todos os componentes da nação e uma cultura centrada

no resultado. Para isso, os contratos de desempenho devem ser generalizados, a destacar o compromisso de todos de alcançar os seus objectivos. Por sua vez, a administração, no quadro do programa de fortalecimento de capacidades, deve dar a todos a oportunidade de formar-se e de ser mais eficiente. Na administração central, os agentes responsáveis pelos 53 programas terão um papel especialmente crítico. Porque é neste elo essencial da cadeia que a estratégia deverá realmente imprimir-se, eles deverão desenvolver as capacidades ao mesmo tempo de liderança e de acção e serem verdadeiros agentes de mudança.

Alavanca 4: uma pilotagem centrada em resultados

Uma Celula de seguimento do plano apoiará na implementação dum dispositivo rigoroso de animacao, pilotagem e seguimento e avaliacao. A elaboração de planos de acção alinhados à estratégia e a responsabilização dos agentes públicos em todos os níveis não serão suficientes se não forem acompanhado de um pilotagem centrado em resultados. Este permitirá colocar a administração guineense sob "tensão " e avaliar os desempenhos com base nos objectivos. Uma Celula de seguimento do plano estratégico, , permitirá dispor das ferramentas necessárias. Ela implementará a tabela do Plano *Guinée-Bissau Terra Ranka* com uma plataforma de seguimento informatizado que permitirá acompanhar em tempo quase real o progresso de diferentes projectos do plano, numa perspectiva agregada em cada um dos 53 programas, 23 areas de acções e 6 eixos). Esta plataforma também será uma ferramenta de avaliação do impacto da implementação global do plano. A tabela será acessível a todos os agentes públicos atravesdum website, tendo em conta as areas e níveis de responsabilidade. A Celula publicará todos os anos um balanço da implementação do Plano 2015-2020.

ANEXO 1: Carteira de projectos do Plano Operacional Guiné-Bissau 2015-2020 (etapa 1)

Tabela 3 : Carteira de projectos do Plano Operacional Guiné-Bissau 2015-2020 (etapa 1)

Alicerces e Motores de Crescimento	Domínios de acção	Programas	Projectos
Paz e Governação	**Reforma e modernização da administração**	**1. Controlo estratégico e acompanhamento de políticas públicas**	Controlo e acompanhamento do plano estratégico
			Elaboração de planos sectoriais de operacionalização da estratégia, especialmente: transporte e gestão territorial, energia, água, digital, educação, saúde, protecção social, empoderamento, agricultura e agro-indústria, pesca, turismo, mineração
		2. Reforma e fortalecimento das capacidades de administração	Reforma e modernização da administração pública
			Optimização dos efectivos da função pública: estudo Fundo de pensões e reinserção de deflacionados
		3. Produzir os grandes registos do Estado.	Registos de pessoas físicas. Elemento 1: Carteira de identidade nacional biométrica (carteira multifuncional)
			Registo de dados geo-referenciais (cartografia nacional do território)
			Registo de pessoas morais (1. RCCM, 2. Identidade fiscal)
	Paz, defesa e segurança	**4. Reforma das forças de defesa e de segurança**	Reforma do sector de defesa e segurança (como parte da criação de uma força especial da marinha para a supervisão de zonas marítimas e insulares)
			Fundo de pensões e de gratificações (desmobilização e reinserção)

Alicerces e Motores de Crescimento	Domínios de acção	Programas	Projectos
			Reorganização e modernização da produção industrial das Forças Armadas "Batalha de Komo"
		5. Promoção da reconciliação e do diálogo nacional	Reconciliação nacional e fortalecimento dos mecanismos de diálogo e de participação na acção pública
	Justiça	**6. Reforma da justiça**	Fortalecimento da administração judiciária e do Estado de direito
		7. Protecção dos direitos humanos e das liberdades públicas.	Protecção dos direitos humanos e das liberdades públicas (desenvolvimento do quadro institucional + promoção dos direitos humanos em relação às populações-alvos)
	Gestão macroeconómica e reforma da gestão das finanças públicas	**8. Fortalecimento da gestão macroeconómica**	Estabilização do quadro macroeconómico e fortalecimento das capacidades de gestão estratégica do desenvolvimento
			Fortalecimento das capacidades do Instituto Nacional de Estatísticas
		9. Reforma da gestão das finanças públicas	Fortalecimento e consolidação do sistema de gestão integrada das finanças públicas (SIGFIP)
			Apoio às reformas da gestão económica e financeira
	Promover o desenvolvimento local, a descentralização e a participação cidadã	**10. Reforma da administração territorial e de colectividades locais**	Elaboração duma estratégia e implementação de medidas de descentralização - participação do poder legislativo e da sociedade civil
		11. Descentralização e promoção do desenvolvimento	Projecto de descentralização e desenvolvimento local
			Promoção da participação de mulheres em actividades

Alicerces e Motores de Crescimento	Domínios de acção	Programas	Projectos
		participativo	políticas
Biodiversidade e capital natural	**Desenvolvimento institucional**	**12. Reformas institucionais e quadro normativo da gestão do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável**	Elaboração do quadro normativo do desenvolvimento sustentável e apoio à implementação de convenções internacionais
			Criação do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNE)
			Fortalecimento das capacidades institucionais no domínio da investigação e do controlo
			Criação dum Centro de Tratamento de Resíduos e Produtos Químicos
			Criação dum centro de tratamento de resíduos sólidos
		13. Fortalecimento das capacidades de gestão do capital natural	Fortalecimento das capacidades de gestão do meio ambiente e das florestas
	Gestão sustentável dos ecossistemas	**14. Conhecimento e supervisão de recursos naturais**	Supervisão e controlo do território marítimo
			Inventário e caracterização dos recursos haliêuticos
			Inventário de florestas e Sistema de Acompanhamento da Vegetação Florestal da Guiné-Bissau (SIMOFLOR)
		15. Gestão das áreas protegidas (implementação do SNAP)	Fortalecimento do IBAP e implementação do Sistema Nacional de Áreas Protegidas da fundação Bio-Guiné

Alicerces e Motores de Crescimento	Domínios de acção	Programas	Projectos
		16. Preservação dos ecossistemas* (*não ligada à gestão das áreas protegidas e ecossistemas agro-pecuários)	Gestão sustentável de recursos naturais (água, solo e florestas)
			Projecto de conservação da biodiversidade marinha
			Gestão sustentável de recursos da fauna
		17. Elaboração e implementação dum Plano Climático	Plano nacional e projectos de adaptação às mudanças climáticas
			Fortalecimento das capacidades de adaptação e da resiliência face às mudanças climáticas
Infra-estruturas e desenvolvimento urbano	**Transporte**	**18. Reformas e fortalecimento institucional**	Reformas do sector do transporte (estudo e implementação de reformas)
		19.Implementação do esquema director de infra-estrutura de transporte	Construção da ponte de Farim e da estrada Farim-Tanaf
			Reabilitação e construção de vias urbanas em Bissau
			Construção de 9 mercados na capital e cidades secundárias
			Restruturação do Porto de Bissau
			Construção de 7 terminais rodoviários de passageiros nas principais cidades
			Reabilitação e construção de rodovias nacionais e regionais
			Construção das rodovias Gabu Pirada e Gabu Buruntuma
			Construção das rodovias Buba Catio e Buba Enxudé, Canchungo-Caio, Canchungo-Calequisse
			Programa de construção e reabilitação de 5 km de rodo-

Alicerces e Motores de Crescimento	Domínios de acção	Programas	Projectos
			vias urbanas em 9 regiões
			Programa de mobilidade urbana da cidade de Bissau
			Construção dum porto em águas profundas de Buba (estudo de viabilidade)
			Porto em águas profundas de Pikil (estudo de viabilidade)
			Projecto de transporte fluviomarítimos (Navires, infra-estruturas, segurança)
			Reabilitação do aeroporto Osvaldo Vieira
	Energia e Água	**20. Reformas e fortalecimento institucional do sector de electricidade e de água**	Restruturação da EAGB e reforma do quadro institucional e normativo da água
		21. Implementação do esquema director de energia - projectos de produção	Construção da central hidroeléctrica de Saltinho - Fase 1
			Projecto de fortalecimento de capacidades de produção de electricidade (central térmica a óleo de Bôr, 50 MW)
		22. Implementação do esquema director de abastecimento de água - projectos de produção	Programa de abastecimento de água, saneamento básico e higiene
			Gestão integrada das bacias hidrográficas de Curubal
		23. Réhabilitation et renforcement du réseau d'eau et d'électricité	Reabilitação de 31 centros da produção de electricidade no interior do país
		23. Rehabilitation and strengthening of the water	Estudo e construção da rede nacional de transporte de energia eléctrica

Alicerces e Motores de Crescimento	Domínios de acção	Programas	Projectos
		and power network **23. Reabilitação e fortalecimento da rede de água e de electricidade**	Projecto de interconexão OMVG
			Melhoria do serviço de electricidade na cidade de Bissau (25 km de rede de distribuição)
			Projecto de electrificação de zonas rurais
			Projecto multissectorial de reabilitação de infra-estruturas
	Digital	**24. Reformas e fortalecimento institucional**	Actualização da legislação sobre economia digital
			Reforma da operadora Guine Telecom + GuineTel
			Promoção e implementação dum plano digital
		25. Infra-estruturas digitais de base	Acesso ao cabo submarino (estudo técnico e implementação) e estrutura nacional em fibra óptica - etapa 1
			Projecto TNT
	Gestão territorial e desenvolvimento urbano	**26. Reformas e fortalecimento institucional**	Estrutura jurídica e normativa do urbanismo e da habitação (código da propriedade pública, do factor fundiário, do urbanismo e da habitação)
			Promoção do plano nacional de gestão do território (esquema director e fundo autonómo)
		27. Programa de urgência de desenvolvimento integral do arquipélago de Bijagós	Programa integrado de infra-estruturas e desenvolvimento humano de Bijagós (aeroporto de Bubaque, electricidade, telecomunicações, centro de saúde, escola, centro

Alicerces e Motores de Crescimento	Domínios de acção	Programas	Projectos
			de formação profissional…)
		28. Esquema director de gestão urbana	Esquema director de urbanismo de saneamento básico das principais cidades (Bissau, Cacheu, Buba, Bafata)
		29.Habitação e construção	Promoção e desenvolvimento do financiamento de longo prazo da habitação social com o apoio dos parceiros técnicos e financeiros e
			Programa de obras públicas com grande intensidade de mão-de-obra (HIMO) / AGETIP
Desenvolvimen-to humano	**Educação e Emprego**	**30. Reformas, fortalecimento institucional e implementa-ção do esquema director**	Sistema de informações e de gestão da educação
			Fortalecimento da qualidade e das capacidades da educação pré-escolar, primária e secundária e promo-ção da igualdade de géneros (incluindo a construção de infra-estruturas de escolas primárias e secundárias)
			Reforma e fortalecimento da qualidade e das capacida-des da educação superior (incluindo a construção de infra-estruturas de formação universitária)
			Reforma e fortalecimento da qualidade e das capacida-des da formação profissional (incluindo a construção de infra-estruturas para a formação profissional)
			Cantinas escolares (infra-estruturas e produtos alimentí-cios)

Alicerces e Motores de Crescimento	Domínios de acção	Programas	Projectos
	Saúde	**31. Reformas e fortalecimento institucional**	Fortalecimento institucional (controlo, monitorização, recursos)
		32. Implementação do esquema director saúde	Programa de abastecimento de medicamentos
			Aquisição de meios de transporte para a evacuação médica
		33.Programas especiais saúde	Programa (SIDA; Malária; Tuberculose; desenvolvimento da infância, "saúde e nutrição"; assistência e protecção das mulheres, etc.)
	Protecção social, promoção do género, luta contra a pobreza	**34. Empoderamento e Género (Plano Nacional Director de apoio às populações destituídas/BOP)**	Projectos de empoderamento económico das mulheres
	Cultura, juventude e desporto	**35.Cultura**	Construção do Palácio da Cultura
			Construção da Biblioteca Nacional
Ambiente de negócios	**Melhoria do ambiente de negócios e desenvolvimento do sector privado**	**36. Implementação de uma estrutura jurídica nacional propícia e coerente**	Elaboração de códigos sectoriais (agricultura, agro-indústria, turismo, mineração e pesca)
		37. Reforma do âmbito de negócios	Reforma *Doing Business* e diálogo público-privado
			Apoio à implementação da Agência de promoção de investimentos/Centro de facilitação de empresas
			Elaboração do Código e acompanhamento de PME

Alicerces e Motores de Crescimento	Domínios de acção	Programas	Projectos
			Apoio à implementação do Plano de desenvolvimento dum sector financeiro inclusivo
		38.Plataformas económicas integradas	Elaboração dum quadro normativo das Zonas Económicas Especiais
			Zona Económica Especial de Bissau (estudo e implementação)
Agricultura	**Apoio à agricultura**	**39. Reformas e fortalecimento institucional**	Apoio institucional e coordenação sectorial para a agricultura e agro-indústria
			Estatísticas agrícolas
			Pesquisas e aconselhamento agrícola
		40. Fortalecimento das capacidades do sector agrícola	Laboratório de referência em agro-indústria
	Plano Caju	**41.Optimização e valorização da cadeia de valor do caju**	Implementação do Plano Caju (com o apoio dum parceiro técnico especializado) 1. Apoio à produção 2. Apoio à transformação 3. Apoio à comercialização
	Plano Auto-suficiência em Arroz	**42. Gestão e infra-estruturas**	Auto-suficiência alimentar - Promoção dos sectores de produção vegetal (para a gestão nas planícies pluviais e mangues para a produção de arroz)

Alicerces e Motores de Crescimento	Domínios de acção	Programas	Projectos
		43. Melhoria dos rendimentos	Apoio à produção, à certificação e ao abastecimento de sementes e cereais
	Outros sectores agrícolas	**44. Pecuária**	Promoção de produções animais (cujas infra-estruturas apoiam a pecuária)
			Fortalecimento das capacidades em recursos humanos (Centro Nacional de formação profissional em pecuária)
		45. Horticultura	Gestão de 500 ha dos perímetros das culturas (PNIA)
Pesca e Aquacultura	**Pesca e aquacultura***	**46. 55.Fortalecimento da Governação da pesca e da aquacultura**	Fortalecimento das capacidades da administração responsável pela pesca (Gestão das licenças de pesca)
			Estatísticas de pesca
			Projectos de supervisão marítima no Capital Natural
			Apoio ao controlo dos recursos haliêuticos e fortalecimento de infra-estruturas de pesca
		47. Pesquisa e Certificação	Implantação de normas e certificação do laboratório de análises microbiológicas
		48.Desenvolvimento da pesca artesanal	Apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal (infra-estruturas, transformação, vila de pescadores)
		49. Desenvolvimento da aquacultura	Formação profissional em aquacultura e poio à inserção
			Apoio ao desenvolvimento da aquacultura (principal-

Alicerces e Motores de Crescimento	Domínios de acção	Programas	Projectos
			mente piscicultura)
Turismo	**Turismo**	**50. Programa turismo em Bijagós**	O desenvolvimento do ecoturismo no Arquipélago de Bolama-Bijagós (implementação e operacionalização da agência da zona turística especial de Bijagós)
			Desenvolvimento dum circuito nacional de turismo
		51.Gestão de sítios turísticos no continente	Gestão e desenvolvimento turístico duma rede de parques (Varela, Pecixe…)
Mineração	**Mineração**	**52. Reformas e fortalecimento institucional**	Inventário de mineração e cartografia geológica
		53. Promoção de grandes minerações	Desenvolvimento dum sítio de mineração em Farim (fosfatos)
			Desenvolvimento da mina de bauxita em Boé - Estudo da viabilidade e do impacto ambiental